

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP, PUC/SP)

BÁRBARA VASCONCELLOS DE CARVALHO MOTTA

**SECURITIZAÇÃO E POLÍTICA DE EXCEÇÃO: O EXCEPCIONALISMO
INTERNACIONALISTA NORTE-AMERICANO NA SEGUNDA GUERRA DO
IRAQUE**

SÃO PAULO

2014

BÁRBARA VASCONCELLOS DE CARVALHO MOTTA

**SECURITIZAÇÃO E POLÍTICA DE EXCEÇÃO: O EXCEPCIONALISMO
INTERNACIONALISTA NORTE-AMERICANO NA SEGUNDA GUERRA DO
IRAQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), como requisito para a obtenção do título de mestre, na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

**SÃO PAULO
2014**

Motta, Bárbara Vasconcellos de Carvalho.

M921 Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque / Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta. – São Paulo, 2014. 123 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2014.

Orientador: Samuel Alves Soares

1. Terrorismo – Estados Unidos. 2. Iraque, Guerra do, 2003. 3. Segurança internacional. 4. Guerra contra o terrorismo, 2001. I. Autor. II. Título.

CDD 327.1170973

BÁRBARA VASCONCELLOS DE CARVALHO MOTTA

SECURITIZAÇÃO E POLÍTICA DE EXCEÇÃO: O EXCEPCIONALISMO
INTERNACIONALISTA NORTE-AMERICANO NA SEGUNDA GUERRA DO IRAQUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP), como requisito para a obtenção do título de mestre, na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP) - Orientador

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (UNESP)

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (USP)

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.

A elas, Maria [*in memoriam*] e Rosana, as mulheres da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ricardo e Rosana, pelo apoio incansável, pela torcida festiva e, sobretudo, por entenderem com a tranquilidade e o carinho de sempre que “navegar é preciso”.

Ao meu orientador, professor Samuel Alves Soares, pelos questionamentos instigantes, pelos valiosos conselhos acadêmicos, pela sua dedicação e principalmente por ter feito a diferença na minha decisão em seguir carreira acadêmica.

Aos professores Héctor Saint-Pierre e Rafael Villa que prontamente aceitaram participar das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação, além das profícuas sugestões e correções.

Aos membros do GEDES, pelas excelentes discussões mas, em especial, por comporem um grupo que transborda os limites da simples convivência acadêmica.

À Graziela de Oliveira, pelo exemplo de generosidade e dedicação; pelo auxílio nas infinitas buscas bibliográficas; e principalmente pela palavra amiga a mim direcionada.

À Giovana Vieira e Isabela Silvestre, pela disponibilidade e atenção com que ajudam a todos na secretaria do PPGRI San Tiago Dantas.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Cauê, encontro intelectual único de vida, pelas interlocuções e pelo inestimável dueto.

(...)

*E já tarde da noite
volta meu elefante,
mas volta fatigado,
as patas vacilantes
se desmancham no pó.
Ele não encontrou
o de que carecia,
o de que carecemos,
eu e meu elefante,
em que amo disfarçar-me.
Exausto de pesquisa,
caiu-lhe o vasto engenho
como simples papel.
A cola se dissolve
e todo o seu conteúdo
de perdão, de carícia,
de pluma, de algodão,
jorra sobre o tapete,
qual mito desmontado.
Amanhã recomeço.*

(Carlos Drummond de Andrade – O Elefante)

RESUMO

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo dos Estados Unidos aprofundou o processo de securitização do chamado **terrorismo fundamentalista** nos marcos da “Guerra ao terror”, identificando-o como uma ameaça existencial ao país. Iniciativas imediatas foram tomadas, após a edição do *Patriot Act*, que aumentaram o poder de ação repressiva do Estado e que possibilitaram intervenções militares no exterior, como no Afeganistão, ainda em 2001, e no Iraque, em 2003. Agir pela via da excepcionalidade possibilita aos Estados fornecer respostas rápidas para questões emergenciais no cenário internacional. A opção pela exceção, por ser uma escolha política, está envolta em uma série de componentes ideacionais que contribuíram para a tomada de decisão. Considera-se, portanto, que no caso da segunda Guerra do Iraque o entendimento do processo de securitização só pode ser completo se levado em consideração tanto o desencadeamento político quanto a fundamentação ideacional que o conformou. A consideração desses fatores também é fundamental para averiguar as antinomias e fragilidades da teoria de securitização quando aplicada a este caso concreto.

Palavras-chave: Teoria de securitização. Estados Unidos. Terrorismo. Segunda Guerra do Iraque

ABSTRACT

After the attacks of September 11, 2001, the U.S. government intensified the process of securitization in response to the **fundamentalist terrorism** within the framework of the "war on terror", identifying it as an existential threat to the United States. Immediate initiatives were taken, after sanctioning the *Patriot Act*, which increased the power of repressive action and that allowed military interventions in Afghanistan, in 2001, and Iraq in 2003. Exceptionality acts enable states to provide quick responses to emergency issues on the international scene. The choice of exception, as a political choice, is marked by a series of ideational components that contributed to that decision. Therefore, in the case of the second Iraq War the understanding of the securitization process can only be complete if taken into consideration both the political process and the ideational foundations that conformed the securitizing movement. The consideration of these factors is also crucial to ascertain the antinomies and weaknesses of securitization theory when applied to this case.

Keywords: Securitization theory. United States of America. Terrorism. Second Iraq War

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aumento do número de artigos com o termo de-/securitização no título.....	p. 18
Figura 2 – Figura baseada no modelo construído por Buzan.....	p. 21
Figura 3 – I Modelo Analítico.....	p. 73
Figura 4 – II Modelo Analítico.....	p. 74
Figura 5 – III Modelo Analítico.....	p. 75
Figura 6 – IV Modelo Analítico.....	p. 75

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ADM	Armas de destruição em massa
EC	Escola de Copenhague
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
GWoT	<i>Global War on Terror</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNAC	<i>Project for the New American Century</i>
UNMOVIC	<i>United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission</i>
UNSCOM	<i>United Nations Special Comission</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO	16
2.1	As fundações intelectuais da Teoria de Securitização e suas contribuições para o campo da segurança internacional	16
2.2	Limites Conceituais da Teoria de Securitização.....	28
2.2.1	Problematizações teóricas do <i>speech act</i>	29
2.2.2	A expansão dos limites da audiência	35
2.2.3	A inclusão do contexto	37
2.2.4	A ampliação de significado do movimento securitizante e do ator securitizador ...	39
2.2.5	A questão da política	41
3	O PENSAMENTO NEOCONSERVADOR E A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA.....	46
3.1	Uma breve historiografia do movimento neoconservador nos EUA	46
3.1.1	Surgimento e afirmação.....	46
3.1.2	Período de latência.....	49
3.1.3	O 11/09 e a retomada neoconservadora.....	53
3.2	Os pilares centrais do neoconservadorismo para a política externa	58
3.2.1	Excepcionalismo internacionalista.....	58
3.2.2	Unilateralismo e importância na capacidade militar	60
3.2.3	Democracia	64
3.3	A securitização doméstica da guerra do Iraque	66
3.3.1	A construção do convencimento neoconservador	66
3.3.2	A audiência interna e o processo decisório para a guerra.....	71
4	SECURITIZAÇÃO DO CASO IRAQUIANO	81
4.1	O contexto intelectual do pós-Guerra Fria	81

4.2	O início da securitização do terrorismo e o caso do Afeganistão	82
4.3	Antecedentes históricos.....	85
4.3.1	Breve abordagem sobre a I Guerra do Golfo	85
4.3.2	Contexto internacional pré-securitização	88
4.4	Movimento de securitização da segunda guerra do Iraque	91
4.4.1	Escenificação do inimigo	91
4.4.2	Comportamento da Audiência – Estágio I	96
4.4.3	Aprofundamento da escenificação	100
4.4.4	Comportamento da Audiência – Estágio II	105
4.4.5	Conclusão do movimento securitizante	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

1 INTRODUÇÃO

O que precisamos, sobretudo, é deixar que o sentido escolha a palavra, e não o contrário.
(George Orwell - *A política e a língua inglesa*)

A extinção de uma segunda potência no cenário internacional, após o fim da Guerra Fria, possibilitou aos Estados Unidos reforçar uma identidade, à época já latente, de potência com uma responsabilidade de universalizar princípios e valores. O aprofundamento e a exploração dessa moral universalizante torna-se um aspecto fundamental para compreender a atuação dos Estados Unidos, principalmente no âmbito das suas relações internacionais.

Ao ressurgir na cena política norte-americana um grupo cujo aparato intelectual está baseado justamente na reafirmação de uma superioridade dos Estados Unidos, tal pretensão ao “imperialismo do universal” (BOURDIEU, 2003) se tornará ainda mais evidente. Nesse sentido, o contexto histórico-político de medo e ansiedade por vingança emergido após os ataques terroristas do 11 de setembro contribuiu para o ressurgimento do neoconservadorismo enquanto movimento importante na cena política norte-americana e gerou as bases necessárias para a reinserção de seu projeto de ação externa, o qual não só estava disponível naquele momento, como principalmente atendia às necessidades internas de uma resposta imediata aos atentados. Exacerbando essa percepção do excepcionalismo norte-americano, em grande parte fundamentada na visão de superioridade em aspectos econômicos, militares e, principalmente, na valorização da sua constituição e das suas instituições democráticas, os neoconservadores irão propor um projeto de política externa que seja não apenas reativo ao 11 de setembro, como também calcado em um internacionalismo extremado, cujo objetivo é a manutenção da supremacia norte-americana por meio de um intervencionismo militarista sempre à disposição.

Para o neoconservadorismo, um contexto internacional que confronte ou ponha em xeque esse pretenso imperialismo do universal deve ser estrangido pelos Estados Unidos, na medida em que o momento unipolar vivido no pós-Guerra Fria deve ser mantido e aproveitado ao máximo. Ainda que a expressão imperialismo do universal não tenha sido cunhada pelos neoconservadores, sua utilização se encaixa na proposta de ação externa veiculada por eles pois abarca duas de suas ideias principais: a primeira, de que os interesses dos Estados Unidos convergem com os interesses da comunidade

internacional e, em segundo lugar, a noção de “império benevolente”, em que afirmam que os Estados Unidos são o único país que assume como sua a responsabilidade de manter a ordem internacional e o único capaz de internalizar como seus os interesses dos demais países.

Nesse excepcionalismo internacionalista, os neoconservadores levaram ao extremo duas características da política externa norte-americana que se alternam historicamente: a ação missionária e a ação pelo exemplo. Em uma mesma proposta eles combinam a necessidade de os Estados Unidos darem o exemplo e serem seguidos como exemplo, com a também necessidade da projeção indispensável do modelo democrático norte-americano para outros países, sob a perspectiva de que uma ordem internacional mais segura é aquela formada por regimes democráticos. Essa exacerbação da busca por segurança reforçada pelo contexto pós-11/09 e traduzida pelo neoconservadorismo em uma ação internacional assertiva fez com que o combate ao terrorismo extrapolasse o recurso às agências policiais e de inteligência nacionais e internacionais e se transformasse em uma guerra global. Da disputa abstrata, estabelecida no campo das ideias, em que os discursos norte-americanos na Guerra ao Terror estabeleciam a dicotomia entre o “nós, os bons” *versus* “ele, os ímpios”, o combate ao terrorismo se desdobrou na via militar estabelecida nas intervenções do Afeganistão e do Iraque.

Mesmo não tendo nenhuma prova concreta da suposta ligação com a Al Qaeda ou com o terrorismo em si e os ataques terroristas em Nova Iorque e Washington, o caso iraquiano foi anexado a essa lógica para favorecer a construção de uma cenário que fundamentasse uma ação militar. Os Estados Unidos se apropriaram do discurso de combate ao terrorismo para qualificar a intervenção no Iraque como justificável do ponto de vista da sua própria segurança nacional e da segurança internacional. A securitização do Iraque, ou seja, o tratamento dessa questão pela via da emergência e da excepcionalidade, também se deu pelo entendimento norte-americano de que a existência de um regime tal qual o de Saddam Hussein era uma afronta a eles e à comunidade internacional.

A importância de se trabalhar com a perspectiva da securitização nesse caso específico não se dá apenas pela identificação do recurso à exceção e a medidas emergenciais, mas principalmente pela construção discursiva de um objeto referente como relativo ao campo da segurança. A linguagem, ponto de partida da Escola de Copenhague, serviu para adjetivar o Iraque enquanto ameaça, ainda que a real

verificabilidade desta ameaça fosse questionável. Dessa forma, como pano de fundo que permeia toda esta pesquisa, tanto na sua avaliação teórica quanto empírica, encontra-se a reflexão sobre as capacidades e os limites do discurso enquanto mecanismo desencadeador de um processo de securitização – seria **apenas** o discurso o gatilho capaz de deflagrar uma percepção securitizante de uma questão? Ou, de maneira mais complexa, a ele devem ser incorporados outros fatores para uma avaliação holística da securitização enquanto processo de fato intersubjetivo?

Com esse trabalho, pretendemos entender dois instantes desse processo de securitização. Em primeiro lugar, a construção ideacional que possibilitou incluir o Iraque como um inimigo a mais na Guerra Global ao Terror e gerar um convencimento na audiência interna norte-americana para autorização do uso da força. Em um segundo momento, e de posse desta compreensão, temos por objetivo traçar como se desenvolveu o processo de convencimento que o interessado na securitização, no caso os Estados Unidos, empregou sobre outra audiência, agora o Conselho de Segurança da ONU; e o seu retorno, ou seja, como se comportou a audiência neste processo de negociação. Ademais, a partir dos testes empíricos em que submetemos a teoria de securitização, procuramos também apresentar suas contribuições para a expansão da área de segurança, além de problematizar alguns de seus aspectos que avaliamos como limitações ou inconsistências.

O primeiro capítulo desta dissertação aborda a teoria de securitização trazida pela Escola de Copenhague em seus aspectos que contribuíram para o alargamento ontológico e epistemológico dos estudos de segurança e, sobretudo, em suas antinomias e fragilidades explicativas. Inicialmente, o capítulo se propõe a realizar uma genealogia das matrizes intelectuais que serviram de base para a criação da teoria de securitização, refletindo sobre como a incorporação dessas diversas influências reverberou na sua formação e quais as consequências deste ecletismo intelectual para seu *framework* de análise. Em seguida, o capítulo discute a identificação de limites conceituais importantes na teoria, tais como: o confuso entendimento acerca do estatuto conferido à linguagem na securitização; a baixa problematização da variável do agente securitizador; a indefinição da variável da audiência; a carência de uma avaliação contextual da securitização; e a controversa definição da securitização como um processo que retira uma questão do campo da política e a eleva para outro patamar denominado por Wæver (1995) como “política do pânico”.

O segundo capítulo aborda primeiramente a construção ideacional neoconservadora que possibilitou uma aceitação pela audiência interna norte-americana da ação militar no Iraque. Dessa forma, abrimos o capítulo com uma breve historiografia do movimento neoconservador e seu processo de inserção na política norte-americana até o momento do seu segundo auge, em que o contexto posterior aos ataques terroristas do 11 de setembro lhe possibilitou reverberar suas ideias no núcleo central de tomada de decisões dos Estados Unidos e traduzi-las em ações políticas concretas. Para uma compreensão das bases intelectuais que conformaram esse processo de convencimento da audiência interna, dividimos as ideias neoconservadoras em três pilares centrais: a necessidade de uma ação externa pautada em um excepcionalismo internacionalista; a valorização do unilateralismo e a importância na capacidade militar; e a difusão internacional obrigatória dos valores liberais-democráticos. Após essa contextualização, nos debruçamos sobre a avaliação empírica da teoria de securitização na audiência do Congresso norte-americano.

O terceiro capítulo se dedica à avaliação empírica da teoria de securitização na audiência externa do Conselho de Segurança da ONU. Para tanto, inicialmente propomos uma contextualização histórico-política que perpassa pelo contexto intelectual do pós-Guerra Fria, pela securitização internacional do terrorismo e especificamente do caso afegão, o qual contribuiu para um julgamento positivo pelos Estados Unidos sobre a aceitação internacional em tratar o Iraque também pela via militar, e pelos antecedentes das relações entre Estados Unidos, Iraque e a comunidade internacional representada na figura da ONU e seu Conselho de Segurança desde a I Guerra do Golfo. Após situarmos espacialmente o movimento de securitização, pretendemos neste terceiro capítulo perscrutar de fato o processo securitizante estabelecido nas idas e vindas entre agente securitizador e audiência, identificando as estratégias discursivas utilizadas e as intencionalidades dos atores ao longo de todo esse processo.

Nas considerações finais, por sua vez, retomamos a temática do excepcionalismo internacionalista norte-americano em conjunto com os testes empíricos realizados a partir da teoria de securitização e apresentamos nossas percepções e conclusões acerca das contribuições explicativas desta teoria, além de suas limitações e inconsistências.

2 A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO

*Speaking is half his who speaks, and half his who hears; the later
ought to prepare himself to receive it, according to its bias; as with
tennis-players, he who receives the ball, shifts and prepares,
according as he sees him move who strikes the stroke, and according
to the stroke itself.
(Michel de Montaigne – Ensaios III)*

2.1 As fundações intelectuais da Teoria de Securitização e suas contribuições para o campo da segurança internacional

A gênese dos estudos de segurança se deu baixo o paradigma realista das relações internacionais, em grande parte devido à capacidade explicativa desta corrente teórica em relação ao momento histórico do entre guerras e da eclosão da II Guerra Mundial. Ao longo do tempo, esse campo das relações internacionais marcado pela forte presença da via tradicionalista, ancorada nas perspectivas (neo)realista e (neo)liberal, foi se transformando e abrindo espaço para a consideração de novas ontologias, epistemologias e metodologias.

Por volta dos anos 80 e 90 surgiram as abordagens pós-positivistas no campo das relações internacionais com o objetivo de apresentar alternativas às teorias tradicionalistas. Ainda que muito heterogêneas e com propostas diferentes sobre qual a melhor solução para os limites das perspectivas *mainstream*, estas teorias foram agrupadas sob o epíteto ‘pós-positivista’ devido à convergência que possuem em suas críticas. A primeira crítica geral se refere à centralidade do Estado, verificada nas teorias (neo)realistas e (neo)liberais, para a qual é proposta como solução o alargamento teórico para além do viés estadocêntrico. Uma segunda convergência pode ser verificada em relação à utilização de uma metodologia positivista e estrutural nas ciências sociais, em que a análise é baseada na identificação de regularidades conformadas pela existência de uma estrutura superior aos Estados. Os pós-positivistas afirmam que esta análise é falha na medida em que desconsidera a história, ao mesmo tempo em que marginalizam as particularidades de cada sociedade e de cada momento histórico (BUZAN; HANSEN, 2012).

Esta apreciação reflexiva reverberou também em outros campos da disciplina, como nos estudos de segurança. Sendo assim, aspectos subjetivos tais como **identidade**,

percepção¹, entre outros, passaram a ser considerados em um campo que anteriormente era orientado por uma concepção de segurança avaliada pelas capacidades objetivas dos Estados e por critérios exclusivos de racionalidade instrumental. Por não abarcar a questão da intersubjetividade, verifica-se que o reducionismo apresentado pelas teorias positivistas impede uma compreensão holística do conceito de segurança. Com o surgimento de novas correntes como o construtivismo e o pós-estruturalismo, a teoria de relações internacionais e os estudos de segurança se aproximaram então de outras áreas do conhecimento das ciências humanas.

No livro “*Security: A New Framework for Analysis*”, Buzan, Wæver e De Wilde (1998) propõem uma nova abordagem para a questão da segurança que se apresente como uma via média entre tradicionalistas e reflexivistas, de maneira a conciliar em um mesmo arcabouço teórico proposições de ambos entendimentos. Nesse sentido, os autores compreendem o argumento tradicionalista de que uma expansão do escopo da segurança para além do setor militar e da centralidade na figura do Estado poderia gerar uma incoerência intelectual para o campo, mas, ainda assim, não concordam que a melhor forma de se lidar com essa contingência seja pelo confinamento do escopo de análise. O fato de se colocar como uma via intermediária, a qual encampa o setor militar e o ente estatal e, no entanto, também vai além destes, possibilitou à Escola de Copenhague (EC) tantos bons quanto maus frutos. Em relação ao primeiro, tal postura garantiu-lhe considerável reverberação e notoriedade enquanto que, em relação ao segundo, fez com que recebesse críticas tanto do *mainstream* quanto das demais teorias.

O nosso objetivo neste capítulo é de revisitar a teoria da Escola de Copenhague apresentando as fontes intelectuais que influenciaram sua constituição, as suas contribuições para o campo e, posteriormente, os questionamentos e as inconsistências verificadas por teóricos de orientação tanto construtivista quanto pós-estruturalista.

Ao abrir espaço para novas agendas, sem abrir mão de algumas perspectivas mais tradicionalistas, a Escola de Copenhague conseguiu inserir novas ontologias e epistemologias em sua análise, como a figura do discurso e de novos entes não-estatais enquanto agentes no sistema internacional, de maneira permitir uma melhor compreensão sobre como nascem e morrem as ameaças no campo da segurança internacional. Em resumo, ela ajudou a conferir maior visibilidade a essas novas

¹ Importante ressaltar que as abordagens positivistas, de certa forma, já consideravam as questões de identidade e percepção para a avaliação da segurança internacional. Entretanto, as abordagens pós-positivistas trazem como contribuição uma mudança ontológica e epistemológica no tratamento destas mesmas questões.

vertentes, deslocando-as de seu anterior posicionamento teórico marginal. Acreditamos que justamente por essa característica, como mostra o gráfico abaixo, é que a proposta teórica da securitização teve uma considerável repercussão ao longo dos anos 2000 a 2009, principalmente nos trabalhos apresentados na *International Studies Association* (ISA).

Figura 1 – Aumento do número de artigos com o termo de-/securitização no título

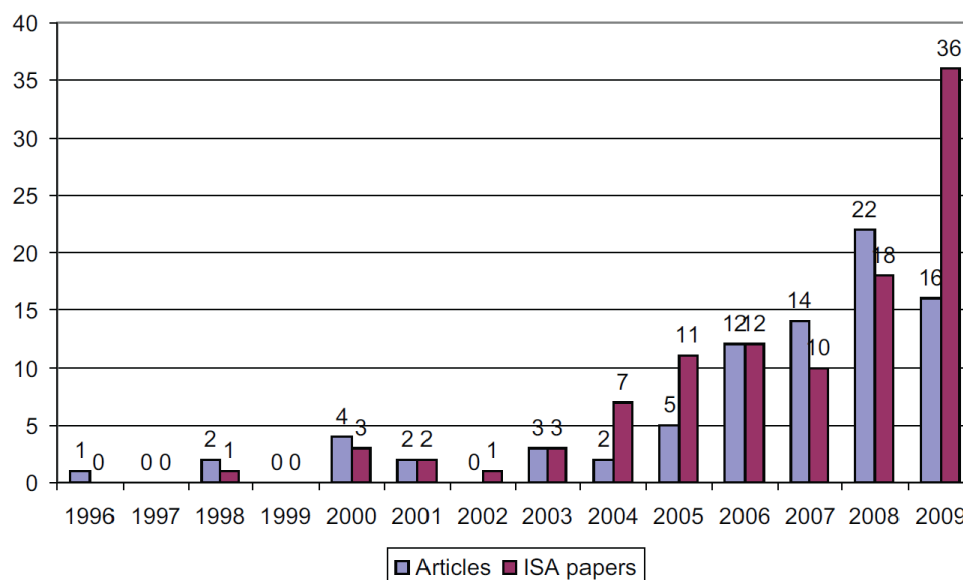


Figure 1. Securitization articles and ISA papers 1996–2009

Note: During 1996–2009, the ISI Web of Science reports 83 international relations journal articles with 'de-/securitization' in the 'topic' and the International Studies Association reports 142 papers with 'de-/securitization' in the title (search conducted 1 February 2010).

Fonte: GAD, Ulrik; PETERSEN, Karen, 2001.

A proposta do livro supracitado é de explorar, dentro da chamada “virada linguística”, a utilização da linguagem (seja ela oral ou textual) e incorporá-la aos estudos de segurança para articular o conceito de securitização cunhado pelos autores. Sendo assim, a prática discursiva é para o arcabouço teórico da Escola de Copenhague uma ferramenta fundamental na construção do movimento de securitização. De acordo com a EC, o movimento securitizante se inicia por meio de uma representação discursiva sinalizadora da existência de uma ameaça que, devido ao seu caráter de urgência, não pode e não deve ser tratada pelas vias normais da política, necessitando assim do recurso a medidas extraordinárias e emergenciais. A conclusão desse movimento se dá pela aceitação e consequente legitimação de uma audiência sobre a necessidade de tais medidas.

O processo de securitização se baseia então em três principais variáveis: o objeto referente, o agente securitizador e a audiência. Em resumo, o objeto referente é aquilo

que é percebido por um ou mais atores como uma ameaça e portanto é o objeto a ser securitizado; o agente securitizador é o ator que por meio do discurso tentará apresentar o objeto referente como ameaça, em busca de uma autorização da audiência para adotar medidas emergenciais; e a audiência é o *locus* capaz de legitimar ações excepcionais e possibilitar uma conclusão com sucesso (ou não) desse movimento. Importante notar que para a EC o sucesso da securitização não está necessariamente atrelado ao estabelecimento de medidas emergenciais, mas apenas à capacidade que o discurso tem de ganhar suficiente ressonância em relação a uma ameaça existencial, viabilizando a criação de uma plataforma que legitime tais ações. Ainda, de acordo com os autores:

The way to study securitization is to study discourse and political constellations²: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization.³ (BUZAN et al., 1998, p. 25).

O *kick start*⁴ para o processo de securitização ocorre a partir do *speech act*, ou seja, do ato de fala em que um ator invoca a questão da segurança. O simples ato de fala, entretanto, não é suficiente para que uma questão seja securitizada, sendo necessário ainda que ele seja aceito por uma audiência (BUZAN et al., 1998). Nessa dinâmica, o ator (ou os atores) que invoca a securitização necessita de poder e capacidade no cenário internacional para articular politicamente, junto aos demais atores, o convencimento da urgência presente em sua querela. Somente assim a securitização poderá ser realizada de maneira plena. Nesse processo, pouco importa se a ameaça percebida é de fato real ou não; o que importa, na verdade, é que ela seja

² A ideia de constelações políticas é brevemente exposta no livro que apresenta a teoria de securitização, de 1998, mas depois é retomada e aprofundada por Waever e Buzan (2009).

³ “O caminho para estudar a securitização é por meio do discurso e das constelações políticas: Quando um argumento, com a sua particular estrutura semiótica e retórica, alcança suficiente efeito para fazer com que uma audiência tolere violações que, pelo contrário, deveriam ser obedecidas? Se por meio de um argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o agente securitizador resolve passar livremente por cima de procedimentos ou regras que ele ou ela em outro momento estariam presos, nós estamos testemunhando um caso de securitização” (BUZAN et al., 1998, p. 25, tradução nossa).

⁴ A utilização desta metáfora para a securitização é interessante, pois confere ao movimento a dimensão de que o ato discursivo se constitui também em uma engrenagem (alavanca) que desencadeia todo um processo em cadeia quase inevitável (no caso da securitização, para a conclusão de fato deste processo resta apenas a aceitação da audiência).

apresentada discursivamente como tal por um agente securitizador e que essa apresentação seja bem sucedida a ponto de produzir convencimento.

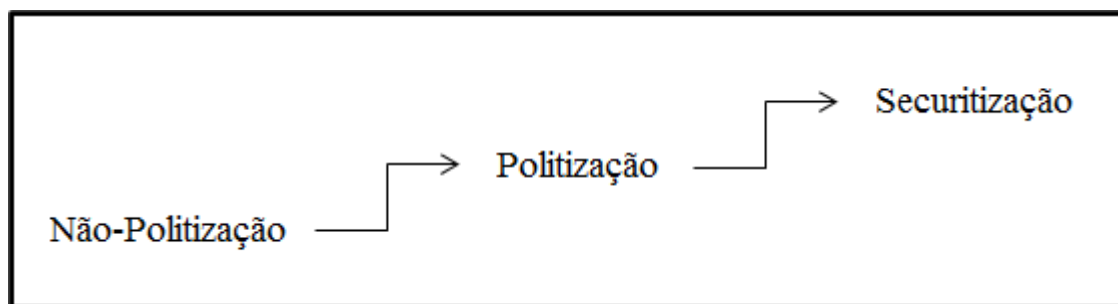
De acordo com Buzan (et al., 1998), uma vez que a segurança pode ser acionada por uma estrutura discursiva, ela não pode ser avaliada apenas de maneira objetiva. A comprovação ou não da existência real de uma ameaça por critérios objetivos é aspecto secundário para a EC, na medida em que o que conta de fato são as percepções dos atores em relação a uma questão. A verificação de uma dinâmica de (in)segurança seria derivada de um processo de construção social iniciado por meio da elocução de um ato de fala, o que nos aponta uma clara prevalência na consideração de critérios subjetivos em relação aos objetivos. De acordo com Waever, “[...] muitas ameaças reais existem, mas elas não vêm com um rótulo de segurança anexado”, de maneira que a “securitização significa uma forma particular de lidar com uma questão particular, processando uma ameaça através do formato da segurança”⁵ (WAEVER, 2011, p. 9). Dessa forma, a qualificação de uma questão como sendo de segurança pertence ao seu gerenciamento enquanto ameaça, e não à ameaça em si.

Uma das grandes contribuições da EC para o campo consiste justamente na possibilidade de usar o discurso como variável que inaugura e funda uma prática de securitização. As ameaças são, portanto, construídas no discurso e pelo discurso. Dessa forma, a teoria de securitização não se fixa em uma natureza específica da ameaça na medida em que seu núcleo central reside na proposta de explicar como as ameaças são construídas discursivamente.

Ainda, há para a teoria um nivelamento em escala na identificação de questões como ameaças (ou não) que varia do não-politizado, para o politizado e, então, para o securitizado. Assim, (i) a não-politização ocorre quando uma questão se encontra fora das discussões e decisões políticas; (ii) enquanto que a politização é identificada pela consideração de um Estado, por exemplo, de assuntos que virão a ser tratados por meio de políticas públicas; (iii) e a securitização, para a EC, é a quando há a necessidade de ultrapassar a esfera normal de decisões políticas e avançar para a adoção de medidas excepcionais sobre uma situação específica. Para uma melhor visualização desse gradiente, ver figura abaixo:

⁵ No original: “*Lots of real threats exist, but they do not come with the security label attached. Securitization ultimately means a particular way of handling a particular issue, processing a threat through the security format.*” (WAEVER, 2011, p. 9, tradução nossa).

Figura 2 - Figura baseada no modelo construído por Buzan



Fonte: Buzan et al., 1998.

A Escola de Copenhague também trabalha com uma abordagem multisetorial da segurança, em que identifica a existência de cinco setores: (i) militar; (ii) político; (iii) econômico; (iv) societal; (v) e ambiental. Através desta abordagem, a EC propõe um alargamento para além da agenda tradicional político-militar sem, entretanto, deixar de contemplá-la. Justifica-se assim a expansão dos setores referentes aos estudos de segurança na medida em que ela é percebida como um processo dinâmico construído por meio das relações agente-estrutura (BUZAN et al., 1998).

This was how securitization theory 'solved' the widening impasse. Until the invention of the concept of securitization, 'widening security' had to specify either the actor (the state) or the sector (military), or else risk the 'everything becomes security' trap. Securitization theory handled this problem by fixing form: whenever something took the form of the particular speech act of securitization, with a securitizing actor claiming an existential threat to a valued referent object in order to make the audience tolerate extraordinary measures that otherwise would not have been acceptable, this was a case of securitization; in this way, one could 'throw the net' across all sectors and all actors and still not drag in everything with the catch, only the security part. As a result, however, the fixation of security in definite form became inflexible. (WAEVER, 2011, p.6).⁶

A influência discursiva do *speech act* na teoria de securitização pode ser claramente identificada como uma herança do pensamento de J.L. Austin, filósofo da linguagem considerado como o pai da teoria do ato de fala. O pensamento austiniano se

⁶ “Foi dessa forma que a securitização ‘resolveu’ o impasse do debate que pretendia expandir as fronteiras da segurança. Até a invenção do conceito de securitização, expandir a segurança precisava especificar tanto o ator (o Estado) ou o setor (militar), ou arriscar a armadilha do ‘tudo se torna segurança’. A teoria de securitização lidou com esse problema por meio da fixação da forma: sempre que algo tomar a forma de um ato de fala de securitização particular, com um ator securitizador alegando existência de uma ameaça existencial para um objeto referente valioso de forma a fazer com que audiência tolere medidas extraordinárias que ao contrário não seriam aceitas, esse foi um caso de securitização; dessa forma, é possível ‘jogar a rede’ por todos os setores e todos os atores e ainda assim não considerar tudo a disposição, mas apenas a parte da segurança. Como resultado, no entanto, a fixação da segurança em uma forma definida se torna inflexível.” (WAEVER, 2011, p. 6, tradução nossa).

propõe a preencher uma falha identificada no pensamento filosófico sobre a consideração de representações discursivas: a apreciação apenas descritiva de enunciados, em que eles são avaliados como relatores de um “estado de coisas” e por isso seguem uma lógica dicotômica de avaliação entre verdadeiro *versus* falso. De acordo com Austin (1962), enunciados que são utilizados para protagonizar uma ação e, portanto, não podem ser enquadrados nesse raciocínio verdadeiro/falso foram erroneamente desconsiderados pela filosofia da linguagem. Para a emissão dessa espécie de *statement*, denominado por Austin de *performative utterances* ou *performative speech acts*, ser entendida como a executante de uma ação ela precisa atender a duas condições: “(a) eles [os enunciados] não ‘descrevem’, ‘reportam’ ou constatarem nada, não são verdadeiros ou falsos; (b) e a enunciação dessa sentença é, ou ao menos é parte, do ato de realizar uma ação, em que ela não poderia ser descrita apenas como o ato de falar algo” (AUSTIN, 1962, p.5).

Como exemplos do discurso enquanto executante de uma performance, Austin se refere, entre outros, ao casamento e a realização de uma aposta. Em ambos os casos, a simples enunciação de frases como **eu aceito** ou **eu aposto** por si só já inauguram a concretização dessas ações. Ele identifica então três diferentes tipos de *speech act*: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O primeiro consiste na expressão verbal ou escrita de um discurso que contenha um dado sentido e referência, como na frase “ele me **disse** para atirar nela”⁷ (AUSTIN, 1962, p.101), enquanto que o segundo ato de fala vai além do primeiro e se refere a um enunciado também com um sentido e uma referência mas dotado de uma força performativa, como exposto na sentença “ele **insistiu** (ou aconselhou, ordenou, etc) para que eu atirasse nela”⁸ (AUSTIN, 1962, p.101). O ato de fala perlocucionário consiste em um enunciado que não só possui sentido e força performativa, mas que principalmente traz à tona a concretização dos efeitos intrínsecos ao enunciado, de acordo com o exemplo “ele me **convenceu** a atirar nela”⁹ (AUSTIN, 1962, p. 101). Segundo Austin, essa gradação das diferentes formas do uso da linguagem pode ser mais facilmente ilustrada pela identificação dos atos com os seguintes movimentos: o ato locucionário como sendo **ele disse que**, do ato

⁷ No original: “he said to me to ‘shoot her’” (AUSTIN, 1962, p. 101, tradução e grifo nosso)

⁸ No original: “he urged (or advised, ordered, etc) me to shoot her” (AUSTIN, 1962, p. 101, tradução e grifo nosso).

⁹ No original: “he persuaded me to shoot her” (AUSTIN, 1962, p. 101, tradução e grifo nosso).

elocucionário como **ele argumentou que** e do ato perlocucionário como **ele me convenceu que**¹⁰.

Austin (1962) estabelece também seis condições necessárias para que o *speech act* logre sucesso. Em resumo, a primeira condição explicita que o ato de fala precisa estar alinhado com procedimentos convencionais geralmente aceitos, como a utilização de certas palavras por indivíduos específicos em situações também específicas. Na segunda condição, as pessoas e as circunstâncias em um dado caso precisam ser apropriadas para evocação de um procedimento particular. Sobre a terceira e quarta condições, o procedimento deve ser executado por todos os participantes de forma correta e completa. Em quinto lugar, os pensamentos e sentimentos daquele que invoca o procedimento precisam estar de acordo com a sua enunciação e, em sexto lugar, é preciso que o enunciador do ato de fala tenha a intenção de manter sua conduta em conformidade com a sua enunciação.

Ainda que a teoria de securitização não incorpore explicitamente essas seis condições no seu arcabouço teórico, a consideração ao menos das quatro¹¹ primeiras condições estabelecidas por Austin nos possibilitaria um entendimento mais claro sobre o processo de securitização. Através delas, incorporamos ao ato de fala a noção de que é necessário um conjunto particular de representações discursivas, uma situação propícia e a presença de atores com capacidade para dar reverberação a um dado *speech act*. Nessa avaliação, o ato de fala é em si e por si só uma variável vazia em capacidades performativas. Ao aprofundar a teorização da variável do agente securitizador, tais condições não só contribuem para uma melhor visualização de como possivelmente o movimento será delineado e da favorabilidade em termos de aceitação pela audiência,

¹⁰ Ou ainda, como sintetizado por Habermas (apud BALZACQ, 2011), essa tríade pode ser expressa de acordo com a seguinte sentença: “o ato de dizer algo, o comportamento ou a forma de se dizer algo, e a produção de resultados por meio do ato de ter dito algo”.

¹¹ A referência apenas às quatro primeiras condições se dá pelo nosso entendimento de que a quinta condição é extremamente subjetiva e de pouco acréscimo teórico-conceitual para a teoria de securitização, já que nela pouco importa se sentimentos e pensamentos daquele que evoca o ato de fala estão de acordo com a sua enunciação, desde que tal enunciação tenha força performática suficiente para produzir convencimento em uma audiência. De acordo com Taureck (2006), a desconsideração dessa condição não anula o ato de fala como fundante da securitização, na medida em que ela ainda assim pode obter sucesso mesmo quando o ator securitizador não é sincero em sua enunciação; essa condição, afirma a autora, pode ser interessante para futuros trabalhos sobre a teoria de securitização que pretendem avaliar a existência de securitizações positivas e negativas. Sobre a sexta condição, por ela estar situada em um momento posterior a aceitação da audiência, acreditamos que a sua consideração geraria nesse momento uma confusão teórica. Entretanto, como exploraremos mais a frente, poderíamos questionar se a conclusão do movimento de securitização reside na (ou apenas na) aceitação por uma audiência ou na adoção de uma conduta securitizante (adoção de medidas emergenciais e excepcionais) pelo agente securitizador.

como principalmente reforçam o caráter de intersubjetividade pretendido pela EC com a teoria de securitização.

Dessa forma, a formulação da teoria do *speech act* desenvolvida por Austin (1962) é importante para a Escola de Copenhague pois lhe permite trazer uma consideração discursiva para a área de segurança, sob a lógica de que a simples emissão da palavra **segurança** já aciona o gatilho desencadeador do movimento de securitização. Uma segunda contribuição do pensamento austiniano, mesmo que extrapolando o arcabouço apresentado por Buzan, Waever e De Wilde (1998), seria o entendimento de quando e como os atos de fala funcionam ou falham.

A influência do pensamento de Derrida, embora não tão explícita quanto a de Austin, também pode ser verificada na teoria de securitização. Derrida critica o trabalho de Austin ao afirmar que na sua proposição filosófica do ato de fala a questão do contexto é apresentada de maneira fixa, quando, ao contrário, tal apresentação não condiz com a realidade na medida em que todo contexto encontra-se sempre em fluxo. Para Derrida, a falha ou o sucesso da performance do ato de fala não pode ser avaliado com base na experiência porque, ao perceber o contexto como algo em fluxo, toda enunciação e todo contexto são elementos sujeitos a uma difusão de significados; ou seja, são sujeitos a um processo em que o contexto original sofre alterações (TAURECK, 2006). Com o auxílio da expressão cunhada pelo próprio filósofo, todos os contextos estão submetidos a uma constante “polissemia irreduzível” (DERRIDA, 1982, p.322).

A contribuição do pensamento derridariano para a teoria de securitização está na transferência do seu entendimento da linguagem para avaliação da segurança. De acordo com Derrida, “[il] n’y a pas hors-texte” (DERRIDA, 1967, p.227), ou seja, não existe nada fora do texto, de forma que aquele que pretende avaliar uma representação discursiva não pode depreender do discurso as intenções pessoais de um ator, mas apenas o significado puro e simples daquilo que está no texto. Derrida ainda avança nessa consideração e afirma que o texto é mais importante pelo que faz ou produz do que necessariamente pelo que diz.

Em relação à teoria de securitização, a filosofia derridariana é importante no nível metateórico. Uma das premissas centrais da EC é que a enunciação da palavra **segurança** traz consigo a própria ação de securitizar uma questão, ou seja, de tratá-la como sendo pertinente ao campo da segurança. A proposta de Derrida contribui para delimitar a consideração do discurso em práticas de segurança, dado que a teoria de

securitização se concentra em estudar como um texto, no caso como a emissão da palavra **segurança**, pode produzir novos significados e desdobramentos, em vez de relacioná-lo a um contexto específico¹² (TAURECK, 2006).

*In my case, some of the most important areas where this general 'philosophy' was worked out by Derrida was in relation to speech act theory and not least in relation to discourse analysis. It points to the centrality of studying in a text, how it produces its own meaning, rather than relating it to a 'context', which is a doubtful concept because it tends to imply the traditional sender-receiver view of communication where an original meaning can be retrieved if only put in the proper context.*¹³ (WAEVER, 2004, p.18).¹⁴

Ademais, isso significa que para a teoria de securitização não é possível (e na verdade pouco importa) perceber e inferir como os atores pensam internamente ao enunciar a palavra **segurança**¹⁵; o que se discute na teoria e o que ela considera é apenas o que esses atores pensam em voz alta (TAURECK, 2006). Sendo assim, o pensamento de Derrida, ainda que se coloque em contraponto ao de Austin, atua na teoria de securitização como um complemento à teoria do ato de fala.

Outra influência que normalmente é identificada como presente na teoria de securitização é a de Carl Schmitt (1992), através da sua obra “O Conceito do Político”. Waever (2004) afirma que, embora tivesse um conhecimento superficial sobre a filosofia política schmittiana, o primeiro esboço em 1988 do que viria a ser a teoria de securitização surgiu sem nenhuma relação intencional com o trabalho de Schmitt. O contato mais detalhado de Waever com as proposições do filósofo alemão só aconteceria anos depois, como aponta o próprio Waever (2004) em um artigo sobre os dez livros que influenciaram seu pensamento.

¹² Alguns autores que revisitaram a teoria de securitização irão criticá-la justamente por perceberem a desconsideração do contexto em sua proposição e por avaliarem que tal característica acaba por enfraquecê-la. Na nossa perspectiva, a ausência do contexto pode ser de fato considerada como um limite da teoria de securitização.

¹³ Embora Waever neste trecho apresente que a desconsideração do contexto se dá também pela tentativa de se afastar da visão tradicional da comunicação baseada na relação remetente-receptor, acreditamos que a teoria de securitização não consegue manter esse afastamento. Mesmo com a ausência do contexto, o estabelecimento da securitização como um movimento que parte do agente securitizador e se dirige a uma audiência acaba retomando a lógica remetente-receptor e tornando-a fundamental para a apreensão de todo o processo.

¹⁴ “No meu caso, uma das mais importantes áreas em que essa ‘filosofia’ geral foi trabalhada por Derrida se deu em relação à teoria do ato de fala e não apenas em relação à análise de discurso. Isso aponta para a centralidade de estudar dentro de um texto, como ele produz o seu próprio significado, em vez de relacioná-lo a um contexto, o qual é um conceito duvidoso porque ele tende a implicar a tradicional visão remetente-receptor da comunicação, em que um significado original só pode ser resgatado apenas quando posto no contexto apropriado.” (WAEVER, 2004, p. 18, tradução nossa).

¹⁵ A complementação de Derrida para a teoria de securitização contribui para a desconsideração da quinta condição proposta por Austin para o sucesso do ato de fala, como explicitado anteriormente.

Schmitt desenvolveu na Alemanha da República de Weimar sua proposta do conceito do político, em que afirma que a essência da política se revela pela intensidade da relação entre os atores, a qual em seu grau máximo de intensificação estabelece uma distinção antagônica entre amigos e inimigos. Dessa forma, na medida em que a política é estabelecida mediante avaliações de alteridade, somente a lei, para o filósofo, não era capaz de regular o Estado, já que ela não consegue abranger todas as eventualidades, principalmente em momentos nos quais uma situação emergencial é identificada. A partir dessa perspectiva, Schmitt destaca outro ponto importante de seu pensamento: a teoria sobre a capacidade decisória do soberano. Para ele, considerando a lei enquanto construção social e portanto sujeita a manipulações e interpretações individuais, em momentos de emergência faz-se necessário o surgimento da categoria de ‘o político’; ou seja, ‘o político’ como aquele, o soberano, capaz de decidir sobre a exceção.

A distinção especificamente política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre *amigo* e *inimigo*. Ela fornece uma determinação conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou especificação de conteúdos. (...) A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação. (...) O caso extremo de conflito só pode ser decidido pelos próprios interessados; a saber, cada um deles tem de decidir por si mesmo, se a alteridade do estrangeiro, no caso concreto do conflito presente, representa a negação da sua própria forma de existência, devendo, portanto, ser repellido e combatido, para a preservação da própria forma de vida, segundo sua modalidade de ser. (SCHMITT, 1992, p.51-52).

A teoria schmittiana e a teoria de securitização possuem similaridades tanto na narrativa utilizada, quanto, em certa medida, na temática abordada. Segundo Williams (2003), a primeira relação que poderíamos estabelecer entre Schmitt e a Escola de Copenhague está na identificação pela teoria de securitização da necessidade de uma ameaça existencial. Da mesma forma que para Schmitt pouco importa a natureza intrínseca de uma questão, mas sim a intensidade da relação de um ou mais atores com ela de tal maneira determinar a existência de um antagonismo amigo-inimigo, para a Escola de Copenhague a natureza de uma questão enquanto real ameaça ou não também é desconsiderada, valendo apenas o processo que lhe constrói e apresenta como ameaça existencial. Ainda, uma segunda ponte entre ambas proposições pode ser estabelecida em relação ao papel da excepcionalidade. Enquanto que para o jurista alemão o soberano é aquele que se estabelece acima do sistema legal normal e tem o poder de decidir sobre a exceção, para a Escola de Copenhague o processo de securitização só se

completa quando o agente securitizador consegue obter legitimidade para atuar acima do sistema normal da política¹⁶ (WILLIAMS, 2003; TAURECK, 2006). A aproximação com as ideias schmittiana faz com que a teoria de securitização retenha algumas características de uma perspectiva mais tradicionalista dos estudos de segurança, como a questão da sobrevivência, a reivindicação por um agente (mais comumente o estatal) de medidas extraordinárias e a emergência de uma situação de perigo e ameaça extrema.

A dialética proposta por Schmitt entre amigo-inimigo não é uma dialética essencialmente antitética, vez que não entende essa relação enquanto fruto da oposição entre duas questões que partilham a mesma essência, mas é sobretudo uma dialética antinômica pois compreende a relação amigo-inimigo como derivada do conflito entre questões com diferentes essências (FREUND, 1965). Da mesma forma, para a Escola de Copenhague, a relação entre politização e securitização perpassa pelo mesmo entendimento dessa dialética antinômica – a securitização e a desecuritização (enquanto movimento de retorno ao patamar da politização) não possuem em si a mesma essência e não partilham a mesma lógica de funcionamento.

Em complemento ao conceito de securitização, a Escola de Copenhague apresenta um conceito gêmeo a ela: o conceito de desecuritização. O processo de desecuritizar consiste na retirada de uma questão do modo emergencial e sua consequente transferência para o âmbito normal de barganha da esfera política. Dessa forma, a desecuritização seria preferível no longo prazo para evitar a mobilização extremada de medidas de exceção. A desecuritização é um termo semanticamente derivado da securitização, mas atua também como seu complemento ou, metaforicamente, como a outra face de uma mesma moeda. Ainda que o termo **desecuritização** seja visto em posição de subordinação e como derivativo da **securitização**, sem a sua existência a própria noção de securitização ficaria incompleta, pois ela também é definida e delimitada pelo seu antagônico. Assim, se a securitização é um ato político, a desecuritização não deveria ser vista de outra forma a não ser também enquanto um ato político (HANSEN, 2012).

Entretanto, o conceito de desecuritização carece de maior esforço e aprofundamento teórico pela Escola de Copenhague, vez que a insuficiente atenção

¹⁶ Ainda que seja possível estabelecer uma relação entre Carl Schmitt e a Escola de Copenhague, o entendimento da EC sobre a política dentro da teoria de securitização por vezes nos parece confuso e, portanto, um pouco afastado da perspectiva schmittiana. De acordo com Hansen (2012), a Escola de Copenhague não explicita claramente qual é a sua perspectiva sobre a questão da política, pois deriva de um meio termo entre diversos e complexos teóricos tais quais Derrida, Foucault, Arendt, Schmitt e Habermas.

dada por ela à questão da política em seu arcabouço teórico torna tal conceito sub-teorizado e aberto a interpretações (FLOYD, 2007; ARADAU, 2004). A desecuritização não pode ser avaliada sob a mesma base discursiva na medida em que, diferentemente da securitização, ela não é um processo realizado em duas etapas no qual um *speech act* apresenta uma questão como não-ameaça e os atores envolvidos deixam de enxergá-la pelo viés da segurança. Resgatando Schmitt, se a teoria de securitização se assenta na tensão amigo-inimigo, o seu complemento, a teoria de desecuritização, se situa no afrouxamento dessa mesma tensão, o que nos aponta para questão de que o ato de desecuritizar não consegue ser realizado apenas com base em uma representação discursiva desecuritizante, mas sim por um processo mais complexo de questionamento e transformação de percepções de ameaça e identidades entre o *self* e o *other* (HANSEN, 2012)

2.2 Limites Conceituais da Teoria de Securitização

Embora a teoria de securitização tenha contribuído para a expansão e o aprofundamento na consideração de aspectos imateriais no campo dos estudos de segurança, a sua grande reverberação na área se deu também pelas críticas que lhe foram dirigidas tanto por teóricos mais próximos a um construtivismo convencional, quanto por teóricos pós-estruturalistas. A proposta desta seção consiste em apresentar tais críticas e algumas respostas dadas a elas, em conjunto com nossas considerações e percepções perante a teoria.

Desde o surgimento da proposição teórica da Escola de Copenhague, muitos acadêmicos da área têm ajudado a aprofundar nosso entendimento acerca das matrizes intelectuais da teoria de securitização (TAURECK, 2006, HANSEN, 2011), suas implicações políticas, filosóficas e sociológicas (HUYSMANS, 1998; GUZZINI, 2011; WILLIAMS, 2003; ARADAU, 2004, 2006; FLOYD, 2007; VUORI, 2008; BALZACQ, 2005, 2011), seu silêncio em relação a questões de gênero (HANSEN, 2000), bem como sua aproximação com o pós-estruturalismo, sobretudo acompanhada da crítica evidenciando uma parcial proximidade com esse viés teórico e propondo um estreitamento de laços entre ele e a teoria de securitização (STRITZEL, 2007; FLOYD, 2010; HANSEN 2011, 2012).

Perante as diversas leituras sobre a teoria de securitização, Stritzel (2007) conseguiu agrupá-las em três conjuntos dentre os quais a ideia de securitização é percebida de maneira distinta e dotada de significados diferentes. Para o primeiro grupo, a securitização é vista como um ato político, visão esta derivada de uma avaliação pós-estruturalista da teoria schmittiana e da incorporação do conceito de política trazido por Hannah Arendt. O segundo grupo aponta a securitização como uma metalinguagem, pois a percebe enquanto gramática universal que pode ser encontrada em múltiplos contextos culturais e configurações sociais. Já o terceiro grupo vê a securitização como uma prática inserida em um contexto porque acredita que esse processo envolve complexas dinâmicas sociolinguísticas e sociopolíticas.

Dessa forma, acreditamos que é preciso expandir as fronteiras daquilo que originalmente entendemos por securitização na medida em que o modelo proposto por Buzan (et al, 1998) se mostra limitado e limitante. O conceito de securitização é muito rico para os estudos de segurança, mas seu *framework* de trabalho acaba reduzindo o poder explicativo da teoria. Ao assumir a securitização enquanto um fenômeno social complexo, acreditamos que ela é capaz de melhor abranger e compreender diversos casos a partir do seu recurso teórico.

Sob essa perspectiva sociológica, Balzacq (2005) afirma que a proposta inicial da teoria da Escola de Copenhague se mostra muito formalista, principalmente no que tange a ação discursiva da segurança, de maneira que tanto para ele quanto para demais teóricos, como Huysmans (1999), Guzzini (2011) e Bigo (2011), torna-se necessário acrescentar um conjunto de novas variáveis a fim de refinar e clarear o entendimento dessa teoria.

Com o objetivo de melhor organizar as considerações feitas acerca dos limites da Escola de Copenhague e sua teoria de securitização, esta seção será subdividida nas seguintes temáticas: *speech act*; audiência; contexto; movimento securitizante e ator securitizador; e a questão da política.

2.2.1 Problematizações teóricas do *speech act*

A teoria de securitização é identificada por seus autores como parte de um processo intersubjetivo, principalmente por se valer e encarar o discurso como forma de ação e, portanto, instrumento capaz de gerar consequências. No entanto, a maneira

como esse mesmo discurso é percebido traz alguns questionamentos para verificabilidade deste caráter intersubjetivo.

Apesar de considerarem uma mesma ontologia, construtivismo¹⁷ e pós-estruturalismo possuem diferentes epistemologias para tratar da análise do discurso. Ao partirem de suportes conceituais diferentes em que o primeiro se apoia em uma orientação sociológica, enquanto o segundo em uma orientação estética e literária, as duas vertentes acabam produzindo entendimentos distintos de como se dá todo o processo de securitização. Para o construtivismo, assume-se que o enunciador da fala é o executante da performance e que a linguagem é por ele utilizada como uma ferramenta que constrói e ao mesmo tempo é construída pela realidade. No pós-estruturalismo, é a linguagem que assume uma figura performativa; ou seja, ela é por si só a executante da performance independente das intenções e objetivos do agente (DEBRIX, 2003).

Para Balzacq (2011), essa diferenciação epistemológica se traduz na verificação de duas vertentes acerca da utilização do discurso: a filosófica e a sociológica. Em relação à primeira, percebida por ele como base estruturante da teoria de securitização e oriunda do pós-estruturalismo, Balzacq possui uma postura crítica pois afirma que ao encarar a linguagem como a própria executante da performance ela reduz a segurança a um procedimento convencional, como nos exemplos da aposta e do casamento¹⁸. Nesse sentido, a ênfase dada por essa vertente a função da linguagem no sentido de “[...] *by saying it [security] something is done*” (BALZACQ, 2011, p.1), acaba por transformá-la em uma teoria auto-referencial. Nas palavras do autor, “a tradição pós-estruturalista acredita em um poder de **magia social** da linguagem, uma magia em que as possíveis condições das ameaças são internas ao ato de se dizer *segurança*”¹⁹ (BALZACQ, 2011, p.1).

De maneira oposta, a corrente sociológica encara a segurança como um processo pragmático que é parte de uma configuração de circunstâncias. A linguagem gera uma

¹⁷ Apesar de abordar o construtivismo de uma maneira geral, é importante não desconsiderar as nuances internas a esta teoria. Sendo assim, se faz necessário esclarecer que o construtivismo não é um monólito, apresentando subdivisões em seu interior que, na avaliação de Hopf (1998), foram identificadas como duas vertentes denominadas de convencional e crítica.

¹⁸ Esta metáfora é interessante para explicar a linguagem como a executante da performance na medida em que, no casamento, o ato de dizer ‘sim’ em um momento e contexto específicos cria o casamento em si, ou seja, inicia a sua existência de fato.

¹⁹ No original: “*poststructuralist tradition believe in a ‘social magic’ power of language, a magic in wich the conditions of possibility of threats are internal to the act of saying ‘security’*”. (BALZACQ, 2011, p. 1, tradução nossa, grifos do autor).

sucessão de consequências não somente devido à sua simples elocução, mas também em razão de uma conformação de práticas, contextos e poder. Em síntese, o caráter performativo não reside apenas no discurso, mas sim em toda a sua construção, a qual é mediada pelo *habitus*²⁰ do agente discursivo e da audiência; ou seja, por um conjunto de disposições que formam suas percepções e comportamentos. A agregação de outras variáveis como corresponsáveis pelo desencadeamento de ações provenientes do ato de fala seria, para o autor, a característica principal que permite verificar na vertente sociológica um caráter intersubjetivo.

A Escola de Copenhague nunca elaborou em detalhes na sua teoria os três atos que compõe para Austin (1962) a totalidade do ato de fala. Esse problema se torna mais visível quando Buzan (et al, 1998) enfatiza o papel da audiência como instância capaz de fazer com que um movimento de securitização tenha sucesso. A convivência de ambas definições, de que a securitização de uma questão é interna ao ato de dizer segurança e de que a securitização só se conclui com a aceitação de uma audiência, em nossa visão, gera uma confusão sobre qual é o foco da teoria de securitização, se no ato ilocucionário ou no ato perlocucionário. Ou seja, se o foco é em uma matriz essencialmente linguística, com a linguagem como executante da performance, ou se em uma matriz sociolinguística, com a linguagem sendo parte e portanto coautora da performance, em conjunto com outras variáveis. Na nossa visão, a Escola de Copenhague fica no meio termo entre essas perspectivas, pendendo para uma maior proximidade com a primeira, quando acreditamos que a segunda e sua proposta de alargamento da ideia de securitização acrescenta capacidade explicativa à teoria.

Compartilhando essa proposta sociológica com Balzacq (2011), Guzzini (2009) aponta que o tema da segurança deveria passar por um processo de “sociologização”²¹, para que seja possível entender como o binômio segurança/insegurança é produzido e percebido sociologicamente. Para ele, embora não seja possível captar a substância da segurança, mas apenas perscrutar a sua performance (como o faz a securitização), a perspectiva da Escola de Copenhague não é suficiente para captar todo o conteúdo da

²⁰ Princípio sociológico trazido por Bourdieu que, segundo Wacquant, se constitui em “uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’” ou, ainda, “o *habitus* fornece ao mesmo tempo um princípio de **sociação** e individuação: sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (...); individuação porque cada pessoa, ao ter uma localização e uma trajetória únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (2007, p. 2).

²¹ No original, “*sociologizing*”, neologismo cunhado pelo próprio autor. (GUZZINI, 2009, tradução nossa)

segurança, a não ser quando interconectada com uma ontologia social do discurso e de práticas sociais. A capacidade performática da representação discursiva é entendida como parte de um “constante processo de [re]construção social da realidade (social)” (GUZZINI, 2009, p. 8).

Em resposta às críticas pelo caráter fixo que a proposta do *speech act* confere à teoria, Waeber (2011, p. 6) afirma que esse é “[...] o ponto cego essencial que toda teoria possui”²². Porém, ao se pensar no papel da teoria enquanto ferramenta analítica, isso talvez possa também ser um ponto positivo já que até mesmo um ponto cego pode possibilitar o surgimento de alternativas explicativas. Nesse sentido, “[...] somente através de operações claramente definidas é que algo emerge com clareza; até o limite de um conceito é mais informativo que a falta de qualquer clara distinção”²³ (Waeber, 2011, p. 6).

A proposição da segurança como um processo de tradução formulada por Stritzel (2007), em vez da segurança como um ato de fala, visa justamente contribuir para a elaboração de um entendimento da segurança que consiga suprir os limites identificados na teoria de securitização. De acordo com o autor, o conceito de tradução sugere que os significados de segurança são produzidos por práticas iterativas, ou seja, por um processo realizado inúmeras vezes em que a difusão e a transformação dos entendimentos de segurança ocorrem mediante uma sequência de atos repetidos. A vantagem explicativa desse conceito estaria na sua compreensão processual da segurança, uma vez que consegue incorporar uma perspectiva histórica e empírico-reconstrutiva, situando os movimentos de securitização em um conjunto temporal e espacial. Nas palavras do autor:

*But, if the meaning of security is not fixed, how can one then know that a certain discourse is a security discourse? Is not some ‘security essentialism’ necessary or inevitable?13 From a translational perspective, meaning always appears in clusters of relations, reflecting specific historical sequences, and it is always produced in specific social fields. (...) An indication of current meanings is thereby usually suggested by their relationship to past meanings/practices as, from a translational perspective, the meaning of an utterance always needs to be read in relation to other (past/existing) utterances in order to be understood.*²⁴ (STRITZEL, 2007, p. 5).

²² No original, “*this fixation of form becomes the essential blind spot that every theory has*”. (WAEVER, 2011, p. 6, tradução nossa).

²³ No original, “*only through clearly defined operations does anything emerge with clarity; even the limit of a concept is more informative than the lack of any clear distinction.*” (WAEVER, 2011, p. 6, tradução nossa).

²⁴ “Mas se o significado da segurança não é fixo, como alguém pode saber que um certo discurso é um discurso de segurança? Uma espécie de essência da segurança não seria necessária ou inevitável? De

Nessa proposta, Stritzel (2007) dedica-se a reconstruir o núcleo central do conceito de segurança enquanto processo discursivo por meio da relação entre ele e a ideia de tradução, com base em cinco pontos principais: a noção de passagem, a construção de significado, a definição de fronteiras para o conceito de tradução, a consideração contextual, e o entendimento da tradução como processo indefinido. A noção de passagem significa incorporar à securitização uma perspectiva que transfira a ela uma característica própria da tradução, a saber, a capacidade de converter a forma ou o meio de um enunciado e a competência de movê-lo de um lugar para outro. A construção de significado na caracterização da segurança como uma tradução se refere à noção de que securitizar seria igual ao ato de traduzir, pois ambos vão além da simples transferência espacial de um objeto sem a alteração de significados – a tradução, assim como a securitização, “[...] não apenas replica uma fonte original, não apenas transporta significado, mas também produz criativamente [novos] significados, reescreve, rearticula e re-representa algo em novos termos”²⁵ (STRITZEL, 2007, p. 3).

A definição de fronteiras para o conceito de tradução pretende afastá-lo de uma leitura pós-estruturalista dos atos performativos do discurso, não no sentido de desconsiderar que eles podem criar significados, mas sim de que tal criação é limitada: as traduções são “[...] produções limitadas, inovações limitadas, formas limitadas de transformação” (STRITZEL, 2007, p. 4)²⁶. Em síntese, “[...] no processo de tradução a palavra simplesmente não esquece o seu próprio trajeto e não consegue se libertar completamente do poder daqueles contextos concretos nos quais ela entrou”²⁷ (STRITZEL, 2007, p. 4). Sobre a consideração contextual, Stritzel afirma que da mesma forma que a tradução promove uma forma de encontro de um texto com um novo contexto, a securitização pode fortalecer ou reafirmar “[...] um discurso dominante e

uma perspectiva da tradução, significados sempre aparecem em grupos de relações, refletindo sequências históricas específicas, e são sempre produzidos em campos sociais específicos. (...) Uma indicação de significados vigentes é normalmente sugerida pela sua relação com significados/práticas passadas como, a partir de uma lógica da tradução, o significado de um enunciado sempre precisa ser lido em relação com outros (passados/existentes) enunciados a fim de ser entendido.” (STRITZEL, 2007, p. 5, tradução nossa).

²⁵ No original: “*it does not simply replicate its source, it does not just ‘transport’ meaning, but also creatively produces it, it rewrites, rearticulates, re-represents something in new terms.*” (STRITZEL, 2007, p. 3, tradução nossa).

²⁶ No original: “*they are ‘bounded productions’, ‘bounded innovations’, forms of ‘bounded transformation’.*” (STRITZEL, 2007, p. 4, tradução nossa).

²⁷ No original: “*in the process of translation the word simply ‘does not forget its own path and cannot completely free itself from the power of those concrete contexts into which it has entered’.*” (STRITZEL, 2007, p. 4, tradução nossa).

uma estrutura de poder, reconfigurar segmentos existentes na sociedade ou a estrutura de uma coalizão particular, ou iniciar mudanças e transformações fundamentais no contexto destinatário/alvo”²⁸ (STRITZEL, 2007, p. 4). Ainda, o encontro promovido pela securitização entendida como um processo de tradução “[...] pode também criar um novo espaço híbrido entre um ‘país origem’ e um ‘país alvo’”²⁹ (STRITZEL, 2007, p. 4). Por último, a ideia da tradução enquanto processo indefinido pretende minimizar a importância de um enunciador/tradutor específico, de uma relevante audiência ou de um momento preciso de sucesso da securitização, bem como de conceitualizações rígidas da origem e do alvo em um movimento securitizante.

Na nossa visão, ainda que a proposta de Stritzel (2007) possibilite uma compreensão processual da securitização e auxilie na reconstrução empírica de movimentos securitizadores, a caracterização da tradução como um processo indefinido acaba ampliando em demasia o escopo de análise. Em vez de fortalecer sua capacidade explicativa, a última característica contribui na direção oposta, pois, por exemplo, a minimização da importância de uma audiência relevante dificulta a definição de uma (ou mais) instância responsável pela conclusão satisfatória da securitização, ou ao menos pela anuência para a conclusão desse mesmo movimento³⁰.

Após estudos acerca da teoria de securitização resgatando o *status* ontológico da linguagem, o discurso enquanto metodologia de análise, do *speech act* como uma forma específica de enunciação, das estruturas retóricas e da gramática da evocação da segurança, Huysmans (2011) aponta que ainda é necessário problematizar o conceito de **ato** para a Escola de Copenhague. O termo sempre foi incorporado para exprimir a natureza performativa da linguagem, mas seu significado analítico nunca foi explorado nem pela EC, e nem pelos trabalhos posteriores a ela que a tomaram como objeto de análise. Segundo o autor, a realização de um ato consistiria na criação de um cenário de ruptura, independente da sua aceitação ou da sua institucionalização. Nesse sentido, “[...] agir, então, não seria chegar a um cenário e nem escapar dele, mas sim engajar-se na sua criação” (HUYSMANS, 2011, p. 4), de forma que o que importa no ato do

²⁸ No original: “a dominant discourse and power structure, reconfigure existing segments of society or the structure of particular advocacy coalitions, or initiate fundamental change and transformation in the recipient/target context.” (STRITZEL, 2007, p. 4, tradução nossa).

²⁹ No original: “the encounter may also create a new hybrid space between a ‘source country’ and a ‘target country’”. (STRITZEL, 2007, p. 4, tradução nossa).

³⁰ Em relação à conclusão do movimento de securitização, a ideia de sucesso da securitização depende da perspectiva daquele que interpreta a teoria; ou seja, depende se o leitor encara o sucesso como derivado da aceitação por uma audiência ou da aplicação *de facto* de medidas extraordinárias.

speech act seria a conformação de um conjunto de atos, atores e ações em uma situação concreta localizada histórica e geograficamente.

Importante notar que Huysmans (2011) muda o foco da conclusão, ou melhor, da concretização da securitização na medida em que ela não se dá necessariamente pela aprovação de uma audiência, ainda que o ato de fala se dirija a uma audiência com tal objetivo, mas por meio do ato que por si só já criaria um momento de ruptura. Ademais, outra característica importante não só em Huysmans (2011) como nos teóricos que propõem um entendimento sociolinguístico da securitização é a ênfase na necessidade de uma contextualização histórica e geográfica, posição esta que compartilhamos, principalmente devido às inconsistências e aos limites verificados após a avaliação empírica da teoria de securitização. Como veremos adiante, os entendimentos sobre a audiência, o contexto, o movimento securitizante e o agente securitizador são interligados e derivados da apreensão que temos do ato de fala e, por isso, a função e a importância de cada uma dessas variáveis depende também da função que atribuímos ao *speech act* na teoria de securitização.

2.2.2 A expansão dos limites da audiência

Os teóricos de Copenhague afirmam que um movimento de securitização só se completa quando há aceitação da audiência. Em razão de seu papel vital para a conclusão desse movimento, e para que haja uma melhor compreensão desta teoria, é imprescindível que seus postulantes realizem um investimento de clara conceitualização acerca de quem pode vir a se constituir enquanto audiência e de como a sua aceitação pode ser alcançada. No entanto, a exposição dessa variável ao longo da teoria de securitização é vaga e pouco precisa (LÉONARD; KAUNERT, 2011).

Retomando a divisão proposta por Balzacq (2011) entre as vertentes filosófica e sociológica, a interpretação verificada em cada uma ao discurso também afetará o entendimento do papel da audiência. Para a visão filosófica, como o próprio discurso é o executante da performance, a audiência é estabelecida como uma categoria formal que atua apenas em um modo receptivo. Ao contrário do que a teoria do *speech act* propõe, a visão sociológica não encara a audiência como uma entidade já previamente constituída, mas sim como uma categoria emergente que deve ser identificada empiricamente antes de ser considerada como um nível de análise. Nesse sentido,

acredita-se que em um movimento de securitização ambos ator(es) securitizador(es) e audiência(s) constituem-se mutuamente e estabelecem entre si um processo intersubjetivo de negociações sobre em que termos será realizada a securitização. De acordo com a ênfase dada à função do ato de fala, se na sua característica ilocucionária ou perlocucionária, o papel da audiência ao longo do processo de securitização sofrerá alterações.

Generally speaking, the more emphasis is put on the notion of 'illocution', the less important the concept of 'audience' seems to become, as the modus of security could be thought of as being constituted by the illocutionary utterance itself. Conversely, the more emphasis is put on the notion of 'audience', the more strongly securitization seems to move towards 'perlocution' and the study of how exactly speakers (through various linguistic tropes, symbols and other discursive resources) persuade audiences.³¹ (STRITZEL, 2007, p. 8).

Como não há um critério preciso para identificar a audiência, essa **simplificação** feita pela Escola de Copenhague suscita uma série de questionamentos em torno deste instrumento analítico: poderia haver várias audiências com diferentes papéis no processo de securitização e, portanto, requerendo diferentes lógicas de persuasão? Seria ainda possível identificar que algumas audiências são responsáveis por garantir aceitação moral, enquanto outras, aceitação formal para que haja a securitização? (LÉONARD; KAUNERT, 2011). Aceitando a ideia de várias audiências, seria possível afirmar e verificar a existência de uma audiência empoderada, ou seja, aquela que tem capacidade de dar seguimento ao movimento de securitização? (BALZACQ, 2011).

A Escola de Copenhague, em alguns pontos de sua teoria, vacila entre duas posturas contraditórias: por vezes sugere a interpretação de que o mero ato de fala causa a securitização, enquanto que em outros momentos afirma ser necessário a aceitação deste mesmo ato de fala pela audiência. Ainda assim, mesmo que ela se mantivesse firme na segunda postura, restaria a indagação de como avaliar se um ato de fala foi totalmente aceito (ou não) por uma audiência. Segundo Bright,

This problem is compounded by the fact that, in practice, it is frequently difficult to identify who the audience is, especially when the locus of decision-making power is not clear (as in the case of the EU).

³¹ “Falando de maneira geral, quanto maior a ênfase na noção de ‘ilocução’, menos importante o conceito de ‘audiência’ parece se tornar, na medida em que o *modus* da segurança pode ser encarado como constituído pela própria enunciação ilocucionária. Inversamente, quanto maior a ênfase na noção de ‘audiência’, mais a securitização parece se mover em direção à ‘perlocução’ e ao estudo de como exatamente enunciadores (por meio de várias figuras de linguagem, símbolos e outros recursos discursivos) persuadem audiências” (STRITZEL, 2007, p. 8, tradução nossa).

*In this regard, Balzacq's reformulation of audience as empowering audience (that is, the group which can enable the securitising actor to take the action proposed) is useful.*³² (2012, p. 4).

Ao reformular a denominação abrangente de audiência da Escola de Copenhague para “audiência empoderada”, Balzacq (2011) contribui para um possível refinamento deste instrumento analítico, além de sinalizar a existência de mais de uma audiência a ser convencida em um processo de securitização. Toda essa dinâmica intersubjetiva de convencimento também perpassa pela existência de um contexto que lhe seja favorável. A desconsideração das circunstâncias contextuais por Copenhague também é, na nossa visão e na visão de outros teóricos, um dos limites de sua teoria.

2.2.3 A inclusão do contexto

A teoria do *speech act* trazida pela EC entende que as palavras possuem um **poder de abdução**, isto é, a capacidade de ativar um novo contexto ou modificar um já pré-existente por meio da enunciação de um discurso. Nesse sentido, o sucesso de um movimento securitizante dependeria da existência de condições favoráveis que ajudassem na produção de convencimento da audiência. Em suma, a contextualização é colocada em segundo plano uma vez que o que importa dentro desta análise é o que a linguagem constrói (BALZACQ, 2011).

De maneira oposta, uma visão sociolinguística da segurança não se fixa somente na microdinâmica discursiva do agente, mas considera também as fundações da realidade social em que um discurso está localizado. Esta vertente afirma, ainda, que para se capturar inteiramente o significado de qualquer discurso é necessário situá-lo social e historicamente. Ao verificar que a consideração de novas variáveis é imprescindível para o entendimento intersubjetivo da segurança, Balzacq acredita que:

*Discursive formations and speech acts are not sufficient to understand how security operates. Scholars need not only to account for the performative nature of utterances, but also to examine the (perlocutionary) effects of these words, as well as the conditions of possibility of security practices.*³³ (BALZACQ et al., 2010, p. 2).

³² “Esse problema é composto pelo fato de na prática ser frequentemente difícil identificar quem é a audiência, especialmente quanto o *locus* do poder de decisão não é claro. Nesse sentido, é útil a reformulação da audiência proposta por Balzacq como uma ‘audiência empoderada’ (isso é, o grupo que pode permitir ao ator securitizador de seguir com suas ações propostas)” (BRIGHT, 2012, p. 4, tradução nossa).

³³ “Formações discursivas e atos de fala não são suficientes para entender como a segurança opera. Os acadêmicos devem não apenas contabilizar a natureza performativa dos discursos, mas devem

Essa compreensão interpretativa indica, assim, que para mover a atenção de uma audiência para um evento ou para a construção de uma ameaça o discurso de um ator securitizante precisa estar relacionado com uma realidade externa na qual ele e suas palavras estão situados. Para entender a securitização como um ato pragmático e estratégico é preciso analisar a semântica da linguagem em interação com as circunstâncias contextuais em que ela foi utilizada (BALZACQ, 2011; WILKINSON, 2011). Nas palavras de Guzzini:

*There is no reason to assume that these are 'universal' contexts within which speech acts (always) function, if only the right conditions apply. Looking for case-independent generic scope conditions for (de)securitization therefore misses the point. Indeed, the empirical theory of security that combines those discursive layers and dynamics in regional interaction requires analysis that is very rich empirically if it is to explain the political dynamics, threat constructions and hence discursive processes in the first place.*³⁴ (GUZZINI, 2011, p. 8).

Dessa forma, retomando ainda a proposta da securitização enquanto processo de tradução, quando Stritzel afirma que os “[...] significados de segurança são resultados de práticas recorrentes de tradução que são realizadas em (e portanto são distintas de) *locus* discursivos particulares”³⁵ (2011, p. 2), a consideração disso como um movimento que se repete e se refaz abrange assim uma consideração mais ampla da securitização que permite incorporar a história e um entendimento do processo securitizante de uma questão. A securitização vista como um *speech act* traz de fato vantagens ontológicas e epistemológicas na medida em que coloca o discurso como significativo protagonista da construção de uma temática como sendo de segurança. Entretanto, ainda que com suas vantagens, esse entendimento da securitização nos conduz a uma imagem estática do processo. Ao reduzir a securitização à força discursiva da verbalização da palavra **segurança**, a EC desconsidera o contexto em que ela foi proferida, oferecendo apenas uma visualização parcial de um cenário mais completo e complexo.

examinar também os efeitos (perlocucionários) dessas palavras, assim como as condições possíveis para as práticas de segurança.” (BALZACQ et al., 2010, p. 2, tradução nossa)

³⁴ “Não há razão para assumir que esses são contextos ‘universais’ em que *speech acts* (sempre) funcionam, se funcionam apenas perante a existência das condições certas. Procurar condições genéricas ‘caso-independente’ para o processo de (des)securitização foge à questão central da teoria. Certamente, a teoria empírica da segurança que combina camadas discursivas com dinâmicas de integração regional acaba produzindo análises que são empiricamente mais consistentes para explicar dinâmicas políticas, construções de ameaças e, assim, em primeiro lugar, processos discursivos.” (GUZZINI, 2011, p. 8, tradução nossa).

³⁵ No original: “security meanings result from iterative³⁵ practices of translation that are performed in (and are thus potentially distinct to) particular discursive ‘locales’” (STRITZEL, 2011, p. 2, tradução nossa).

2.2.4 A ampliação de significado do movimento securitizante e do ator securitizador

De acordo com a interpretação adotada sobre a audiência, o entendimento acerca de como ocorre o movimento de securitização também será afetado. Ao se considerar a linguagem como a executante da performance, como verificado em uma avaliação mais cuidadosa da teoria do *speech act*, não é possível verificar a possibilidade de uma conformação entre o ato de fala e a audiência. Nesse caso, a imagem percebida dentro deste movimento é a de uma via de mão única em que a estrutura retórica se dirige a uma audiência, a qual possui apenas o papel receptivo de aceitar (ou não) o movimento securitizador. De acordo com Wilkinson,

*Securitization presents a linear and stepwise dynamics of security construction, starting with a securitizing actor who constructs a referente object and a threat narrative. This narrative of existential threat is then either accepted or rejected by an audience, thus determining the outcome of the securitizing move.*³⁶ (Wilkinson 2011, p. 94).

Ao contrário, se o ator securitizador for colocado como o responsável pela execução da performance, o entendimento do movimento de securitização se torna bem mais claro e completo. Este movimento passa a ser encarado como um processo de barganha em que um ator securitizante vai adaptando suas estratégias, com base nas circunstâncias contextuais, a fim de conseguir a aceitação de uma audiência. A imagem então verificável é a de um movimento em rede no qual o ator securitizador, o objeto referente, a audiência e a narrativa construtora da ameaça são mutuamente constituídos e se desenvolvem simultaneamente (HUYSMANS 1998; WILKINSON, 2011). A interação proposta entre esses fatores para a construção de um movimento de securitização é, assim, o principal fator que confere a essa perspectiva um caráter intersubjetivo.

É preciso também problematizar a questão das capacidades necessárias ao ator securitizador para iniciar um processo de securitização; isto é, quais habilidades e qual o posicionamento no sistema internacional que tal ator precisa ter para que seu discurso possa ser aceito pela audiência e vir a se traduzir em medidas concretas. Em outras palavras, Balzacq (2005) se refere a este fator como “competência linguística”, o qual afirma ser importante pois “[...] implica que certas questões são competências legítimas

³⁶ “A securitização apresenta a construção da segurança como uma dinâmica linear e gradativa, que se inicia com o ator securitizador o qual constrói um objeto referente e uma narrativa de ameaça. Essa narrativa de segurança é, então, aceita ou rejeitada por uma audiência, determinando o resultado desse movimento de securitização” (Wilkinson 2011, p. 94, tradução nossa).

de atores, papéis e instituições específicas que podem controlar a atenção, a confiança e a confiança públicas” (BALZACQ, 2005, p. 22)³⁷. Segundo Huysmans (1999, p. 19) “[...] a principal questão [é] ‘quem pode enunciar a segurança’ com sucesso e legitimidade, sendo que [o pronome] ‘quem’ se refere bem mais ao posicionamento social [do ator securitizante] do que a questões individuais”³⁸.

A incorporação à teoria de Copenhague das capacidades necessárias a um ator securitizador para fazer funcionar as engrenagens da segurança é, essencialmente, a perspectiva que Bourdieu traz sobre a mobilização de capitais em um campo. Nesse sentido, o ator securitizador que consegue gerar convencimento por meio de um discurso, é aquele em que:

*knowledge (a kind of cultural capital), trust and the power position (political or symbolic capital) are linked. This connection suggests something about the ‘dispositional concept’ of power, which is the ability to induce effects either directly or indirectly (...). The ‘power to’ secure the compliance of the audience helps the securitizing actor ‘fuse his/her horizon’ with the audience’s, which, in turn, has the ‘power to’ acknowledge or ratify the claims put forward by the speaker.*³⁹ (BALZACQ, 2005, p. 22).

Nesse sentido, ao ampliarmos o entendimento original proposto pela Escola de Copenhague tanto do movimento securitizante, percebendo-o enquanto um processo em rede conformado por múltiplos atores nas idas e vindas do processo de securitização, e do agente securitizador, que de acordo com sua capacidade performativa no âmbito internacional é aquele que executa a performance (satisfatória ou não) da securitização por meio de um ato de fala, avançamos rumo a uma efetiva caracterização da teoria de securitização como uma proposta intersubjetiva da segurança.

³⁷ No original: “are the legitimate province of specific persons, roles, and offices that can command public attention, trust, and confidence” (BALZACQ, 2005, p. 22, tradução nossa).

³⁸ No original: “a main question becomes ‘who can utter “security” successfully or legitimately?’, with the ‘who’ strongly referring to societal positions rather than individual subjects.” (HUYSMANS, 1999, p. 19, tradução nossa).

³⁹ “O conhecimento (um tipo de capital cultural), confiança e o posicionamento em termos de poder (capital simbólico e político) estão interligados. Essa conexão sugere algo sobre o ‘dispositional concept’ de poder, no qual [está] a habilidade de induzir efeitos tanto direta, quanto indiretamente(...). O poder de garantir a concordância da audiência ajuda o ator securitizador a ‘fundir seu horizonte’ com [o horizonte] da audiência, a qual, em contrapartida, tem o poder de admitir ou ratificar as reivindicações feitas pelo interlocutor [do discurso securitizante]” (BALZACQ, 2005, p. 22, tradução nossa).

2.2.5 A questão da política

Sobre a relação entre securitização e política, a Escola de Copenhague não apresenta proposições claras, tornando confuso o entendimento deste ponto específico em sua teoria. Nesse sentido, ao mesmo tempo que define securitização como sendo uma patamar acima da politização, apresenta também que ela é sempre uma forma extrema de politização e o resultado de uma escolha política. Para fins da construção de uma perspectiva coerente, ambas definições não são passíveis de coexistir pois, além de serem contraditórias, são excludentes entre si.

Se partirmos do entendimento mais comumente veiculado de que um movimento de securitização eleva uma questão a um patamar acima da politização, ainda que o problema quanto a sua definição seja resolvido, outro problema de cunho conceitual ainda permanece: a subconceitualização do campo da política. A Escola de Copenhague expande a noção de segurança por meio da consideração de aspectos imateriais e pretende fortalecer a noção de intersubjetividade mas, contraditoriamente, apresenta o campo da política como uma variável reduzida na medida em que a limita ao estabelecimento da exceção. Nesse sentido, a EC se impõe uma dificuldade conceitual e empírica oriunda não somente da sua imprecisão perante o campo da política, mas principalmente da sua fragilidade quando aplicada a questões que transbordem a gramática tradicional de segurança.

In essence, the interpretation of the Copenhagen School is here centred on the traditionalist/realist idea of security as a 'state of exception', which leads its members to claim that by uttering 'security' actors, usually state representatives or elites, characterize a particular case or development as 'extraordinarily important' and thereby move this case/development into a special field where 'extraordinary means' can be applied. Likewise, security is characterized in terms of a 'specific modality' marked by urgency, priority of action and the breaking free of 'normal rules' of politics. (...) Second, and some would argue more problematically, Wæver's conceptualization is also ahistorical forwards because he 'closes' the meaning of security by fixing it as a 'politics of the exception'. In this sense, the conceptualization is thus not only ahistorical but arguably also non-critical/anti-progressive, because it does not allow the meaning of security to progress beyond traditionalism/realism.⁴⁰ (STRITZEL, 2011, p. 6).

⁴⁰ “Em essência, a interpretação da Escola de Copenhague é centrada na ideia tradicionalista/realista de segurança como um ‘estado de exceção’, o que leva seus membros a alegar que ao enunciar a palavra segurança, atores, usualmente representantes de Estado ou elites, caracterizam um caso particular como ‘extraordinariamente importante’ e então movem esse caso para um campo especial onde ‘medidas extraordinárias’ podem ser aplicadas. Igualmente, segurança é caracterizada em termos de

Ainda que não nos seja possível avaliar se tal confinamento da política ocorre devido a uma aproximação consciente com uma perspectiva tradicionalista da segurança ou simplesmente a um reducionismo derivado da sistematização teórica da Escola de Copenhague em um *framework* de análise, não podemos nos eximir da crítica em relação a esse ponto.

No nosso entendimento, a identificação e definição sobre a urgência de uma questão não está acima da capacidade política dos atores mas é, em oposição, a própria faculdade que lhes corporifica enquanto atores políticos. Nas relações internacionais, por exemplo, o político é aquele que detém capacidade de decidir acerca das suas relações de amizade e inimizade (SCHMITT, 1992; AGAMBEN, 2004)⁴¹. Dessa forma, a decisão quanto a tratar uma questão pelo viés da segurança está intimamente ligada e é parte da caracterização política dos agentes.

Ao estabelecer uma gradação que varia do não-politizado, para o politizado e posteriormente para o securitizado, a Escola de Copenhague apresenta uma definição, ao nosso ver, consideravelmente conservadora da relação entre a política e a segurança. O estabelecimento da politização enquanto debate político normal de uma questão e da securitização como movimento que extrapola ou eleva essa lógica ao extremo, desconsidera não só que a política pode estar situada em outros âmbitos além do âmbito normativo-institucional, como também que a securitização pode ser composta por “mecanismos casuais” (GUZZINI, 2011) dentro do escopo normal do Estado ou, em outras palavras, por uma “miríade de atos” que em conjunto promovem uma securitização (HUYSMANS, 2011) – e não apenas um ato emblemático de ruptura com a ordem.

The security speech act creates a gravitational moment in which political critique does not simply depend on bringing into play instituted practices of accountability and legitimacy to hold the claim to transgressive power to account but also thrives in the rupture of the given order that the security speech act constitutes. This paradoxical condition of politicality that is invested in the security speech act has

uma ‘modalidade específica’ marcada pela urgência, prioridade de ação, e da ruptura de ‘regras normais’ da política. (...) Em segundo lugar, e alguns diriam que de forma mais problemática, a conceitualização de Waever é também ahistórica para diante porque ele ‘fecha’ o significado da segurança ao fixá-la enquanto uma ‘política de exceção’. Nesse sentido, a conceitualização é então não apenas ahistórica mas também acrítica/anti-progressiva, porque ela não permite que o significado da segurança progrida para além do tradicionalismo/realismo.” (STRITZEL, 2011, p. 6, tradução nossa)

⁴¹ Dessa forma, é possível entendermos que, ao contrário da célebre frase de Clausewitz de que a guerra é a política continuada por outros meios, a faculdade de definir amigos e inimigos nos apresenta, segundo Foucault (2008), a lógica de que a política seria, na verdade, a continuação da guerra por outros meios.

*often remained unexplored. The political critique of the speaking of security usually folds the act back into a given order. Without reference to an order, one cannot say much about the speech act, and the immediate political answerability implied by the decision requires referencing back to an order. Yet, as act the speech act also retains a radical distance from normative and causal orders: its politicality resides in its rupturing quality.*⁴² (HUYSMANS, 2011, p. 5).

Ademais, mesmo se posicionando como uma teoria voltada para entender como democracias liberais definem suas questões de segurança, a teoria de securitização não compreende em seu arcabouço a noção de que nessas mesmas democracias, por vezes, a segurança enquanto excepcionalidade é utilizada como uma técnica de governo para que o executivo prevaleça perante outras instâncias, possibilitando a concentração de poder. Dessa forma, “conforme uma tendência em ato em todas as democracias ocidentais, a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma de segurança como técnica normal de governo” (AGAMBEN, 2004, p. 27-8), fato que põe em xeque a delimitação proposta pela Escola de Copenhague entre politização e securitização.

Em seguida à exposição de como a teoria de securitização é apresentada pela Escola de Copenhague e as críticas dirigidas a ela, parece ficar claro que, apesar da sua relevância para os estudos de segurança, tal teoria encontra-se ainda muito centrada no papel do agente e mais preocupada com o resultado da securitização do que com o seu processo em si. Ainda, mesmo trazendo uma teoria que aborda constantemente em sua análise as relações de alteridade, em que se considera como uma variável importante a percepção do ‘eu’ e do ‘outro’ para a construção da ameaça e da (in)segurança, os teóricos de Copenhague acabam por reduzir todo esse processo a um simples movimento unidirecional entre aquele que propõe a securitização e sua audiência, em que tal audiência parece atuar apenas em modo receptivo.

Após apresentarmos como a prática discursiva é vista por uma gama de teóricos dispostos a entender e problematizar a securitização através de uma matriz linguística ou sóciolinguística, ainda nos resta uma pergunta: de que forma tais visões afetam o

⁴² “O ato de fala de segurança cria um momento gravitacional em que a crítica política não depende simplesmente de colocar em jogo práticas instituídas de accountability e legitimidade para alegar poder transgressivo mas também floresce na ruptura de uma dada ordem que o ato de fala de segurança constitui. Essa condição paradoxal de politicalidade que é investida no ato de fala de segurança se manteve inexplorada. A crítica política do enunciador da segurança normalmente coloca o ato de volta em uma dada ordem. Sem a referência a uma ordem, não se pode dizer muito sobre o ato de fala e da imediata resposta política implicada na decisão que requer a referência a uma ordem. Ainda, como ato o ato de fala retém uma radical distância de ordens normativas e casuais: sua politicalidade reside na sua qualidade de ruptor [da ordem]” (HUYSMANS, 2011, p. 5, tradução nossa).

entendimento da proposição original da teoria de securitização? A leitura desta teoria é afetada na medida em que, ao se considerar a linguagem enquanto aquela que executa a performance, a questão do contexto em que se insere um certo discurso seria excluída, além de marginalizar o papel da audiência dentro deste escopo teórico. Ao contrário, quando o ator securitizante é encarado como o responsável pela execução da performance, são consideradas uma série de outras variáveis (gestos, silêncios e comportamentos no geral) que muito esclarecem sobre as intencionalidades e objetivos almejados com o movimento de securitização. A partir desta segunda perspectiva, admite-se que os problemas de segurança podem ser construídos através de um processo intersubjetivo entre agente e estrutura. Em síntese, não basta apenas a enunciação da palavra segurança, pois há uma série de fatores contextuais que influenciam no processo de securitização, além de que o mesmo discurso pode produzir efeitos diversos de acordo com a posição e as percepções de cada agente.

A Escola de Copenhague afirma que a teoria de securitização pretende trazer uma percepção intersubjetiva da segurança. No entanto, a desconsideração e subteorização do contexto e da audiência sugerem a interpretação de que a EC opta por uma visão elocucionária e portanto autoreferente da segurança, em vez de um modelo que problematize o ato perlocucionário (os desdobramentos de uma elocução, no caso, a aceitação por uma audiência) e englobe também a avaliação de fatores contextuais.

Ainda que propondo uma expansão da agência para além do Estado, a EC encontra-se muito restrita ao papel deste agente nas relações internacionais. A criação do conceito de macro-securitização (BUZAN, 2006), o qual apresenta a possibilidade de que, através de uma percepção compartilhada, vários atores podem engajar-se em uma construção global de ameaças, é vista como um avanço no rompimento com a visão estadocêntrica da segurança. Entretanto, a EC ainda pode gerar novas contribuições no sentido de avançar com este rompimento, principalmente se entendermos que além de processos de macro-securitização ocorrem, também, processos de micro-securitização, como, por exemplo, no caso da atuação da opinião pública ou de uma elite político-intelectual enquanto agente securitizador no cenário internacional, como no caso da audiência interna da securitização da guerra do Iraque.

Os críticos que avaliam os limites da securitização apresentados neste capítulo não desconsideram a importância da linguagem; eles afirmam, ao contrário do que a Escola de Copenhague deixa a entender, que a construção da segurança não pode ser confinada apenas a um processo linguístico, mas que deve ser considerada também toda

a mobilização social que está envolta neste mesmo processo. O refinamento proposto à teoria de securitização lhe apresenta, então, como um complexo repertório de atos e decisões que surgem e são formados a partir da interação de uma série de atores. Toda esta conformação também se encontra embutida em um “caldo de cultura” que vai muito além do que a simples consideração atemporal e descontextualizada de um discurso. Segundo Villa e Santos, embora o “[...]paradoxo da EC é que em boa medida sua vitalidade parece derivar de suas ambiguidades e tensões”, como o ambíguo estatuto conferido a linguagem e o confuso papel desempenhado pela política, a abertura do campo para a consideração de fatores imateriais nos estudos de segurança supera “as ambiguidades conceituais que decorrem do seu holismo e ecletismo realista-sociológico” (2013, p. 145).

A partir desta consideração analítica da securitização e da apresentação de seus limites explicativos, os próximos capítulos pretendem avaliar empiricamente a teoria em *locus* distintos. O capítulo seguinte tratará da securitização doméstica norte-americana da guerra do Iraque, em que por meio da avaliação da teoria em um âmbito intraestatal pretendemos confirmar e aprofundar as nossas impressões acerca deste arcabouço teórico.

3 O PENSAMENTO NEOCONSERVADOR E A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

[isso é] matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes! — E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.
(Teoria do Medalhão – Machado de Assis)

3.1 Uma breve historiografia do movimento neoconservador nos EUA

O movimento neoconservador exerceu considerável influência intelectual na definição das diretrizes de política externa da administração Bush filho, principalmente após os ataques terroristas do 11 de setembro. À primeira vista, um olhar superficial em relação à postura desse grupo para os casos do Afeganistão e sobretudo do Iraque possivelmente nos indicaria uma percepção dos neoconservadores como um grupo coeso e unitário em suas proposições. No entanto, apesar de identificarmos continuidades e similaridades internas a esse grupo, sua formação reúne sob a mesma alcunha indivíduos de gerações e origens diferentes que, por vezes, também divergem sobre uma mesma temática.

Para compreendermos melhor sua atuação no *establishment* norte-americano no contexto pós-11/09, faz-se antes necessário uma breve historiografia recente desse movimento intelectual a fim de situarmos como a sua trajetória de formação e consolidação no cenário político dos Estados Unidos foi importante para moldar o que entendemos hoje por neoconservadorismo.

3.1.1 Surgimento e afirmação

O grupo que futuramente seria denominado de neoconservador nasceu na esquerda radical mas, ao longo dos anos, foi se identificando com a extrema direita. A primeira geração, ou os *founding fathers* desse movimento, emergiu de um grupo de intelectuais trotskistas judeus, denominados *new york intellectuals*, que apesar de sua

orientação à esquerda romperam com os marxistas e rejeitaram o modelo comunista soviético por não acreditarem na sua aplicabilidade. Esse primeiro rompimento com os marxistas seguido de um segundo rompimento com a Nova Esquerda e de um terceiro com os liberais são significativos para compreendermos o percurso da inserção política do neoconservadorismo e de sua aproximação com a direita (THOMPSON; BROOK, 2010).

A ruptura com a Nova Esquerda ocorreu por volta dos anos 60 quando os futuros neoconservadores denunciaram o movimento de contracultura difundido nos Estados Unidos. Para eles, esse movimento de contestação social e cultural em que se pretendia questionar os valores e costumes da sociedade norte-americana e propor uma nova visão para assuntos como aborto, drogas, direitos homossexuais, entre outros, gerava na verdade uma corrupção pela esquerda dos valores tradicionais e fundamentais dessa sociedade (TEIXEIRA, 2010). Era necessário, então, combater o movimento de contracultura para preservar os valores morais norte-americanos.

Em relação aos liberais, o rompimento ocorreu devido à identificação pelos neoconservadores do que eles entendiam como patologias do liberalismo moderno tanto no nível individual, quanto no social e no político. Nos dois primeiros níveis, eles criticavam o liberalismo por direcionar os indivíduos a agirem apenas em busca do interesse próprio, destruindo a noção de laços e interesses comuns. Esse individualismo, segundo a crítica, promovia uma sociedade em que qualquer noção de valores comunitários ou de um *ethos* social era esmagado pelas demandas das liberdades individuais e dos desejos privados. No campo político, afirmavam que o liberalismo havia transformado a democracia em apenas uma técnica de tomada de decisão e não mais um valor político *per se*, de maneira que o comprometimento da sociedade em defender a ordem política havia sido esvaziado (WILLIAMS, 2005).

Nesse sentido, um dos traços de continuidade identificado entre as gerações de neoconservadores é, justamente, essa forma de pensamento sobre a natureza da política moderna. A comunidade política norte-americana, ou o que poderíamos chamar de *collective self*, é para o movimento neoconservador uma entidade com caráter ontológico, de tal forma que para combater a degradação dos valores tradicionais dessa comunidade eles propõem uma dupla estratégia: a primeira, de “[...] reascender a virtude individual e reconectar o indivíduo com a comunidade, mostrando que a virtude

republicana é parte do ideário nacional da própria República”⁴³ (WILLIAMS, 2005, p. 12); e a segunda, a valorização do nacionalismo como a melhor ideologia política disponível e capaz de unir a sociedade norte-americana. Utilizando as palavras de Irving Kristol, considerado um dos *founding fathers* do movimento, o “[...] neoconservadorismo não é meramente patriótico – isso é perceptível – mas também nacionalista. Patriotismo surge do amor ao passado da nação; nacionalismo irrompe da esperança no futuro da nação e da sua nítida grandeza⁴⁴”⁴⁵ (KRISTOL apud WILLIAMS, 2005, p. 12).

Um segundo rompimento com os liberais se deu quando os neoconservadores migraram do partido Democrata para o partido Republicano. A indicação do senador George McGovern pelos Democratas para concorrer às eleições presidenciais de 1972 com a adoção de um discurso mais isolacionista e de retirada dos Estados Unidos do Vietnã fez com que os neoconservadores não mais se identificassem com a postura do partido, preferindo, ainda que insatisfeitos, apoiar a campanha de Nixon. Foi a partir desse evento que o intelectual socialista norte-americano Michael Harrington⁴⁶ cunhou o termo “neoconservador” que, mesmo criado para qualificar pejorativamente o grupo, acabou sendo aceito pelos neoconservadores (TEIXEIRA, 2010).

O neoconservadorismo só veio a atingir seu auge nos anos 80 com a eleição de Ronald Reagan. A adoção por essa presidência de uma postura mais veemente perante a União Soviética e o abandono do tom moderado assumido no período da *détente* fizeram com que as propostas neoconservadoras de uma política externa mais assertiva e combativa em relação ao “inimigo soviético” ganhassem espaço no cenário político norte-americano e se traduzissem em ações externas concretas. Durante o período da Guerra Fria, o discurso neoconservador esteve focado no combate a esse inimigo específico. Com o fim da União Soviética e a inexistência de um inimigo referente

⁴³ No original: “*it seeks to rekindle individual virtue and to reconnect the individual to the community by showing how republican virtue is part of the national ideal of the Republic itself.*” (WILLIAMS, 2005, p. 12, tradução nossa).

⁴⁴ No original: “*Neoconservatism is not merely patriotic — that goes without saying — but also nationalist. Patriotism springs from a love of the nation’s past; nationalism arises out of hope for the nation’s future, distinctive greatness.*” (KRISTOL apud WILLIAMS, 2005, p.12, tradução nossa).

⁴⁵ Segundo os neoconservadores, é justamente essa proposta de olhar e pensar no futuro da nação mas sem esquecer ou negligenciar os valores tradicionais basilares da sociedade norte-americana que os diferenciam do movimento conservador. O “neo” viria dessa capacidade autoconferida de conseguir formular uma proposta política atual e viável para os Estados Unidos, considerando suas tradições sem, entretanto, se manterem presos ao passado como o fazem os conservadores.

⁴⁶ Apesar dessa informação ser veiculada pela bibliografia especializada no tema, sua veracidade ainda é uma questão em aberto na medida em que o próprio Podhoretz (1996) na revista *Commentary* refuta versão de que o termo “neoconservador” tenha sido cunhado pelo intelectual Michael Harrington.

capaz de canalizar as atenções internas, o movimento neoconservador sofreu uma desestabilização.

3.1.2 Período de latência

Ainda que alguns autores caracterizem o período entre o fim do comunismo soviético e os ataques do 11 de setembro como referente a uma possível morte do neoconservadorismo e, ainda que também alguns próprios neoconservadores da primeira geração tenham alegado explicitamente tal morte⁴⁷, não acreditamos que esse termo traduza de forma acurada esse período. Mesmo inicialmente desestabilizado⁴⁸ e com perda da relevância alcançada na presidência Reagan, o movimento intelectual neoconservador continuou dialogando no cenário político norte-americano e marcando sua presença por meio de revistas e *think tanks*. A manutenção de uma intensa presença dos neoconservadores nesse período pode ser identificada pela constante elaboração de documentos e cartas dirigidas aos governos norte-americanos tais como: o *Defense Planning Guidance*⁴⁹ redigido por Wolfowitz, em 1992, o qual afirmava que os Estados Unidos deveriam manter uma inquestionável superioridade militar para desencorajar quaisquer outros países a aspirar à posição de liderança ou ameaçar a liderança norte-americana; o *Statement of Principles*, de 1997, que foi o primeiro documento assinado pelos neoconservadores que expressava objetivos geopolíticos para a conservação da hegemonia norte-americana e que sinalizava a necessidade da supremacia militar como instrumento para forçar os demais países do sistema internacional a respeitarem as regras impostas pelos Estados Unidos (VAÏSSE, 2010); e as cartas abertas para o

⁴⁷ Norman Podhoretz (1996) em um artigo na revista *Commentary*, afirma claramente que, apesar de opiniões divergentes tanto da direita quanto da esquerda, o neoconservadorismo poderia ser dado como morto, mas que seu legado ainda continuaria presente por muitos anos. Por mais que, em nossa opinião, Podhoretz tenha se enganado quanto à morte do movimento, seu legado de fato se manteve presente nos anos seguintes, tão presente a ponto de influenciar novamente uma outra administração norte-americana.

⁴⁸ Essa desestabilização não foi sentida apenas pelo movimento neoconservador, mas repercutiu pelos Estados Unidos em um momento de indefinição interna sobre quais deveriam ser os futuros rumos da sua política externa, trazendo à tona as tradicionais discussões entre isolacionistas e internacionalistas. Guardadas as devidas nuances desse debate interno polarizado entre essas duas orientações de política externa, poderíamos localizar o neoconservadorismo próximo a uma perspectiva internacionalista.

⁴⁹ Importante salientar que nesse documento, pela primeira vez, é abordada a doutrina da guerra preemptiva, a qual pode ser definida pelo uso de ataques baseados em evidências incontestáveis sobre a iminência de um ataque inimigo.

presidente Clinton e para os membros Republicanos no Congresso criticando a postura norte-americana perante o Iraque, que serão abordadas posteriormente.

Em meio a esse ambiente interno de discussões sobre qual deveriam ser os novos rumos da política externa norte-americana, o posicionamento neoconservador não se manteve coeso. Para os intelectuais da primeira geração, como Irving Kristol, Jeane Kirkpatrick e Nathan Glazer, os Estados Unidos tinham cumprido sua missão no cenário internacional e, portanto, deveriam adotar uma postura introspectiva de prioridade às questões internas e uma política externa mais discreta. Para a segunda geração, no entanto, composta por Michael Ledeen, Norman Podhoretz, Elliott Abrams, Robert Kagan, Charles Krauthammer e William Kristol (filho de Irving) foi justamente esse tipo de posicionamento indicado pela primeira geração que levou ao emprego de políticas ineficazes como a da *détente*. Eles propunham uma política externa mais intervencionista e difusora da democracia, sob o argumento de que a disseminação desses valores não tinha sido apenas um produto da contenção do comunismo, mas sim a sua própria *raison d'être* e, por isso, os Estados Unidos deveriam continuar exercendo seu papel de propagador dos valores democráticos (HIGH, 2009; VAÏSSE, 2010).

Dessa forma, para essa segunda geração de neoconservadores a ação externa norte-americana não deveria mais se basear nos questionamentos “onde está a ameaça” ou “onde se encontra o inimigo”. O perigo estava em os Estados Unidos negligenciar as suas responsabilidades de manter a paz e a segurança internacionalmente, de maneira que a pergunta norteadora deveria ser “como agir” para evitar que uma nova grande ameaça surgisse (KAGAN; KRISTOL, 2000). Após a vitória (autoproclamada) na Guerra Fria, os Estados Unidos deveriam extrair o máximo de vantagens possível da unipolaridade enquanto existente, moldar a ordem internacional a favor de seus interesses e preservar a hegemonia conquistada por meio de sua superioridade militar (TEIXEIRA, 2010).

No entanto, sem um claro inimigo referencial, os neoconservadores acabaram indo de encontro a esse discurso e novos possíveis inimigos começam a ser por eles elencados, como a Rússia, a China, o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte (KAGAN; KRISTOL, 2000). Nesse momento surgem diversas tentativas de corporificar uma nova ameaça que substituísse o vácuo deixado pelo comunismo, como o combate ao crime organizado, a Estados que não conseguem ou não promovem propositalmente condições de subsistência para seus nacionais e geram uma atmosfera de insegurança, e a guerra contra as drogas. Ainda que o engajamento na luta contra tais questões trouxesse

temporariamente um alvo a ser combatido, elas não tinham a mesma força mobilizacional e o mesmo peso que o antigo inimigo comunista.

Para compreendermos o neoconservadorismo é necessário também que situemos esse movimento no contexto dos debates estratégicos que floresceram nos Estados Unidos ao longo dos anos 1990. No geral, foram consideradas quatro possíveis orientações externas: (i) de caráter mais isolacionista, o projeto propunha uma grande redução nos gastos militares e um “voltar-se para dentro”, ou seja, uma priorização das questões domésticas; (ii) uma segunda proposta considerava uma inserção internacional por meio do “engajamento seletivo”, em que os Estados Unidos interviriam apenas em questões que ameaçassem seus interesses; (iii) o terceiro projeto indicava a necessidade de uma estratégia de hegemonia global, em que os Estados Unidos deveriam se manter ativamente presentes em todas as questões internacionais, fato que exigiria um grande orçamento para o setor militar; (iv) a quarta opção seria adotar o multilateralismo e reforçar a utilização de foros como da ONU e da OTAN (VAÏSSE, 2010). Durante os governos que sucederam o fim da Guerra Fria, a política externa norte-americana gravitou entre esses projetos estratégicos. No entanto, a postura neoconservadora de 1989 em diante se aproxima ao projeto de uma hegemonia global ou, como afirma Kagan (1998), de um “império benevolente”⁵⁰.

A aceitação do termo “império” também não é consenso entre os neoconservadores mas, segundo Kagan (1998), os Estados Unidos poderiam receber a alcunha de “império benevolente”⁵¹ pois a sua atuação internacional não segue o modelo do imperialismo clássico, no qual as grandes potências buscavam a conquista e a expansão territorial. Na verdade, sua grande qualidade encontra-se na capacidade de internalizar as questões internacionais como relativas ao seu próprio interesse nacional e, dessa forma, de enxergar como seus os interesses da comunidade internacional. Ainda, por mais que a hegemonia norte-americana seja por vezes taxada de arrogante, o autor justifica que mesmo com as possíveis falhas dos Estados Unidos naturais do

⁵⁰ Ao contrário de alguns realistas que defendem a existência de uma configuração bipolar de forças no sistema internacional como sendo a mais estável e capaz de manter a paz (Waltz, 1979), os neoconservadores acreditam que tal estabilidade e paz são melhor alcançadas através de uma unipolaridade (ou império) benigna. Para Krauthammer (2002), essa “benignidade” não é fruto de um *self-congratulation*, mas sim de exemplos concretos fornecidos pela história, como a superioridade da Alemanha Ocidental em relação à Oriental, da Coreia do Sul em relação à do Norte, entre outros. Essa “benignidade”, afirma ainda o intelectual, pode ser também identificada pelo bom acolhimento que o mundo (ou sua vasta maioria) tem do poder norte-americano.

⁵¹ Max Boot, Irving e William Kristol aceitam a utilização do termo “império”. Para fins deste trabalho e do nosso entendimento do movimento de securitização realizado pelos Estados Unidos no Iraque, acreditamos que o uso da palavra “império” seja mais apropriado.

próprio exercício do poder, ele, em comparação com os antigos impérios, é o menos arrogante e o mais capaz de administrar as questões globais. Em razão do seu altruísmo, o mundo com a primazia dos Estados Unidos seria um lugar mais seguro e menos desordenado. Nas palavras de Irving Kristol, sobre a ideia de um império norte-americano:

One of these days, the American people are going to awaken to the fact that we have become an imperial nation, even though public opinion and all of our political traditions are hostile to the idea. It is no overweening ambition on our part that has defined our destiny in this way, nor is it any kind of conspiracy by a foreign policy elite. It happened because the world wanted it to happen, needed it to happen, and signaled this need by a long series of relatively minor crises that could not be resolved except by some American involvement (KRISTOL, 1997)⁵²

No final dos anos 90 já é possível, então, visualizar um esforço neoconservador de se reestabelecer enquanto grupo com peso intelectual na cena política norte-americana. Somada à construção de um entendimento próprio sobre a orientação de política externa que deveria ser adotada pelos Estados Unidos, o delineamento de dois inimigos, os *outlaw states* e o terrorismo, possibilitou trazer com novo fôlego a sua lógica de um discurso combativo. Esse ressurgimento, no entanto, só ganhará força total após os ataques do 11 de setembro.

Assim, mesmo que nesse período as vozes neoconservadoras não tivessem uma grande aceitação pelo núcleo formulador de política externa e, portanto, não se traduzissem em ações concretas, o movimento continuava confrontando e se posicionando politicamente. Por isso, qualificar esse momento como característico de uma “morte” do neoconservadorismo nos parece exagerado e pouco preciso. Na nossa percepção, talvez seja mais acurado qualificar esse ínterim entre 1989 e 2001 como uma fase de latência na qual, ainda que à margem do *establishment* norte-americano, o movimento neoconservador mantinha-se em atividade.

⁵² “Um desses dias, o povo norte-americano vai acordar para o fato de que nós nos tornamos uma nação imperial, ainda que a opinião pública e todas as nossas tradições políticas sejam hostis a essa ideia. Não é nenhuma ambição extravagante de nossa parte definir o nosso destino dessa forma, nem é isso uma forma de conspiração por uma elite de política externa. Isso aconteceu porque o mundo quis que acontecesse, precisava que acontecesse, e sinalizou essa necessidade em uma longa série de relativas crises menores que não poderiam ser resolvidas exceto pelo envolvimento norte-americano.” (KRISTOL, 1997, tradução nossa).

3.1.3 O 11/09 e a retomada neoconservadora

A ascensão de Bush filho à presidência estabeleceu-se de maneira conturbada e com pouca legitimidade em decorrência de uma vitória contestável em relação a Al Gore. Mesmo que nesse início ainda não fosse possível prever a guinada neoconservadora que se sucederia nos anos seguintes, a escolha de seus assessores e o preenchimento de cargos-chave da sua administração, como a indicação de Condoleezza Rice como conselheira de segurança nacional, Donald Rumsfeld para a secretaria de defesa e a presença do vice-presidente Dick Cheney⁵³, já indicavam uma inclinação à direita. A figura mais moderada, em meio aos falcões neoconservadores, era a de Colin Powell, secretário de Estado, que preferia a adoção de uma política hegemônica de baixo perfil. Na medida em que no governo Bush a tomada de decisões mantinha-se centralizada no Departamento de Defesa e no Conselho de Segurança Nacional, a opinião de Powell era marginalizada nesse processo (PECEQUILO, 2005).

Após os ataques terroristas do 11 de setembro⁵⁴, Bush iniciou uma campanha internacional de ofensiva ao terrorismo para reduzir a sensação de insegurança nos Estados Unidos através de uma declaração de guerra, da convocação de uma aliança internacional e de uma empreitada rumo à identificação e punição dos responsáveis. A força das imagens das Torres Gêmeas desabando sendo repetidamente mostradas pelas agências de televisão norte-americanas em conjunto com os discursos do presidente Bush geraram um misto de medo e ansiedade por vingança nos Estados Unidos que, devido ao seu poder simbólico, possibilitariam um *blank check* nacional para as ações de política externa.

O 11/09, mesmo que coincidentemente, foi o tipo de catástrofe que se encaixou perfeitamente nos alertas neoconservadores sobre as consequências de uma atuação externa norte-americana pouco assertiva. Para eles, os atentados terroristas comprovaram, da pior forma possível, que no pós-Guerra Fria os Estados Unidos demonstraram pouco a sua força internacionalmente, como no caso da Guerra do Golfo

⁵³ Ainda que Cheney, Rumsfeld e o próprio presidente Bush não possam ser caracterizados exatamente como neoconservadores *stricto sensu*, as ideias desse movimento influenciaram consideravelmente suas ações. Além disso, Cheney e Rumsfeld, ao longo dos anos 90, trabalharam em conjunto com neoconservadores, fato que também explica a influência desse grupo (THOMPSON; BROOK, 2010).

⁵⁴ Sobre os atentados, é relevante comentar a importância simbólica dos alvos escolhidos. A escolha do World Trade Center e do Pentágono não pretende afetar a capacidade de resposta dos Estados Unidos mas sim, no primeiro caso, de atacar um símbolo do modo da vida norte-americana (PECEQUILO, 2005) e, no segundo, devido ao alvo não ser necessariamente as capacidades militares objetivas norte-americanas, de atacar politicamente um símbolo da defesa dos Estados Unidos.

em que a intervenção norte-americana deveria não só ter retirado Saddam Hussein do Kuwait como avançado para removê-lo do poder (VAÏSSE, 2010). O neoconservadorismo ganhou considerável inserção no *establishment* da presidência Bush filho, pois além de ser um projeto de política externa que estava disponível naquele momento, também atendia a necessidade interna de resposta e vingança. Se comparados o governo Clinton com o seu sucessor, a identificação de inimigos alhures não sofreu muitas alterações; o que se altera, na verdade, é a postura em relação a eles, em que o governo Bush filho adota uma postura de “ainda mais” – ainda mais ênfase no acúmulo de poder militar, mais autoridade na figura do presidente e mais esforços para impor a vontade norte-americana ao mundo (BACEVICH, 2007).

No entanto, somente as ações terroristas em Nova Iorque e Washington não são suficientes para explicar a retomada neoconservadora. De acordo com High (2009), o neoconservadorismo se reinventou durante os anos 90, tanto ideologicamente quanto organizacionalmente, de maneira que mais três fatores poderiam ser trazidos para explicar sua retomada: (i) a atuação em revistas, como a *The Weekly Standard* cuja circulação girava em torno de 60.000 cópias; (ii) a capacidade dos neoconservadores de pensar de modo organizacional em que, além da atuação em revistas, criaram pequenas organizações ad hoc e *think tanks*, como o *Project for the New American Century* (PNAC) em 1997, com o objetivo de influenciar a opinião nos Estados Unidos em tópicos específicos; (iii) e a habilidade de marginalizar seus inimigos dentro do partido Republicano, por meio de alianças com grupos que não poderiam ignorar, tal qual a direita cristã, provocando um recuo dos mais moderados no partido. Em resumo, os neoconservadores talvez não tivessem conseguido se aproveitar do momento pós-11/09 para retomar sua inserção sem a existência prévia de um movimento ativo.

Em âmbito nacional, as primeiras medidas tomadas foram a criação de uma comissão bipartidária com o objetivo de investigar os fatos que permitiram o acontecimento dos ataques e do Departamento de Segurança Doméstica (*Department of Homeland Security*) com vistas a desenvolver internamente medidas antiterroristas. O governo Bush também lançou o Ato Patriota, o qual consiste em um conjunto de leis que pretendem prevenir futuros ataques terroristas; a saber: o aumento do poder das agências federais e locais; a instauração de tribunais militares de exceção; a prisão, isolamento e possível deportação de suspeitos; o monitoramento de telefones, correio, computadores e movimentações bancárias (PECEQUILO, 2005); e a redefinição do conceito de ‘tortura’, de maneira que os militares norte-americanos pudessem se valer

de práticas interrogatórias que internacionalmente seriam consideradas como tortura, sem ferir o Código Criminal dos Estados Unidos (FALK, 2008).

O medo e a insegurança do momento favoreceram a aprovação no Congresso e aceitação pelo grande público de medidas com alto poder de restringir as liberdades individuais e de invadir a privacidade dos nacionais norte-americanos. Dessa forma, tornou-se possível transportar para a sociedade norte-americana um viés conservador do partido Republicano através da criação de um estado policial (PECEQUILO, 2005). A influência do neoconservadorismo passou a ser identificável a partir das primeiras ações não só externas como internas no pós-11/09. Segundo os neoconservadores, os cidadãos comuns não tem capacidade por si só de identificarem o que seria o bem comum para a sociedade e, por isso, consideram que todas as esferas da vida social dos norte-americanos deveriam ser submetidas à regulação e controle por uma elite. Em nome dos valores e virtudes tradicionais dos Estados Unidos, eles não descartam a utilização de medidas coercitivas pelo Estado e apoiam a propriedade governamental de intervir para orientar a moralidade e as preferências públicas (THOMPSON; BROOK, 2010).

*All of this is a necessary political consequence of the neoconservative view of human nature. The neocons treat ordinary Americans as though they are children in need of nurturing parental guidance. (...) The neocons have assumed the role of paternal guardians for America's vulgar many, and they are more than willing to use the coercive power of the State to force individuals to act for their own good.*⁵⁵ (THOMPSON; BROOK, 2010, p. 166).

Duas grandes intervenções também marcaram esse período de combate ao terror: a do Afeganistão e do Iraque. A primeira foi realizada em 2001 com aprovação do Conselho de Segurança da ONU, em grande parte oriunda de uma solidariedade internacional com a situação norte-americana. A segunda, que será explorada mais à frente, ocorreu sem a anuência do Conselho e através de um posicionamento unilateral dos Estados Unidos⁵⁶.

A presença neoconservadora no governo Bush também pode ser identificada na preferência em tratar o terrorismo internacional pela via militar. De acordo com os

⁵⁵ “Tudo isso é uma consequência política da visão neoconservadora sobre a natureza humana. Os neoconservadores tratam os Americanos comuns como crianças que precisam de aconselhamento e direção paternal (...) Eles assumiram o papel de tutores da maioria vulgar norte-americana e estão dispostos a usar o poder coercitivo do Estados para forçar os indivíduos a atuarem pelo seu próprio bem.” (THOMPSON; BROOK, 2010, p. 166, tradução nossa).

⁵⁶ Apesar de a intervenção ter sido realizada pela denominada *coalition of the willing*, que contava ao todo com 49 países, alguns apenas se comprometeram a ajudar no pós-intervenção e, à parte a ajuda do Reino Unido, a maioria do contingente militar era dos Estados Unidos o que justifica a caracterização desta ação como unilateral.

falcões neoconservadores, a reação norte-americana em relação ao Afeganistão deveria se basear na doutrina militar do *shock and awe*, ou seja, na utilização rápida e massiva de uma esmagadora força militar. Dessa forma, no primeiro momento, os Estados Unidos seriam capaz de destruir o regime talibã e a Al Qaeda, prendendo líderes como Osama bin Laden e, posteriormente, reconstruir o cenário econômico e político afegão, além de avançar rumo à eliminação do terrorismo transnacional. A visão de Powell contrária a esse tipo de postura, ainda que marginalizada na decisão final de efetivamente realizar uma intervenção, foi considerada apenas no se refere à busca de aprovação e cooperação internacional. No entanto, segundo vozes alternativas e dissonantes ao pensamento neoconservador:

Havia ainda a percepção de que o ataque ao Afeganistão não necessariamente resolveria o problema do terrorismo internacional, à medida que se tratava apenas de um, dentre vários santuários de grupos hostis. Segundo essa visão, a destruição da Al-Qaeda não será atingida somente pelo ataque ao Afeganistão, retirando os talibãs do poder, mas sim através de um processo de longo prazo sustentado no desmantelamento de sua rede global e de seus mecanismos de financiamento e recrutamento. Para isso, mais do que armas seriam necessárias ações de inteligência, combate à lavagem de dinheiro e uma contraposição ideológica a esse discurso. Isto é, a guerra seria multidimensional, multilateral, e sustentada tanto no *soft* quanto no *hard power* dos Estados Unidos e seus aliados. Demonstrava-se, portanto, uma correta percepção dos riscos e dilemas envolvidos nas novas guerras assimétricas que descrevemos. (PECEQUILO, 2005, p. 384).

A Estratégia Nacional de Segurança de 2002 (*National Security Strategy*) pode ser considerada como um dos documentos mais expressivos da influência do neoconservadorismo no governo Bush. Posteriormente identificada como delineadora das diretrizes do que viria ser a chamada “Doutrina Bush”, a visão de mundo expressa no documento é em grande parte reducionista e dicotômica, na medida em que apresenta o cenário internacional como dividido entre amigos e inimigos dos Estados Unidos e da democracia, além de afirmar que a única possibilidade para alcançar a paz e a segurança seria através da ação. Tal ação era relacionada com a deposição de regimes autoritários e substituição por outros democráticos por meio de ataques preemptivos ou preventivos, sob a justificativa de que como democracias não declaram guerra entre si, um mundo mais democrático seria, conseqüentemente, um mundo mais seguro.

A Doutrina Bush se resume então em quatro elementos principais: (i) a percepção de que existem grandes ameaças internacionalmente e que elas só podem ser derrotadas mediante políticas vigorosas, principalmente a da guerra preventiva; (ii) a

disposição de agir unilateralmente quando necessário; (iii) a concepção de que para a manutenção da paz e da estabilidade globais é necessário a manutenção da primazia norte-americana; (iv) a importância na capacidade de regimes estatais influenciarem na formulação da política externa e, por isso, o julgamento de que ações de mudança de regime seriam capazes de transformar a política internacional (JERVIS, 2003).

Utilizando a metáfora de Thompson e Brook (2010), o neoconservadorismo pode ser comparado a um ovo Fabergé, composto por várias camadas em que algumas delas estão intencionalmente menos visíveis que outras. O movimento neoconservador se origina na esquerda trotskista, porém ao longo dos anos se aproxima da extrema direita norte-americana e se ajusta politicamente ao partido Republicano ; ele possui características liberais- conservadoras e, no entanto, não pode ser considerado essencialmente liberal, ao mesmo tempo que compartilha com o pensamento conservador algumas perspectivas, como a crença na preservação dos valores tradicionais norte-americanos, mas não se associa totalmente a ele na medida em que o critica por estar preso ao passado sem conseguir considerar as necessidades presentes e futuras dos Estados Unidos; ainda, ele possui uma grande presença de intelectuais judeus, mas por alguns estudiosos não é considerado como um movimento judeu *per se*. O neoconservadorismo, então, é um “confuso amalgama de diferentes ideologias” (KRISTOL apud THOMPSON; BROOK, 2010, p. 4). Nesse sentido, principalmente após a retomada neoconservadora no *establishment* norte-americano, e para fins deste estudo, nos cabe apresentar quais são as propostas gerais comumente aceitas pela maioria do grupo para a política externa dos Estados Unidos.

Na nossa visão, mesmo com as restrições acima apresentadas, os neoconservadores se situam mais próximos a uma perspectiva liberal-conservadora, ainda que seu discurso seja de afastamento em relação a ela. Tal afastamento, acreditamos, é mais uma tentativa de se propor como algo novo à política norte-americana do que de fato uma total falta de afinidade entre eles. Entre outros fatores, essa correlação é perceptível principalmente no discurso de resgate da virtude republicana, em que os neoconservadores propõem uma lógica assertiva para esfera internacional, não somente para fins de política externa como de política interna. Nessa interseção, através de um altruísmo externo os Estados Unidos seriam capaz de recuperar os valores morais da sociedade norte-americana há muito tempo dissolvidos.

3.2 Os pilares centrais do neoconservadorismo para a política externa

Por mais que o neoconservadorismo seja destacado como um movimento multifacetado e com discordâncias internas sobre uma mesma temática, como apontado anteriormente, ainda assim é possível identificarmos nesse grupo alguns pilares centrais que orientam sua perspectiva para a política externa norte-americana. Esses pilares são oriundos não só da percepção que este grupo tem dos Estados Unidos, mas também da sua visão de mundo e do entendimento de uma ordem internacional específica que pretendem construir. Através da apresentação desse panorama, pretendemos destacar alguns temas predominantes⁵⁷ nessa corrente de pensamento com o intuito de facilitar o reconhecimento de sua influência nos discursos e nas ações políticas do governo Bush, principalmente no que concerne ao movimento de securitização que levou à intervenção no Iraque. Sendo assim, na próxima seção, junto com as temáticas do neoconservadorismo intercalaremos também alguns trechos de discursos do presidente Bush e sua administração.

3.2.1 Excepcionalismo internacionalista

Nos anos 90, em meio aos debates sobre a necessidade de readequação da política externa norte-americana, o movimento neoconservador já propunha uma perspectiva mais internacionalista para os Estados Unidos. Essa perspectiva se baseia em dois entendimentos. Primeiro, na visão neoconservadora, o momento unipolar vivenciado no pós-Guerra Fria precisava ser aproveitado pelo máximo de tempo possível e, contrariando os grupos de cunho mais isolacionista, defendia a utilização desse contexto para expandir a presença e a atuação dos Estados Unidos em assuntos globais. Em segundo lugar, essa lógica internacionalista também é justificada pela crença desse grupo no excepcionalismo norte-americano; ou seja, a crença na “América” como sendo um país excepcional, com trajetória e desenvolvimento únicos e, portanto, superior aos demais. Sua conformação, além de servir de exemplo global de

⁵⁷ Muitos desses temas não são exclusivamente abordados pelos neoconservadores, sendo também encontrados em outras correntes de pensamento relativas à política externa norte-americana. Esse caráter inter-relacional e multifacetado pode ser explicado pela trajetória desse movimento, em que o processo de ajustamento entre a esquerda trotskista e posterior maior aproximação com a direita lhes possibilitou a incorporação de diversos elementos.

nação a ser seguida, conferia aos Estados Unidos a missão de levar para outros Estados seu modelo de civilização. De acordo com Bush, em discurso proferido no dia dos atentados,

*A great people has been moved to defend a great nation. Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. These acts shattered steel, but they cannot dent the steel of American resolve. America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining.*⁵⁸ (BUSH, 2001a).

Devido à incorporação desse viés missionário pelo pensamento neoconservador, poderíamos relacioná-lo com uma tradição wilsonianista de política externa, que entende como sendo parte dos interesses norte-americanos e, sobretudo sua obrigação, garantir a paz e a segurança internacional. Os Estados Unidos, segundo essa tradição, não deveriam ficar isolados do resto dos problemas mundiais, mas sim se engajar em sua resolução e até mesmo irem à guerra quando necessário⁵⁹. Entretanto, ambos, wilsonianismo e neoconservadorismo, divergem nos meios empregados para estabelecer tal internacionalismo. Enquanto Wilson propunha a subordinação norte-americana às instituições e prezava pelo uso da diplomacia, o neoconservadorismo, apesar de não descartar completamente os recursos diplomáticos, normalmente o associa ao uso da força e possui uma descrença no papel das instituições. De acordo com Mearsheimer (2005), o neoconservadorismo seria, na verdade, um “wilsonianismo com dentes”.

Dessa forma, os neoconservadores conseguem combinar em uma mesma proposta de política externa características tanto do realismo quanto do idealismo⁶⁰, ainda que não se identifiquem com nenhum dos dois. Sob a estratégia do “império benevolente”, eles pretendem garantir segurança para os Estados Unidos (perspectiva realista do *self-interest*), além de segurança e valores democráticos para os demais países (perspectiva idealista do *self-sacrifice* em nome da coletividade internacional) (THOMPSON; BROOK, 2010). Seu comportamento hegemônico seria justificável pois eles são os únicos que tem capacidade para assumir e de fato assumem a

⁵⁸ “Um grande povo foi mobilizado para defender uma grande nação. Ataques terroristas podem balançar as fundações de nossas maiores construções, mas eles não podem tocar o alicerce dos Estados Unidos. Esses atos esmagaram aço, mas eles não podem abalar o aço da determinação norte-americana. Os Estados Unidos foram atacados porque eles são o mais vivo farol da liberdade e da oportunidade no mundo. E ninguém impedirá essa luz de continuar brilhando.” (BUSH, 2001a, tradução nossa).

⁵⁹ Importante lembrar que foi o próprio Wilson que levou os Estados Unidos à I Guerra Mundial.

⁶⁰ Sobre o papel que concedemos à teoria, é importante salientarmos que não a percebemos apenas como lente explicativa das questões internacionais, ou como mero instrumento analítico a ser escolhido por aquele que se debruça sobre questões referentes à área. Ao contrário, consideramos que a teoria tem capacidade de construir, conduzir e até mesmo de constringer a realidade.

responsabilidade de criar uma ordem que lhes seja favorável e favorável aos outros países.

*We did not ask for this present challenge, but we accept it. Like other generations of Americans, we will meet the responsibility of defending human liberty against violence and aggression. By our resolve, we will give strength to others. By our courage, we will give hope to others. And by our actions, we will secure the peace and lead the world to a better day.*⁶¹ (BUSH, 2002c).

Para avançar em âmbito global esse *excepcionalismo internacionalista*⁶², os neoconservadores defendem a necessidade de altos orçamentos para a defesa e a manutenção da supremacia militar norte-americana. Só através de um *hard power* sempre disponível e imbatível os Estados Unidos poderiam manter a sua liderança e agirem unilateralmente quando necessário.

3.2.2 Unilateralismo e importância na capacidade militar

Em razão do caráter excepcional dos Estados Unidos, os neoconservadores consideram que sua ação externa deva sempre buscar uma concertação multilateral para a resolução das questões internacionais, quando possível, mas também sempre se reservam o direito de agirem sozinhos quando necessário. Essa postura se justificaria pelo entendimento neoconservador dos Estados Unidos como uma potência indispensável e como os únicos com capacidade e disposição para pagar o preço de

⁶¹ “Nós não pedimos por esse atual desafio, mas nós o aceitamos. Como outras gerações de norte-americanos, nós iremos cumprir nossa responsabilidade de defender a liberdade humana contra violência e agressão. Pela nossa determinação, nós iremos levar força aos outros. Pela nossa coragem, nós iremos levar esperança aos outros. E pelas nossas ações, nós iremos garantir a paz e liderar o mundo em direção a dias melhores.” (BUSH, 2002c, tradução nossa)

⁶² Denominamos a ação neoconservadora como pautada em um excepcionalismo internacionalista pois acreditamos que tal expressão aglutina dois significados de considerável importância para o pensamento neoconservador e, portanto, possui grande capacidade de síntese. Na valorização do excepcionalismo, resgatando uma perspectiva wilsonianista de política externa, os neoconservadores destacam o caráter extraordinário dos Estados Unidos e sua formação política e social. Explorando a metáfora conhecida entre os Estados Unidos e a passagem da bíblia do Sermão na Montanha, e aproveitando a interseção entre a política norte-americana e a religião, os neoconservadores levam ao extremo a lógica dos Estados Unidos como uma cidade no topo da colina (*a city upon a hill*) – uma cidade acima das demais, em sentido objetivo e subjetivo, a qual deve dar o exemplo e ser seguida como exemplo. Em conjunto com essa perspectiva, trazem a proposta de um internacionalismo assertivo, pautado na utilização dos foros internacionais quando possível, mas na valorização do unilateralismo e da preservação do momento unipolar. Nesse aspecto, eles vão de encontro ao wilsonianismo e extrapolam sua lógica ao proporem o internacionalismo em vez do isolacionismo, a projeção em vez do resguardo do modelo norte-americano como forma de proteção. Dessa forma, as outras temáticas do neoconservadorismo estabelecidas neste capítulo, o unilateralismo e a importância na capacidade militar e a democracia, gravitam em torno e são justificadas por esse excepcionalismo internacionalista, por isso a sua importância.

assumir as responsabilidades internacionais. De acordo com os neoconservadores, os europeus que por vezes criticam essa atitude norte-americana são, atualmente, um *quasiprotetorado* dos Estados Unidos pois passaram a se preocupar mais com suas questões internas e não tem nenhuma ambição além da preservação do seu Estado de bem-estar social. Os Estados Unidos nesse contexto avaliado pelos neoconservadores como um afastamento europeu mantem sua posição de império benevolente e seguem, como afirma Kristol (1997), “ainda não demanda[ndo] um *quasiautomático* apoio da Europa; mas pressões em relação a isso tem se tornado irresistíveis”. Ainda sobre essa questão,

*Critics find this paradoxical: acting unilaterally but for global ends. Why paradoxical? One can hardly argue that depriving Saddam (and potentially, terrorists) of WMD is not a global end. Unilateralism may be required to pursue this end. We may be left isolated by so doing, but we would be acting nevertheless in the name of global interests—larger than narrow American self-interest and larger, too, than the narrowly perceived self-interest of smaller, weaker powers (even great powers) that dare not confront the rising threat. What is that larger interest? Most broadly defined, it is maintaining a stable, open and functioning unipolar system.*⁶³ (KRAUTHAMMER, 2002, p. 15).

Nesse sentido, na medida em que os Estados Unidos identificam como sendo seu próprio interesse os interesses globais, suas mãos não poderiam estar atadas pela comunidade internacional. Em vez de favorecer o aumento do seu espectro de atuação global, algumas alianças podem se configurar em verdadeiras camisas de força para sua ação, enquanto favorecem comportamentos desrespeitosos aos tratados por outros países. O multilateralismo, atualmente, teria apenas a serventia de reduzir o poder norte-americano e o tornar “[...] subserviente, dependente e restringido pela vontade – e pelos interesses – de outras nações. Amarrar Gulliver com milhares de cordas. Domesticar o mais indomesticável, o mais imensurável interesse nacional do planeta – o nosso” (KRAUTHAMMER, 2004, p. 6).

Para sustentar uma política unilateral, os Estados Unidos precisariam então, advogam os neoconservadores, de uma força armada robusta. Essa proeminência militar

⁶³ “Os críticos acham isso paradoxal: agir unilateralmente mas com objetivos globais. Por que paradoxal? Alguém dificilmente argumentará que privar Saddam (e potencialmente terroristas) de armas de destruição em massa não é um objetivo global. Unilateralismo pode ser necessário para alcançar tal objetivo. Nós podemos ficar isolados por fazer isso, mas nós estaremos agindo em nome dos interesses globais – maiores que somente os próprios interesses norte-americanos, e maiores também que os interesses próprios de pequenas e mais fracas potências (até grandes potências) que não ousam confrontar a ameaça em ascensão. O que é esse interesse maior? Definido de maneira geral, é manter um sistema unipolar estável, aberto e em funcionamento” (KRAUTHAMMER, 2002, p. 15, tradução nossa).

seria necessária não somente para intervir quando preciso, mas também para reduzir “a possibilidade de [que] desafiadores da estabilidade regional [e global] tentem alterar o status quo em seu favor” (KAGAN; KRISTOL, 2000, p. 16). Quando a segurança internacional está em jogo e a comunidade de Estados (inclusive na figura do Conselho de Segurança da ONU) estiver dividida, os Estados Unidos teriam o dever de assumir uma posição, mesmo que unilateral, pois é a “missão que define a coalizão, e não o contrário” (RUMSFELD, 2001).

*Coalitions are not made by superpowers going begging hat in hand. They are made by asserting a position and inviting others join. What "pragmatic" realism fails to realize is that unilateralism is the high road to multilateralism. When George Bush senior said of the Iraqi invasion of Kuwait, "this will not stand", and made it clear that he was prepared to act alone, that declaration-and the credibility of American determination to act unilaterally if necessary-in and of itself created a coalition.*⁶⁴ (KRAUTHAMMER, 2002, p. 17).

Segundo Mearsheimer (2005), os neoconservadores conferem tamanha importância para a variável do poder militar porque entendem que a política internacional opera pela lógica do *bandwagon*⁶⁵; ou seja, eles acreditam que se os Estados Unidos forem uma potência tão poderosa ao ponto de ser temida internacionalmente, os demais países – amigos ou inimigos – antes mesmo de cogitarem ameaçar o poder norte-americano, irão por as mãos ao alto e se lançar ao seu *bandwagoning*. As forças armadas norte-americanas deveriam, para esse grupo, estar em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento de maneira tornar o custo de desafiar os Estados Unidos proibitivo para qualquer país. “Em resumo, a RMA (*revolution in military affairs*) faria com que o *bandwagoning* cada vez mais funcionasse, o qual, em sequência, faria a diplomacia do *big stick* funcionar, a qual, também sucessivamente, tornaria possível a execução de uma política externa unilateralista” (MEARSHEIMER, 2005).

⁶⁴ “Coalizões não são feitas por superpotências implorando com o chapéu na mão. Elas são feitas pela afirmação de uma posição e o convite aos outros para se juntar a ela. O que o realismo “pragmático” falhou em perceber é que o unilateralismo é o maior caminho para o multilateralismo. Quando George Bush pai falou sobre a invasão do Kuwait pelo Iraque, “isso não permanecerá”, e deixou claro que ele estava preparado para agir sozinho, essa declaração – e a credibilidade na determinação norte-americana de agir unilateralmente quando necessário – criou por ela mesma a coalizão.” (KRAUTHAMMER, 2002, p.17, tradução nossa).

⁶⁵ Termo cunhado por Walt (1985) em que, ao falar sobre a formação de alianças no sistema internacional, o autor aponta duas possíveis formações: *balance* e *bandwagon*. A primeira, podendo ser traduzida para o português como “balancear”, ocorreria quando alguns países menores se aliam para fazer frente a uma potência. O segundo, sem uma tradução precisa para o português, ocorreria quando países menores, mesmo por meio de alianças, não possuem capacidade de fazer frente a uma potência maior e, por isso, decidem se aliar a ela e gravitar na sua esfera de influência.

Após os atentados do 11 de setembro, esse discurso neoconservador em relação ao poderio militar foi levado a um patamar ainda mais extremo. O argumento desenvolvido pelo grupo era de que, ao longo da Guerra Fria, a supremacia militar era necessária, mas o inimigo a ser combatido era um “[...] adversário estável e não suicida, sobre o qual a dissuasão funcionava” (KRAUTHAMMER, 2004). Com o fortalecimento do terrorismo internacional e a posse de armas de destruição em massa por regimes ditatoriais, essa lógica de dissuasão não mais funcionaria para conter esses inimigos. A dissuasão clássica deveria então ser aperfeiçoada por meio do uso da preempção na medida em que “[...] contra [ameaças] não detectáveis e incapazes de serem dissuadidas, a preempção⁶⁶ é a única estratégia possível” (KRAUTHAMMER, 2004). De acordo com o presidente Bush sobre o tema,

*We have learned that terrorist attacks are not caused by the use of strength. They are invited by the perception of weakness. And the surest way to avoid attacks on our own people is to engage the enemy where he lives and plans. We are fighting that enemy in Iraq and Afghanistan today so that we do not meet him again on our own streets, in our own cities.*⁶⁷ (BUSH, 2003a).

Outro eixo argumentativo para a defesa de uma postura unilateral pelos Estados Unidos adotado pelos neoconservadores é o da descrença e minimização do papel das instituições na resolução de questões internacionais. De acordo com essa perspectiva, a ação norte-americana pelo bem-estar global não poderia ser travada por arranjos institucionais supranacionais que colocam no mesmo patamar de igualdade em relação aos Estados Unidos países que não compartilham valores democráticos. No olhar neoconservador, esses organismos estariam sofrendo de uma perda de legitimidade internacional. Essa proposta de unilateralismo, afirma Krauthammer (2002, p. 17), “[...] não significa buscar agir sozinho. Um [Estado] age em concerto com outros se possível. [Esse] unilateralismo simplesmente significa que um [Estado] não permite ser colocado como refém dos outros”. Se antes do 11/9 esta percepção já era veiculada, após os atentados terroristas ela é reforçada e aprofundada já que a partir deste momento não se

⁶⁶ Ainda que os Estados Unidos justifiquem suas atitudes com base na preempção (ação pautada no uso da legítima defesa contra um ataque em curso ou iminente), acreditamos que tais ações se revelam como ataques preventivos, na medida em que elas foram baseadas na suposição de um possível futuro ataque, sem evidências concretas sobre sua iminência. Como o uso da prevenção é explicitamente condenado pela carta da ONU, tal adjetivação não é desprezível pois objetiva afastar os Estados Unidos de uma conduta ilegal internacionalmente.

⁶⁷ “Nós aprendemos que ataques terroristas não são causados pelo uso da força. Eles são produzidos pela percepção de fraqueza. E o jeito mais certo de evitar esses ataques na nossa própria população é atacar o inimigo onde ele mora e faz seus planos. Nós estamos hoje lutando contra esse inimigo no Iraque e no Afeganistão para que nós não o encontremos mais nas nossas próprias ruas, nas nossas próprias cidades.” (BUSH, 2003a, tradução nossa)

tratava apenas de uma atuação livre em termos de política externa, mas principalmente de uma atuação sem constrangimentos para a defesa e segurança do território nacional.

*America must be guided by its independent judgment, both about its own interest and about the global interest. Especially on matters of national security, war-making and the deployment of power, America should neither defer nor contract out decision-making, particularly when the concessions involve permanent structural constrictions such as those imposed by an International Criminal Court.*⁶⁸
(KRAUTHAMMER, 2002, p. 16).

3.2.3 Democracia

Ao longo da história dos Estados Unidos, como aponta a literatura sobre o tema, sua política externa normalmente esteve associada com a questão da democracia, tanto em pela via do exemplo, quanto em caráter missionário; ou seja, em postura mais isolacionista, servindo como exemplo de democracia a ser seguida, ou em postura mais internacionalista, atuando como difusor da democracia e da liberdade.

Na perspectiva neoconservadora, a ação externa norte-americana em defesa da democracia estaria justificada com base em um duplo eixo: primeiro, o eixo do imperativo moral em que os Estados Unidos tem a obrigação, como superpotência e como primeira democracia, de libertar países que são regidos por líderes tirânicos e levar a eles valores democráticos; o segundo eixo se baseia na questão do *self-interest*, no qual os Estados Unidos encaram como parte de sua estratégia nacional e fator decisivo para a sua segurança o surgimento de novas democracias pelo mundo⁶⁹.

Ainda, a partir da difusão da democracia, os neoconservadores pretendem moralizar a política externa norte-americana com o propósito de fortalecer internamente a “[...] crença de que os princípios da Declaração da Independência não são meramente escolhas de uma cultura, mas sim uma verdade universal, duradoura e auto-evidente” (KAGAN; KRISTOL, 1996). Dessa forma, dois objetivos estão conectados, pois “[...]

⁶⁸ Os Estados Unidos precisam guiar-se pelo seu julgamento independente, tanto sobre seu próprio interesse quanto sobre o interesse global. Especialmente em questões de segurança nacional, guerra e mobilização militar, os Estados Unidos não deveriam nem protelar, nem recuar na sua decisão, particularmente quando as concessões envolvem restrições estruturais permanentes como as impostas pela Corte Internacional de Justiça”. (KRAUTHAMMER, 2002, p.16, tradução nossa).

⁶⁹ Todo esse debate sobre a ligação entre democracia e paz é melhor aprofundado em uma bibliografia que discute a chamada teoria da paz democrática. No geral, segundo seus teóricos, democracias não entram em conflito entre si e, quando entram, raramente ameaçam utilizar a força. Para mais informações sobre essa discussão, ver Doyle (1986) e Layne (2000).

ao avançar nosso [dos Estados Unidos] destino por meio de sacrifício e sofrimento, nós remoralizamos nossos cidadãos”⁷⁰ (THOMPSON; BROOK, 2010, p. 234).

Segundo o neoconservadorismo, os Estados Unidos deveriam sacrificar seus nacionais pelo engajamento externo em intervenções de mudança de regime. A lógica levantada era de que “maus regimes orientam as pessoas a maus comportamentos e normas. Se um povo for colocado perante um bom regime, ele irá se tornar radicalmente melhor. O regime muda a cultura. Assim, é a elite governante, não o povo, que determina o regime e a cultura em um país” (THOMPSON; BROOK, 2010, p. 186). Nesse sentido, os neoconservadores apontam que como Estados não democráticos marginalizam o ideal liberal da garantia de direitos básicos aos seus cidadãos, não poderiam reclamar para si o direito a não intervenção. Seguindo essa linha, Kagan e Kristol (1996) afirmam que,

*The United States achieved its present position of strength not by practicing a foreign policy of live and let live, nor by passively waiting for threats to arise, but by actively promoting American principles of governance abroad -- democracy, free markets, respect for liberty.*⁷¹ (KRISTOL, 1996).

Após o 11 de setembro, esse argumento se fortalece e é utilizado não apenas para fundamentar as intervenções no Afeganistão e no Iraque, quanto para justificar uma total redemocratização do Oriente Médio. De acordo com a administração Bush, tais países receberiam os Estados Unidos de braços abertos pois tinham sede de liberdade; liberdade essa há muito negada por regimes ditatoriais. Nas palavras do presidente Bush,

*Americans are asking, why do they hate us? They hate what we see right here in this Chamber, a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms—our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.*⁷² (BUSH, 2001b).

A crítica feita pelos neoconservadores sobre a proposta realista de ação externa ganha mais força depois dos atentados. Na visão desse grupo, os realistas “apoiam

⁷⁰ Interessante notar que devido a esse ponto, autores como Thompson e Brook (2010) levantam a hipótese de que a política externa para o neoconservadorismo seria, na verdade, uma ramificação de sua proposta para a política interna norte-americana.

⁷¹ “Os Estados Unidos alcançaram sua atual posição de poder não pela prática de uma política externa do viva e deixe viver, nem pela espera passiva da ascensão de ameaças, mas pela promoção ativa dos princípios norte-americanos de governança externa – democracia, livre mercado, e respeito pela liberdade.” (KRISTOL, 1996, tradução nossa)

⁷² “Os norte-americanos estão perguntando, por que eles nos odeiam? Eles odeiam o que veem nessa Câmara, um governo eleito democraticamente. Seus líderes são auto-indicados. Eles odeiam nossas liberdades – nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar e discordar entre si.” (BUSH, 2001b, tradução nossa).

uma política externa baseada em ‘interesses vitais’ de forma limitada” e se colocaram contrários “aos esforços [norte-]americanos de ‘impor’ a democracia pelo mundo” (KAPLAN, 2004). Dessa forma, segue a crítica, o “terrorismo é o produto de tiranias na região, [de] regimes que a política externa realista sempre protegeu” (VAÏSSE, 2009, p. 239). Segundo Bush,

*For decades, free nations tolerated oppression in the Middle East for the sake of stability. In practice, this approach brought little stability and much oppression. So I have changed this policy. (...) Some who call themselves realists question whether the spread of democracy in the Middle East should be any concern of ours. But the realists in this case have lost contact with a fundamental reality. America has always been less secure when freedom is in retreat. America is always more secure when freedom is on the march.*⁷³ (BUSH, 2004a).

3.3 A securitização doméstica da guerra do Iraque

3.3.1 A construção do convencimento neoconservador

Apesar do neoconservadorismo preferir não se descrever em termos ideológicos, considerando-se mais como um pensamento, ou uma forma de persuasão⁷⁴, seu aporte intelectual teve considerável inserção e aplicação na política externa norte-americana. Ainda que no caso afegão já seja possível perceber tal influência, naquele momento o choque recente dos atentados e a solidariedade da comunidade internacional não exigiram da administração Bush e do grupo neoconservador grandes esforços para alcançar um convencimento no Conselho de Segurança sobre a necessidade de intervir no Afeganistão e derrubar o regime talibã. No entanto, as alianças estabelecidas logo após o 11/09 para a securitização afegã, principalmente com a Rússia e a China, logo se mostraram oriundas das especificidades do momento histórico posterior aos atentados.

⁷³ “Por décadas, nações livres toleraram a opressão no Oriente Médio pela questão da estabilidade. Na verdade, essa abordagem trouxe pouca estabilidade e mais opressão. Então eu mudei essa política. (...) Alguns dos que se denominam realistas questionam se a difusão da democracia no Oriente Médio deveria ser uma preocupação nossa. Mas os realistas, nesse caso, perderam o contato com uma verdade fundamental. Os Estados Unidos sempre estiveram menos seguros quando a liberdade está recuada. Os Estados Unidos estão sempre mais seguros quando a liberdade está em expansão.” (BUSH, 2004a, tradução nossa)

⁷⁴ Ainda sobre essa questão, os neoconservadores acreditam que eles não devem limitar o seu pensamento pela adesão a um conjunto específico de ideias. As ideias, para o grupo, são importantes mas apenas na medida em que elas podem ser utilizadas para instrumentalizar e legitimar ações internas e externas. Nesse sentido, eles identificam o neoconservadorismo como um interesse público em processo de constantes mutações (THOMPSON; BROOK, 2010).

Anos depois, na movimentação internacional para conseguir a anuência do Conselho de Segurança da ONU na securitização do Iraque, os Estados Unidos não contaram com o apoio dessas alianças, inclusive dos seus aliados⁷⁵.

A influência neoconservadora foi evidente na questão da guerra do Iraque. Antes dos atentados, a proposta de promover uma política de mudança de regime no país e sua utilização como primeiro passo para uma redemocratização no mundo árabe era desconsiderada pela administração Clinton. Dentre outras ações, como citado anteriormente, os neoconservadores por meio do *think tank* PNAC enviaram uma carta para o presidente Clinton e os membros republicanos no Congresso, em 1998, pedindo que os Estados Unidos apoiassem uma intervenção no Iraque. A administração Clinton, no entanto, não mostrou interesse em elevar sua postura em relação ao Iraque para além das sanções econômicas e pontuais ações militares, como o bombardeio realizado no mesmo ano.

Na administração seguinte, ao contrário, logo após os atentados o próprio presidente Bush parece ter se convencido da necessidade de abandonar a política de contenção perante o Iraque e adotar uma postura mais assertiva. No dia que se seguiu aos ataques, 12 de setembro de 2001, Bush pediu ao seu conselheiro para questões de contraterrorismo do Conselho de Segurança Nacional, Richard Clarke, para averiguar uma possível ligação entre o 11/09 e Saddam Hussein, ainda que todos os indícios apontassem para a Al Qaeda como responsável. O questionamento central, à época, era se os Estados Unidos deveriam atacar ambos Afeganistão e Iraque ao mesmo tempo, ou se o Afeganistão primeiro e depois o Iraque. Apesar do posicionamento favorável à primeira opção por Rumsfeld e Wolfowitz, a decisão final seguiu o posicionamento de Powell e Hugh Shelton, chefe do Estado-Maior conjunto das forças armadas, que não acreditavam em um considerável apoio da comunidade internacional em relação a intervenção no Iraque (VAÏSSE, 2010). Ao longo dos anos 2002 e 2003, o esforço neoconservador para conseguir anuência para uma ação no Iraque seguiu duas frentes: uma na opinião pública e na administração Bush para levar a questão internamente para o Senado e o Congresso, conseguindo ambas autorizações para a guerra, e outra externamente para o Conselho de Segurança da ONU.

Em relação à primeira frente, os neoconservadores começaram a questionar as informações trazidas pela Central de Inteligência Nacional (CIA) sobre o Iraque e

⁷⁵ Exceto países como o Reino Unido e a Espanha que desde o início se posicionaram favoráveis à postura norte-americana.

desmerecer seu julgamento ante tal ameaça, sob a acusação de que a agência minimizava o perigo imposto pelo regime iraquiano para os Estados Unidos e, por ser muito conservadora, acabava considerando apenas as capacidades do Iraque e negligenciando as intenções de Saddam Hussein. Dessa forma, após a administração Bush rejeitar as avaliações oficiais das agências de inteligência, o grupo *Policy Counterterrorism Evaluation Group* foi criado para avançar na busca de indícios que conectassem Saddam com o 11 de setembro (VAÍSSE, 2010; KURECIC, 2011).

A segunda frente, perante o grande público norte-americano, tinha por objetivo levantar um debate político nos Estados Unidos que convencesse a opinião pública sobre a necessidade de uma intervenção no Iraque. Artigos em revistas como a *The Weekly Standard*, além do livro *The war over Iraq*, dos neoconservadores Kristol e Kaplan, ajudaram a difundir uma perspectiva que minimizava os custos norte-americanos com a ação militar e maximizava a ameaça iraquiana. O objetivo, no geral, era trazer à tona e manter vivo o medo de outro atentado terrorista de proporções iguais ou maiores aos ocorridos em Nova Iorque e Washington, de maneira direcionar a opinião pública a um posicionamento favorável à intervenção no Iraque. (VAÍSSE, 2010). De acordo com Pecequillo (2005), o índice de aprovação dessa ação era de 70%, mesmo sem a anuência da ONU, subindo para 80% caso o Conselho de Segurança aprovasse a intervenção. Sobre essa questão de manter viva a imagem do terrorismo, o presidente Bush no seu *Address to the Nation*, em 2002, afirma:

*Some citizens wonder, after 11 years of living with this problem, why do we need to confront it now? And there's a reason. We've experienced the horror of September the 11th. We have seen that those who hate America are willing to crash airplanes into buildings full of innocent people. Our enemies would be no less willing—in fact, they would be eager—to use biological or chemical or a nuclear weapon. Knowing these realities, America must not ignore the threat gathering against us. Facing clear evidence of peril, we cannot wait for the final proof, the smoking gun, that could come in the form of a mushroom cloud.*⁷⁶ (BUSH, 2002c).

Os neoconservadores acreditavam que os Estados Unidos precisavam superar a síndrome do Vietnã, uma vez que vitórias como a da Guerra do Golfo e do Afeganistão

⁷⁶ “Alguns cidadãos se questionam, depois de 11 anos convivendo com esse problema, por que nós temos que confrontar isso agora? E existe uma razão. Nós vivenciamos o horror do 11 de setembro. Nós vimos que aqueles que odeiam os Estados Unidos estão dispostos a colidir aviões em construções cheias de inocentes. Nossos inimigos não estariam menos dispostos – na verdade, eles estariam ávidos – em usar armas biológicas, químicas ou nucleares. Sabendo dessas realidades, os Estados Unidos não devem ignorar a ameaça vindo contra nós. Encarando clara evidência de perigo, nós não podemos esperar a prova final que pode vir em forma de um ataque nuclear.” (BUSH, 2002c, tradução nossa).

mostraram que a supremacia militar norte-americana não era mais somente relativa a outros países, como absoluta. Ainda, para esse grupo, a identificação de “dragões a combater” – ilustrados na figura do terrorismo internacional e, principalmente, nos indivíduos e Estados que o fomentam – manteria a sociedade norte-americana unida em torno de um propósito comum. Esse amálgama capaz de aglutinar os indivíduos de uma mesma sociedade, ou seja, esse referencial persecutório partilhado teria força para combater os elementos da modernidade que corroem a união social e que geram fraquezas internas nos Estados Unidos, a saber: o niilismo, o individualismo e a fragilidade moral. A virtude republicana empregada no sacrifício em homens e capital para além da *homeland* serviria também para despertar tal sentimento internamente. Nas palavras do presidente Bush, em discurso feito em 2001:

*I recently received a touching letter that says a lot about the state of America in these difficult times, a letter from a fourth grade girl with a father in the military: "As much as I don't want my dad to fight," she wrote, "I'm willing to give him to you". This is a precious gift, the greatest she could give. This young girl knows what America is all about. Since September 11, an entire generation of young Americans has gained new understanding of the value of freedom and its cost in duty and in sacrifice.*⁷⁷ (BUSH, 2001c).

Dessa forma, os neoconservadores consideravam que o Iraque seria um alvo fácil para dar continuidade à guerra global contra o terror por uma série de motivos: (i) era um país fragilizado economicamente e politicamente pelas sanções da ONU; (ii) era regido por um ditador que oprimia seus nacionais e que nutria uma hostilidade em relação aos Estados Unidos; (iii) era um regime que já tinha sido acusado anteriormente de utilizar armas de destruição em massa.⁷⁸ Por esse conjunto de fatores, o grupo neoconservador acreditava que a comunidade internacional apoiaria o pleito norte-americano de realizar uma intervenção no país. No entanto, como apontado anteriormente, tal conjuntura não se confirmou. Se antes os neoconservadores já

⁷⁷ “Recentemente recebi uma carta emocionante que diz muito sobre os Estados Unidos nesses tempos difíceis, uma carta de uma menina da quarta série com o pai nas forças armadas: ‘ainda que eu não quero que o meu pai lute’, ela escreveu, ‘eu estou disposta a entregá-lo para você’. Esse é um presente precioso, o maior que ele poderia dar. Essa menina sabe em que consiste os Estados Unidos. Desde o 11 de setembro, uma geração inteira de jovens norte-americanos ganharam um novo entendimento sobre o valor da liberdade e o seu custo em dever e sacrifício.” (BUSH, 2001c, tradução nossa).

⁷⁸ Ainda, é importante apontarmos o porquê da desconsideração inicial de intervenções nos dois outros países também identificados pelo presidente Bush como membros de um eixo do mal, a Coreia do Norte e o Irã, já que a princípio representavam uma ameaça mais urgente se comparados com o Iraque. No caso da Coreia do Norte, além de não possuir petróleo, os Estados Unidos teriam que enfrentar uma oposição concreta, e não apenas retórica, da Rússia, Coreia do Sul, China e Japão. Em relação ao Irã, uma ação dependeria de uma grande mobilização militar e teria que lidar com o programa nuclear iraniano, além de ser possível enfraquecer o Irã por meio de uma incursão militar em um país mais fraco, o Iraque (PECEQUILO, 2005).

adotavam um discurso desconfiado ante a postura da Europa em relação às questões internacionais, a negativa de apoio da maioria das grandes potências europeias fez com que os neoconservadores adotassem um discurso de “eurofobia”, em que criticavam os europeus por quererem viver em um mundo de paz kantiana. Em 2002, Robert Kagan escreveu um texto claramente direcionado a criticar o posicionamento europeu perante o Iraque e os *rogue states*. Segundo Kagan (2002),

It is time to stop pretending that Europeans and Americans share a common view of the world, or even that they occupy the same world. On the all-important question of power — the efficacy of power, the morality of power, the desirability of power — American and European perspectives are diverging. Europe is turning away from power, or to put it a little differently, it is moving beyond power into a self-contained world of laws and rules and transnational negotiation and cooperation. It is entering a post-historical paradise of peace and relative prosperity, the realization of Kant’s “Perpetual Peace.” The United States, meanwhile, remains mired in history, exercising power in the anarchic Hobbesian world where international laws and rules are unreliable and where true security and the defense and promotion of a liberal order still depend on the possession and use of military might. That is why on major strategic and international questions today, Americans are from Mars and Europeans are from Venus.⁷⁹ (KAGAN, 2002).

A administração Bush pretendia alcançar três objetivos específicos com a intervenção no Iraque: (i) acabar com a ameaça posta por Saddam Hussein para os Estados Unidos devido a sua posse de armas químicas e biológicas, seu desejo de adquirir armas nucleares e seu apoio a grupos terroristas; (ii) resgatar a integridade e legitimidade da ONU deteriorada pelo não cumprimento de suas diretrizes pelo Iraque; (iii) liberar o povo iraquiano de seu líder tirânico e levar para essa sociedade o poder transformador da democracia e da liberdade (THOMPSON; BROOK, 2010). Entretanto, o objetivo maior dos neoconservadores nessa intervenção era gerar um efeito dominó na região em que a democratização do Iraque seria um ponto de partida para a atuação norte-americana, pela força militar ou pela força do exemplo, a fim de

⁷⁹ “É hora de pararmos de fingir que os europeus e os norte-americanos partilham uma visão de mundo comum, ou que vivem no mesmo mundo. Na questão do poder – a eficácia do poder, a moralidade do poder, a necessidade do poder – as perspectivas norte-americanas e europeias são divergentes. Os europeus estão se distanciando do poder, ou para falarmos de um jeito um pouco diferente, eles estão indo do poder para um mundo restrito das leis e regras e da negociação e cooperação transnacional. Eles estão entrando em um paraíso pós-histórico de paz e relativa prosperidade, a realização de uma ‘paz perpétua’ kantiana. Enquanto isso, os Estados Unidos permanecem envolvidos na história, exercendo seu poder no anárquico mundo hobbesiano, em que leis e regras internacionais não são confiáveis e que a verdadeira segurança e defesa e a promoção de uma ordem liberal ainda depende da posse e do uso da força militar. É por isso que na maioria das atuais questões estratégicas internacionais os norte-americanos são de Marte e os europeus de Vênus” (KAGAN, 2002, tradução nossa).

promover regimes democráticos e pró-Estados Unidos por todo o Oriente Médio. “[...] A democracia no Iraque terá sucesso”, afirmou Bush em 2003, “e esse sucesso enviará a notícia, de Damasco a Teerã, de que a liberdade pode ser o futuro de cada nação. O estabelecimento de um Iraque liberto no centro do Oriente Médio será um divisor de águas na revolução democrática global”⁸⁰. Ainda, de acordo com Bush:

*The Middle East will either become a place of progress and peace, or it will be an exporter of violence and terror that takes more lives in America and in other free nations. The triumph of democracy and tolerance in Iraq, in Afghanistan, and beyond would be a grave setback for international terrorism. The terrorists thrive on the support of tyrants and the resentments of oppressed peoples. When tyrants fall and resentment gives way to hope, men and women in every culture reject the ideologies of terror and turn to the pursuits of peace. Everywhere that freedom takes hold, terror will retreat.*⁸¹
(BUSH, 2003a).

3.3.2 A audiência interna e o processo decisório para a guerra

As políticas direcionadas para garantir a segurança nacional norte-americana por vezes podem se sobrepor às diretrizes de política externa desse país, indefinindo os limites entre uma esfera e a outra. No caso do combate ao terrorismo, a identificação de um inimigo externo e transnacional como ameaça para a própria segurança nacional dos Estados Unidos pode ser vista como um exemplo em que tal sobreposição ocorre.

Diferentemente do próximo capítulo, em que nosso objetivo é traçar, do início ao fim, o movimento de securitização do caso iraquiano no Conselho de Segurança, pretendemos aqui apenas apresentar de forma simplificada a mesma securitização, porém no *locus* doméstico norte-americano. Em razão da complexidade das tramitações internas nas burocracias dos Estados Unidos e de um limite explicativo da teoria de securitização quando aplicada a essa situação empírica, o delineamento do movimento

⁸⁰ No original: “*Iraqi democracy will succeed, and that success will send forth the news, from Damascus to Tehran, that freedom can be the future of every nation. The establishment of a free Iraq at the heart of the Middle East will be a watershed event in the global democratic revolution.*” (BUSH, 2003a, tradução nossa).

⁸¹ “O Oriente Médio se tornará um local de paz e progresso, ou será difusor de violência e terror que tira vidas nos Estados Unidos e em outras nações livres. O triunfo da democracia e da tolerância no Iraque, no Afeganistão, e em outros países será um considerável revés para o terrorismo internacional. O terrorismo consegue apoio em tiranos e nos ressentimentos de povos oprimidos. Quando os tiranos caem e o ressentimento é substituído pela paz, homens e mulheres em qualquer cultura rejeitam as ideologias do terror e se convertem na busca pela paz. Todos os lugares que a liberdade floresce, o terror irá recuar.” (BUSH, 2003a, tradução nossa).

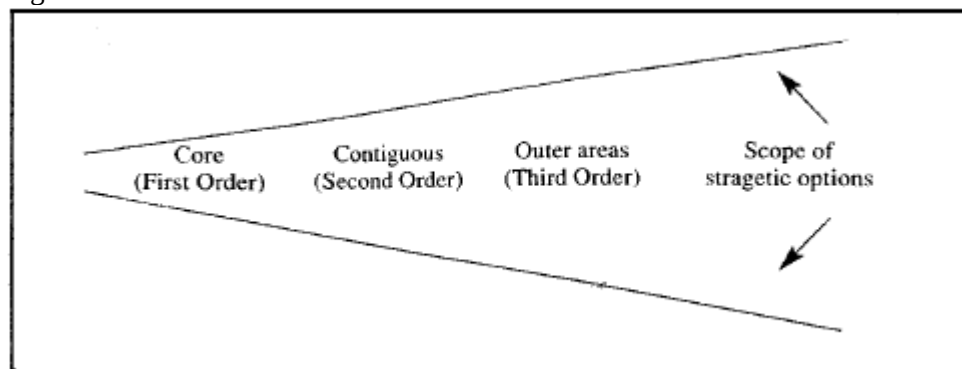
de securitização, em seus aspectos fluidos e dinâmicos, não pode ser satisfatoriamente realizado. Isto se dá pois, nesse caso empírico, ainda que a variável do agente securitizador possa ser delimitada na figura do presidente e seus assessores próximos afins (ou não) ao pensamento neoconservador, a variável da audiência dificilmente pode ser restringida analiticamente a um setor do governo ou a um grupo de indivíduos específico; na interlocução existente ao longo desse movimento, os membros do Congresso norte-americano, a audiência a ser considerada, podem desempenhar ao mesmo tempo os papéis de audiência, quanto de agentes e de *semiagentes* securitizadores. No entanto, é possível apresentarmos qual a resposta interna dessa audiência ao movimento de securitização e como esse objetivo de segurança nacional e internacional foi definido e defendido⁸².

De acordo com Cimbala, Sarkesian e Williams (2005), a segurança nacional norte-americana pode ser definida como uma confiança da maioria de sua sociedade na capacidade militar e na definição de políticas efetivas para não permitir que adversários impeçam os Estados Unidos de buscarem seus interesses nacionais. Para os autores, tal definição consegue abranger tanto aspectos físicos quanto psicológicos ou, como preferimos denominar, aspectos objetivos e subjetivos da segurança nacional na medida em que considera não só a força militar como também a capacidade dos norte-americanos de apoiar esforços necessários para a segurança do território nacional e de acreditar na capacidade dos Estados Unidos de se manter seguro.

Nesse sentido, podemos identificar três níveis de interesse nacional separados por ordem de prioridade: (i) a primeira ordem, ou os interesses vitais, é identificada na proteção da *homeland* e na consideração de questões que afetem diretamente a sua segurança. Após o 11/09, ainda mais relevância foi conferida a esse nível com a criação do *Department of Homeland Security*; (ii) a segunda ordem, ou os interesses críticos, se refere a questões que não afetam diretamente a segurança do território nacional e a sobrevivência norte-americana, mas podem vir a se tornar prioridades de primeira ordem; (iii) a terceira ordem, ou os interesses sérios, se concentra nos assuntos que não afetam criticamente os interesses de primeira e segunda ordem mas, ainda assim, os influenciam marginalmente (CIMBALA; SARKESEAN; WILLIAMS, 2005). A figura abaixo representa essa tipologia:

⁸² As seções anteriores se encarregaram de apresentar como a ameaça do terrorismo e, principalmente, do caso iraquiano foram definidas e defendidas internamente dentro do contexto ideológico e intelectual do neoconservadorismo. Nessa seção, entretanto, pretendemos ver como esse aporte neoconservador se traduziu na elaboração de uma intervenção *de facto* no Iraque.

Figura 3 - I Modelo Analítico



Fonte: CIMBALA; SARKESIAN; WILLIAMS, 2005, p. 6.

Essa tipologia apresentada nos ajuda a visualizar uma gradação em percepções de ameaças nos Estados Unidos. Entretanto, afirmar neste estudo que o terrorismo era uma ameaça de segunda ordem antes do 11 de setembro e que depois dos ataques foi alçado à primeira ordem contribui, na nossa visão, para um entendimento estático desse processo cognitivo⁸³. O que podemos afirmar, e neste caso tal tipologia auxilia nessa visualização, é que após a Guerra Fria o terrorismo gravitou majoritariamente entre essas duas primeiras ordens de prioridade e que após o 11/09 foi definitivamente entendido como *first priority*. O caso do Iraque, mesmo sendo uma questão presente nas administrações anteriores e uma ameaça apresentada pelo neoconservadorismo como de primeira ordem, pode ser mais facilmente localizado, antes dos ataques, na segunda ordem de prioridade para a segurança nacional. Depois dos atentados, a percepção de urgência na ameaça terrorista foi transplantada para o caso iraquiano, colocando-o também como prioridade primeira na agenda de segurança norte-americana.

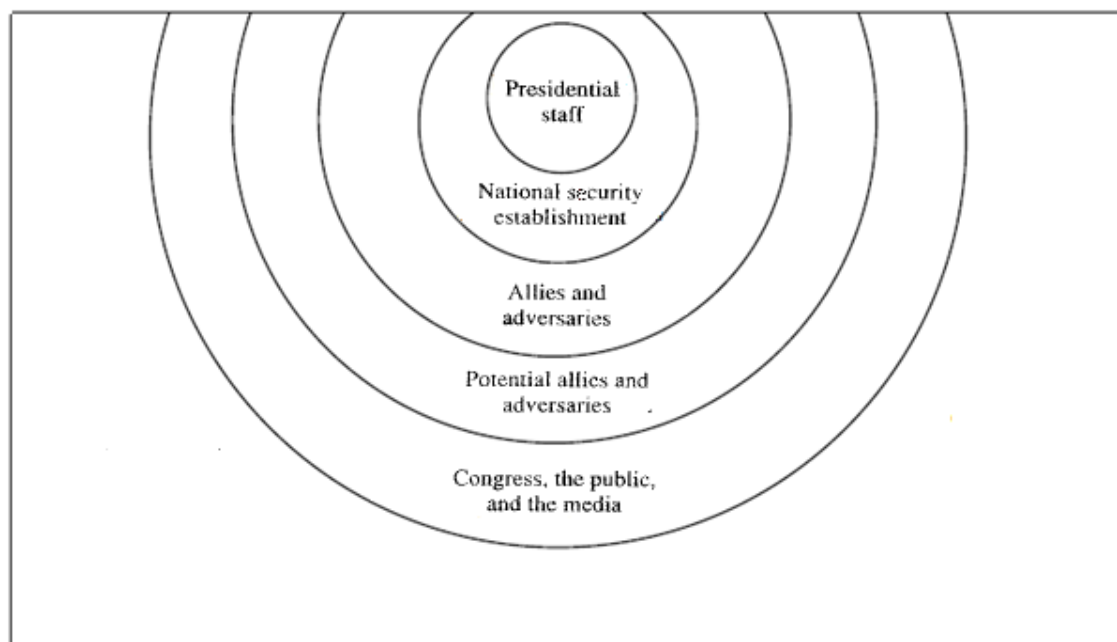
Além dessa tipologia, Cimbala, Sarkesian e Williams (2005) apresentam três possíveis metodologias para entender o processo decisório norte-americano em políticas de segurança nacional; a saber, a metodologia dos círculos concêntricos, a da elite *versus* participação e a da análise sistêmica.

A metodologia dos círculos concêntricos apresenta os setores envolvidos na promoção da segurança nacional por meio de uma estrutura hierarquizada. Dessa forma, apresenta-se nela um modelo em que as decisões sobre essa temática partem de um núcleo duro e restrito em número de atores e que, em seguida, tramita em outras

⁸³ Ainda que Cimbala, Sarkesian e Williams (2005) não partilhem com a Escola de Copenhague a mesma ontologia e epistemologia da ameaça vista como algo construído discursivamente e intersubjetivamente, acreditamos que a utilização dessa tipologia nos ajuda a compreender a escalada em emergência de uma questão durante o processo de securitização.

instâncias a fim de conseguir (ou não) sua aceitação para se traduzir em políticas concretas. Nessa avaliação metodológica, o grupo central que define a agenda do processo decisório em segurança nacional se restringe, principalmente, na proeminência do presidente, nos seus assessores e no *establishment* de segurança nacional. A figura abaixo ilustra o modelo apresentado:

Figura 4 - II Modelo Analítico

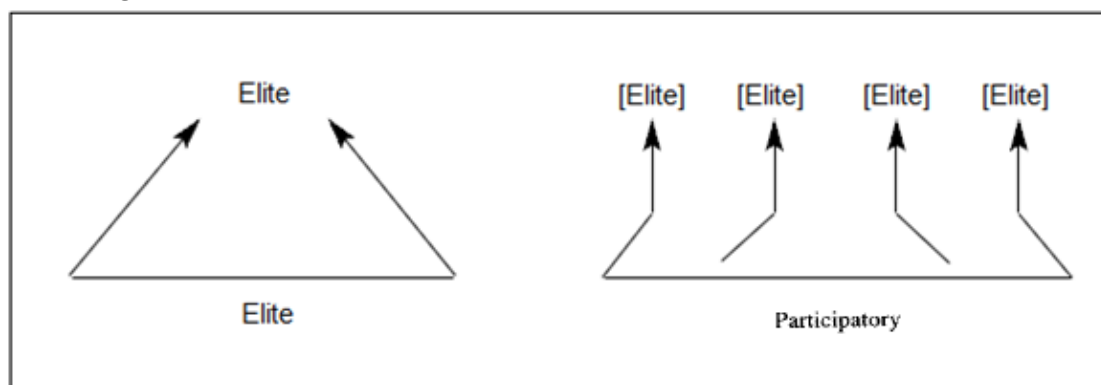


Fonte: CIMBALA; SARKESIAN; WILLIAMS, 2005, p. 17.

A segunda opção metodológica se refere ao modelo elite *versus* participação. O modelo da elite entende que as políticas de segurança nacional são definidas por um pequeno grupo formado pelo presidente, seus assessores, o Congresso, militares de alta patente e membros influentes da iniciativa privada. Em sua perspectiva, essa elite por deter um posicionamento privilegiado em informações e poder consegue se articular politicamente e influenciar no processo decisório, além de possuir coesão política suficiente para que suas decisões suplantem questões trazidas por outros setores. O modelo participatório, no seu contraponto, assume a existência de várias elites que representam interesses e segmentos diversos. A partir do entendimento de que dificilmente uma mesma elite controla todos os aspectos do processo decisório para a segurança nacional, coalizões são constantemente formadas de acordo com a questão a ser abordada. A vantagem analítica desse modelo reside na tentativa de conciliar as

demandas da democracia participativa com a habilidade e o poder das elites. Para a visualização desse modelo, ver figura abaixo:

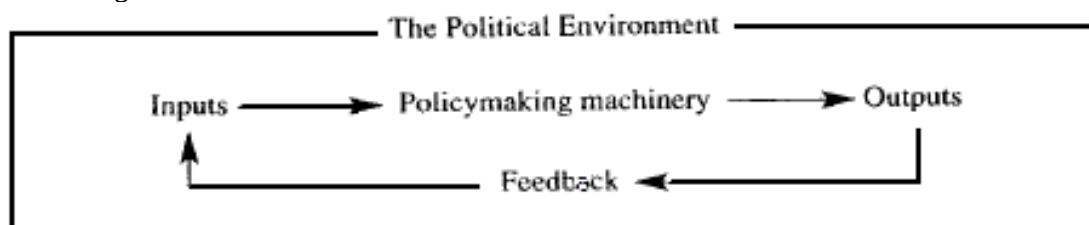
Figura 5 - III Modelo Analítico



Fonte: CIMBALA; SARKESEAN; WILLIAMS, 2005, p. 18.

A terceira metodologia é identificada na abordagem sistêmica, a qual enfatiza a dinâmica das inter-relações entre diversas variáveis existentes ao longo dos estágios do processo decisório. O aparato político, segundo esse modelo, precisa considerar os interesses divergentes dos diversos *clusters* de poder e propor uma política que seja acolhida por uma maioria. Tais *clusters* são definidos em três blocos: (i) a tríade formada pelo Secretário de Defesa, Secretário de Estado e o Conselheiro de Segurança Nacional; (ii) o presidente do Estado- Maior Conjunto das forças armadas e o diretor da Central de Inteligência; (iii) e o *chief of staff* da Casa Branca e o conselheiro do presidente. Segue abaixo figura representativa desse modelo:

Figura 6 - IV Modelo Analítico



Fonte: CIMBALA; SARKESEAN; WILLIAMS, 2005, p. 18.

À primeira vista, nossa análise poderia agregar aspectos pontuais de cada proposta metodológica. Em relação ao modelo elite *versus* participação, identificaríamos os neoconservadores como uma elite coesa em sua proposta para o Iraque, capaz de agregar em seu projeto outros grupos como a direita cristã norte-

americana e parte de membros do partido democrata, além de se sobrepor aos grupos contrários à intervenção. Do modelo sistêmico, ainda que neste capítulo (e em certa medida no próximo) nomes referentes aos três grandes clusters para a segurança nacional da administração Bush filho sejam mencionados, nossa análise se concentra principalmente na figura do presidente e, em segundo plano, nos indivíduos que o assessoram de perto nesse processo decisório. Mesmo assim, a ênfase se dá pela afinidade desses atores com o neoconservadorismo, o caso de Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld, ou por representar uma minoria destoante e marginalizada, como no caso de Colin Powell.

Dessa forma, mesmo compreendendo as vantagens analíticas das duas metodologias anteriores, acreditamos que para o caso específico da securitização da guerra do Iraque o melhor modelo explicativo seja a metodologia dos círculos concêntricos. Cimbala, Sarkesian e Williams (2005) afirmam que a fragilidade desse modelo reside na supersimplificação do processo decisório e na perspectiva de que as decisões para a segurança nacional são tomadas a partir de uma escolha racional. Entretanto, para nosso caso específico, tal supersimplificação e entendimento unidirecional do processo de securitização interno pode nos ser favorável. Na medida em que essa metodologia foca na demonstração de como um núcleo central, formado por poucos atores, consegue concentrar em si as decisões em segurança nacional e convencer (ou não) os atores presentes nos demais círculos, a identificação das variáveis do agente securitizador e da audiência, ainda que complexa, parece se tornar mais clara, favorecendo a visualização do movimento de securitização.

Sendo assim, definimos como representativo da variável do agente securitizador o grupo referente ao círculo mais estreito desse modelo, ou seja, as figuras do vice-presidente Dick Cheney, do secretário de Defesa Donald Rumsfeld, do subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, do secretário de Estado Colin Powell, do subsecretário de Estado Richard Armitage, e predominantemente do presidente George W. Bush devido à sua proeminência na articulação interna para a intervenção do Iraque. Apesar do nosso foco analítico se concentrar no papel do presidente, é importante situar brevemente quem são os atores no entorno presidencial e quais as suas afinidades políticas para uma melhor compreensão do movimento de securitização.

Dick Cheney foi secretário de Defesa do governo Bush pai e um dos principais responsáveis pela ação militar contra o Iraque após sua invasão do Kuwait, no que viria ser conhecida como a Guerra do Golfo. Em seguida, Cheney assumiu o cargo de

presidente da multinacional Halliburton, uma das maiores empresas prestadoras de serviços no ramo petrolífero. Ainda, junto com Rumsfeld e Wolfowitz, Cheney foi um dos que assinaram o documento intitulado *Rebuilding America's Defenses* elaborado pelo PNAC em 2000, propondo uma agenda imperial para a política externa dos Estados Unidos e reforçando a necessidade de manter a sua supremacia internacional. Rumsfeld também exerceu por duas vezes (em 1983 e 1984, durante a guerra Irã-Iraque) a função de enviado especial do presidente Reagan para reaproximar o Iraque dos Estados Unidos sob a justificativa de que, apesar das denúncias do uso de armas químicas por esse país no conflito, os Estados Unidos não poderiam permitir uma vitória iraniana (FUSER, 2005). Em conjunto com Wolfowitz e Armitage, Rumsfeld foi um dos signatários da carta elaborada pelo PNAC em 1998⁸⁴ ao presidente Clinton pedindo por uma mudança de estratégia em relação ao Iraque. Wolfowitz, no contexto da ação do Iraque, é considerado como o maior arquiteto dessa estratégia e o seu defensor mais entusiasmado e convincente (BOYER, 2004). Armitage é militar de carreira e membro do partido Republicano. Powell também é militar de carreira, foi chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos durante a Guerra do Golfo e era uma das poucas vozes moderadas sobre a intervenção militar no Iraque dentro desse núcleo decisório.

Nesse sentido, o presidente Bush filho, com o apoio da sua *entourage* majoritariamente afim ao neoconservadorismo e à necessidade de uma ação militar, começou a articular no Congresso norte-americano a aprovação de uma Resolução de Guerra em relação ao Iraque. Devido às eleições de meio de mandato em novembro de 2002 para parte do Legislativo e governos estaduais, muitos dos futuros candidatos votaram a favor da resolução com medo de serem acusados de covardia e oposição aos interesses norte-americanos pela presidência, além de perderem votos e arriscarem sua candidatura. Ainda, a oposição realizada pelos democratas em relação ao voto da resolução antes dessas eleições, sob o receio de que a presidência manipulasse a situação em seu favor, foram ignoradas e desconsideradas pela Casa Branca (PECEQUILO, 2005). O discurso de Bush filho (2002a) perante o Congresso se desenvolveu sob o argumento de que na situação iraquiana os membros desse órgão deveriam “atuar, antes de tudo, não como Republicanos, não como Democratas, mas

⁸⁴ É importante salientar que dez dos dezoito que assinaram essa carta ao presidente Clinton exerceriam mais tarde cargos importantes na administração Bush filho e na decisão de intervir no Iraque (KURECIC, 2011).

sim como [norte-]americanos”⁸⁵; essa estratégia visa eliminar as dicotomias e divergências partidárias existentes sobre a questão, de maneira favorecer uma aproximação e convergência em decisões dos congressistas. Sobre o processo de discussão e confecção da Resolução de Guerra, Bush afirma:

*Democrats and Republicans refuse to live in a future of fear. We're determined to build a future of security. All of us long for peace, peace for ourselves, peace for the world. Members here this morning are committed to American leadership for the good of all nations. I appreciate their spirit. I appreciate their love for country. The resolution we are producing will be an instrument of that leadership. I appreciate the spirit in which Members of Congress are considering this vital issue. Congress will have an important debate, a meaningful debate, an historic debate. It will be conducted with all civility. It will be conducted in a manner that will make Americans proud and Americans to understand the threats to our future. We're making progress. We're near an agreement. And soon, we will speak with one voice.*⁸⁶ (BUSH, 2002b).

Dessa forma, em outubro de 2002, a resolução foi aprovada com uma considerável margem de votos favoráveis, contabilizando 296 a favor e 133 contra na Câmara e 77 a favor e 23 contra no Senado. Em discurso sobre essa aprovação, Bush (2002d) afirma que recorreu a uma autorização adicional do Congresso pois “não existe nenhuma força social ou política maior que a força de cidadãos livres unidos em torno de um convincente objetivo comum”⁸⁷. Apesar da autoridade constitucional dada ao presidente para recorrer à força quando houver necessidade de dissuadir, prevenir ou responder a ameaças ou agressões, a preferência por uma resolução do Congresso traz consigo um peso simbólico na guerra contra o terrorismo e contra o Iraque na medida em que passa uma imagem (pretensa ou não) de coesão da sociedade norte-americana no combate a esses inimigos.

Devido à sua interseção com o grupo intelectual neoconservador e à sua proximidade histórico-política com as relações Estados Unidos-Iraque, como no caso de

⁸⁵ No original: “we must act, first and foremost, not as Republicans, not as Democrats but as Americans”. (BUSH, 2002^a, tradução nossa).

⁸⁶ “Democratas e Republicanos se recusam a viver em um futuro de medo. Nós estamos determinados a construir um futuro de segurança. Todos nós queremos paz, paz para os Estados Unidos, paz para o mundo. Os membros [do Congresso] estão nesta manhã comprometidos com a liderança norte-americana pelo bem de todas as nações. Eu estimo esse espírito. Eu aprecio esse amor pelo seu país. A resolução que nós estamos produzindo será um instrumento dessa liderança. Eu aprecio o espírito com que os membros do Congresso estão considerando essa questão vital. O Congresso terá um debate importante, um debate significativo, um debate histórico. Ele será conduzido com toda civilidade. Ele será conduzido de que maneira que fará todos os norte-americanos orgulhosos e capazes de entender as ameaças para o nosso futuro. Nós estamos fazendo progressos. Nós estamos próximos de um acordo. E logo, nós iremos nos pronunciar como uma só voz.” (BUSH, 2002b, tradução nossa).

⁸⁷ No original: “There is no social or political force greater than a free people united in a common and compelling objective” (BUSH, 2002d, tradução nossa).

Cheney e Rumsfeld apresentado anteriormente, o entorno de assessores do presidente Bush filho conseguiu difundir internamente um contexto intelectual propício para que o agente securitizador, estabelecido na figura presidencial, articulasse politicamente a garantia de anuência pelo Congresso para o uso da força. Dessa forma, ainda que tais assessores não sejam considerados na nossa análise como agentes securitizadores *de facto*, a sua importância ao longo de todo o processo em auxiliar na inserção do neoconservadorismo no *establishment* norte-americano e na sua tradução em políticas concretas nos indica que estes atores podem ser considerados enquanto *semiagentes* securitizadores.

Ademais, restringimos na outra face do movimento de securitização a variável da audiência no Congresso norte-americano, um dos elementos do último círculo concêntrico do modelo metodológico apresentado. Essa escolha foi baseada no nosso entendimento de que embora os demais elementos desse círculo e do processo para obter a anuência necessária à securitização sejam importantes na medida em que ajudam a construir uma atmosfera nacional favorável, o Congresso era a audiência interna efetivamente capaz de garantir a autorização para uma intervenção no Iraque.

É interessante retomar nesse ponto um limite identificado na teoria de securitização referente à baixa teorização da variável da audiência. Nesse caso, por exemplo, poderíamos identificar a existência de mais de uma audiência, como uma audiência social representada no papel de convencimento da mídia em relação à opinião pública, e uma audiência empoderada, ou efetiva, expressa na competência do Congresso norte-americano de chancelar o recurso às armas⁸⁸.

Ainda que a supersimplificação trazida por esse modelo nos auxilie a perscrutar a movimento de securitização interno da guerra do Iraque, não pretendemos afirmar com a sua utilização que a nossa perspectiva do movimento de securitização seja um processo unidirecional ou simplesmente uma via de mão única entre agente securitizador e audiência. No entanto, devido à dificuldade em delimitar as variáveis do agente securitizador e principalmente da audiência na securitização doméstica norte-americana da guerra do Iraque, consideramos que essa metodologia nos ajuda a situar espacialmente os atores envolvidos nesse processo. Além disso, torna-se importante destacar que toda metodologia para análise de processos decisórios é apenas uma ferramenta analítica para a compreensão da realidade, sem entretanto ser representativa

⁸⁸ Para um aprofundamento teórico sobre essa questão, ver capítulo 1 desta dissertação.

da realidade como um todo já que ela não é estática, e sim dinâmica. A contribuição da Escola de Copenhague situa-se justamente no avanço da percepção da segurança em sua fluidez e dinamicidade, ainda que o estabelecimento de um *framework* teórico vá em certa medida na contramão desse avanço e contribua também para o seu engessamento. A identificação desse e de demais limites é importante para compreendermos o porquê da dificuldade às vezes encontrada na aplicação da teoria de securitização a certos casos empíricos.

Ao longo do próximo capítulo, em que se pretende aprofundar a avaliação empírica da securitização da guerra do Iraque, a consideração de outro *locus* de análise, baseado na audiência externa do Conselho de Segurança e seus membros permanentes, nos possibilitará complementar nossa avaliação perante a teoria. A consideração do movimento securitizante estabelecido em um foro multilateral, com entidades soberanas dialogando entre si, irá nos auxiliar a efetivamente perscrutar em detalhes todo esse processo perlocucionário de barganha gerador (ou não) de convencimento em que consiste a securitização.

4 SECURITIZAÇÃO DO CASO IRAQUIANO

*A guerra que aflige com os seus esquadrões o Mundo,
É o tipo perfeito de erro da filosofia.
A guerra, como tudo humano, quer alterar.
Mas a guerra, mais do que tudo, quer alterar e alterar muito
E alterar depressa.
(Fernando Pessoa – A guerra que aflige com seus esquadrões)*

4.1 O contexto intelectual do pós-Guerra Fria

Com o fim da Guerra Fria e o surgimento de uma nova configuração internacional, surgiu também a necessidade de um novo arcabouço teórico-intelectual que desse conta de explicar e entender este novo contexto e seus futuros desdobramentos.

Desenvolvendo a tese do fim da história, Fukuyama defende que, após a destruição do fascismo e do comunismo, um novo e maior processo estaria em curso; a saber, o triunfo e a consolidação do modelo ocidental liberal e democrático enquanto forma mais evoluída de organização política e social da história da humanidade. A ideia de ‘fim da história’ foi emprestada por Fukuyama de Hegel, em que a concepção dialética hegeliana da história prevê a existência de um início, meio e fim, sendo tal fim alcançado quando a história culminasse em um momento absoluto através da vitória de um modelo de Estado e sociedade (FUKUYAMA, 1989). Sendo assim, a proposta de Fukuyama endossa e abre ainda mais portas para a defesa de que um mundo com cada vez mais democracias liberais seria mais vantajoso tanto do ponto de vista ético quanto econômico⁸⁹.

Em “O Choque de Civilizações”, Huntington também segue na tentativa de avaliar como seria o cenário do sistema internacional do pós-Guerra Fria. Segundo o autor, os conflitos continuariam a existir na nova ordem internacional, porém não seriam mais em razão de motivações ideológicas, imperialistas ou culturais, mas sim com base em divergências culturais. Para explicar sua tese, o autor dedica grande parte

⁸⁹ A difusão e o acolhimento desse conjunto de ideias pelo *establishment* norte-americano será de grande importância para compreender as justificativas levantadas para as intervenções no combate ao terrorismo. A noção de que a criação de mecanismos construtores de democracias liberais nos países acusados de fomentar o terrorismo internacional, tal qual o Afeganistão e o Iraque, iria contribuir para enfraquecer este inimigo era amplamente divulgado pela administração Bush.

de seu livro à história Ocidental, abordando os processos de expansão dos impérios através da lógica territorialista de dominação entre os povos. Após essa contextualização histórica, Huntington apresenta que o mundo contemporâneo, não mais dividido entre potências capitalista e socialista e suas áreas de influência, passará a ser dividido entre o ocidente e os vários não-ocidentais (HUNTINGTON, 1997).

É justamente esta eclosão de explicações sobre como a nova ordem internacional se desenvolveria que justifica não o terrorismo islâmico e a prática terrorista *per se*, mas sim a reação norte-americana a ela. Primeiramente, há no discurso norte-americano a construção do “nós”, cidadãos de uma sociedade justa e democrática *versus* “eles”, os bárbaros auxiliados por regimes tirânicos, ideia que se coaduna-com a lógica do choque de civilizações; em segundo lugar, há a percepção de que o combate ao inimigo, precisa ser feito por meio da difusão de valores liberais e democráticos, ainda que a expansão destes valores se faça pelo intermédio da força.

4.2 O início da securitização do terrorismo e o caso do Afeganistão

Apesar de os ataques terroristas direcionados aos Estados Unidos não serem ocorrências novas e desconhecidas para os norte-americanos⁹⁰, os ataques do 11 de setembro se tornaram um fato *sui generis* tanto por suas características, quanto pelas ações políticas que dele derivaram. Devido às dramáticas proporções dos atentados e, principalmente, devido ao fato dele ter ocorrido em solo norte-americano, os Estados Unidos iniciaram um processo de securitização internacional do terrorismo, através da sua chamada *Global War on Terror* (GWoT). Os primeiros movimentos desse processo foram bem sucedidos na medida em que tiveram ampla, se não plena, aceitação e colaboração mundial.

Além dos discursos proferidos pelos líderes de diversas nações demonstrando condolências e apoio aos Estados Unidos e suas vítimas, no dia seguinte ao atentado o Conselho de Segurança da ONU apresentou uma resolução condenando os ataques. Não obstante este ser um procedimento de praxe, verificado em outras situações referentes a ataques terroristas, esta resolução, por “[...] expressar sua disposição para adotar

⁹⁰ Antes dos ataques ao World Trade Center, os Estados Unidos sofreram outros cinco ataques terroristas assumidos diretamente pela Al Qaeda, a saber: em 1995 e 1996, à Embaixada dos EUA na Arábia Saudita; em 1998, à Embaixada dos EUA no Quênia e na Tanzânia; e em 2000 ao porta-aviões *USS Cole* no Iêmen.

imediatamente todas as ações necessárias para **responder** aos ataques terroristas do 11 de setembro e combater todas as formas de terrorismo”⁹¹, além de “[...] reconhecer o direito inerente, individual ou coletivo, à **autodefesa**”⁹² (CSNU, 1368), abre portas para o início de um movimento securitizante desta temática.

Este processo de identificação de culpados e tratamento da temática pela via da excepcionalidade produziu dois movimentos de securitização específicos: o caso do Afeganistão e do Iraque, em que o segundo ocorreu depois e no esteio do primeiro. Dessa forma, o primeiro momento de securitização da GWT pode ser identificado através da construção discursiva do terrorismo enquanto inimigo⁹³ e da sua concretização através do aceite internacional de uma intervenção militar no Afeganistão. As ações que contribuíram para o sucesso desta empreitada serão apresentadas em seguida e de maneira sucinta. Apesar do foco deste capítulo consistir na construção da securitização da segunda guerra do Iraque, uma breve explicação sobre como se deu o movimento securitizante da guerra global contra o terrorismo, em seu primeiro esforço no caso afegão, é fundamental para que se compreenda como o seu considerável sucesso criou as bases para que o *establishment* norte-americano cogitasse a possibilidade de tratar o caso iraquiano pelo mesmo viés. Nesse sentido,

[...] diferentemente do que acontecerá na Guerra do Iraque em 2003, a operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional e das forças políticas internas nos Estados Unidos. Dado o caráter do 11 de setembro, essa guerra era tida como “justa”, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos. (PECEQUILLO, 2005, p. 383).

Em razão das proporções da ameaça, pela primeira vez o artigo quinto da carta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 1949) foi invocado. Nele afirma-se que um ataque contra um ou mais aliados na Europa ou na América do Norte será considerado como um ataque contra todos, estabelecendo assim um mecanismo de segurança coletiva. Após a confirmação de que os ataques foram realizados pela organização terrorista Al Qaeda, dirigida por Osama bin Laden e protegida pelo regime Talibã, no Afeganistão, o apoio dos demais países foi essencial para que os norte-americanos conseguissem a anuência para a intervenção.

⁹¹ No original: “Expresses its readiness to take all necessary steps to respond to the terrorist attacks of 11 September 2001, and to combat all forms of terrorism”. (CSNU, 1368, tradução e grifo nosso).

⁹² No original: “Recognizing the inherent right of individual or collective self-defence in accordance with the Charter” (CSNU, 1368, tradução e grifo nosso).

⁹³ Para mais informações ver LEITE, Lucas. A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria. Dissertação. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo, 2013.

Em discurso ao congresso norte-americano, em 21 de setembro de 2001, o então presidente George W. Bush convocou todas as nações à aliar-se aos Estados Unidos na guerra contra o terrorismo internacional. Em suas palavras, “[...] nossa guerra contra o terror começa com a Al Qaeda, mas não acaba aí. Ela não irá terminar até que cada grupo terrorista de alcance global seja descoberto, parado e derrotado”⁹⁴. Ainda, afirmando que os ataques do 11 de setembro seriam entendidos como atos de guerra, Bush afirma que

*[...] we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every nation, in every region, now has a decision to make: Either you are with us, or you are with the terrorists. From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.*⁹⁵ (BUSH, 1990).

Nesse sentido, os Estados Unidos estabeleceram uma estratégia de contraterrorismo assentada em quatro principais pilares: i) não permitir nenhuma concessão ou margem para acordo com terroristas; ii) trazer os terroristas à justiça pelos crimes que cometeram; iii) isolar e pressionar Estados que patrocina o terrorismo para forçá-los a mudar de comportamento; iv) fortalecer as capacidades de contraterrorismo dos países que trabalham com os Estados Unidos e necessitam de ajuda (ESTADOS UNIDOS, 2003).

Além dos discursos presidenciais apresentando a urgência da questão e posicionando o combate ao terrorismo como uma luta entre *nós* e *eles*, entre o *bem* e o *mal*, é possível também apontar outros instrumentos que contribuíram para lidar com essa temática pela via da segurança. Dentre elas, a resolução 1373 (2001) pode ser considerada como uma das mais emblemáticas no pós-11/9, pois além de criar o Comitê de Contraterrorismo⁹⁶, estabeleceu parâmetros internacionais para lidar com este fenômeno e evitar novos atentados; a saber: (i) criminalizar o financiamento do terrorismo; (ii) congelar fundos referentes a pessoas que estejam envolvidas em atos de terrorismo; (iii) negar qualquer forma de suporte financeiro para grupos terroristas; (iv)

⁹⁴ No original: “*Our war on terror begins with Al Qaida, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated*”. (BUSH, 2001b, tradução nossa).

⁹⁵ “Nós iremos perseguir as nações que concedem ajuda e abrigo para o terrorismo. Cada nação, em cada região, agora deve tomar uma decisão. Ou você está conosco, ou está com os terroristas. Deste dia em diante, qualquer nação que continue a abrigar e ajudar o terrorismo será vista pelos Estados Unidos como um regime hostil.” (BUSH, 1990, tradução nossa).

⁹⁶ O Comitê de Contra-Terrorismo é formado pelos quinze países do Conselho de Segurança e foi estabelecido com vistas a monitorar e ajudar os países a implementarem as medidas estabelecidas na resolução 1373. Dessa forma, objetiva-se melhorar suas capacidades para conter atividades terroristas internamente e nas regiões próximas. Para mais informações, acessar < <http://www.un.org/en/sc/ctc/> >

impedir que abrigo, suporte e sustento sejam conferidos a terroristas; (v) compartilhar informações com outros governos sobre a investigação, detecção, prisão, extradição ou processo daqueles envolvidos em atos terroristas; (vi) criminalizar a assistência passiva ou ativa ao terrorismo em leis nacionais e trazer à justiça seus violadores.

Considerando o terrorismo como um elemento transnacional, volátil e difuso, para que o movimento de securitização proposto pelos EUA pudesse avançar era necessário não só ligá-lo a outras questões mais tangíveis como armas de destruição em massa (AMDs), crime internacional e tráfico de drogas, quanto associá-lo a “faces” concretas e visualizáveis pelo grande público, tal qual as imagens de Bin Laden e, posteriormente, de Saddam Hussein.

Dessa forma, o primeiro momento de securitização do terrorismo se concretizou através da resolução 1386 (2001) em que o CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) aprovou, sob o capítulo VII de sua carta, o estabelecimento da *International Security Assistance Force* (ISAF). Esta intervenção visava assistir o novo governo da República Islâmica do Afeganistão no exercício efetivo de sua autoridade, por meio da implantação de forças de auxílio capazes de garantir a segurança em Cabul e nas áreas próximas. Assim, através da construção de um ambiente propício para a atuação das autoridades afegãs e da ONU, pretendia-se impedir que o regime Talibã voltasse a controlar o país e, conseqüentemente, que estivesse em condições de conceder abrigo a grupos terroristas.

4.3 Antecedentes históricos

4.3.1 Breve abordagem sobre a I Guerra do Golfo

A primeira Guerra do Golfo⁹⁷ ocorreu devido à invasão do Kuwait pelo Iraque, sob as alegações de que o primeiro desrespeitava continuamente o preço e o nível de produção de petróleo estabelecidos pela OPEP, gerando uma concorrência desleal a outros países, além de defraudar petróleo do campo de Rumaila, localizado em solo iraquiano, mas próximo a fronteira com o Kuwait.

⁹⁷ Alguns autores denominam esta como a primeira Guerra do Golfo pois acreditam que a invasão do Iraque, em 2003, pode ser considerada como a segunda Guerra do Golfo.

O vácuo de um inimigo a ser combatido e de outra grande potência a ser confrontada, oriundos do fim da Guerra Fria, foram momentaneamente substituídos pela rápida resposta dada à invasão. A comunidade internacional se mobilizou rapidamente devido à percepção de que tal conflito, além de gerar grande instabilidade regional, poderia se constituir enquanto ameaça para todo o sistema.

A princípio, a questão foi tratada pela via das sanções econômicas, aprovadas pelo CSNU⁹⁸, de maneira forçar um posicionamento favorável do Iraque por meio de recursos diplomáticos. O não-cumprimento das demandas do Conselho pelo governo de Saddam Hussein exigiu um posicionamento mais contundente da comunidade internacional. Em 29 de novembro de 1990, o CSNU, através da resolução 678, impôs um ultimato ao governo iraquiano afirmando que, caso ele não atendesse às exigências da resolução 660 e às demais subsequentes resoluções, até 15 de janeiro de 1991, os Estados-membros estariam autorizados a tomar todas as medidas necessárias para obrigá-lo a se retirar do território vizinho e a satisfazer as demandas prévias estabelecidas pelo Conselho.

Findo o ultimato, a postura ainda desafiante de Hussein fez com que o governo George H W Bush liderasse a operação *Desert Storm*, formada por uma coalisão com mais de vinte aliados, para atuar militarmente na região. Seu início ocorreu em 17 de janeiro de 1991 por meio de ataques aéreos, até que em 24 de fevereiro do mesmo ano a operação passou a ocorrer também através de incorrências em solo⁹⁹.

A liderança dos Estados Unidos justificava-se não apenas pela sua superioridade econômica e militar, mas principalmente pelo seu interesse estratégico na região. Com a invasão e possível incorporação do território kuwaitiano por Saddam Hussein, a região passaria por um reordenamento de forças em que um Iraque mais forte seria sinônimo de ameaça para dois grandes aliados dos Estados Unidos na região: Israel e Arábia Saudita. Preocupados em defender seus interesses na região e em demonstrar força para o governo de Saddam Hussein, o governo norte-americano iniciou a operação *Desert*

⁹⁸ Especificamente, pelas resoluções 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674 e 677, todas de 1990.

⁹⁹ O emprego da força foi baseado na Doutrina Powell. Collin Powell, de quem deriva o nome desta doutrina, após lutar no Vietnã e verificar as experiências negativas vivenciadas pelos Estados Unidos nesta guerra, percebeu que era necessário um novo pensamento estratégico. Nesse sentido, considerando a grande perda de apoio nacional da guerra do Vietnã, esta doutrina visava evitar ao máximo o número de baixas tanto de militares quanto de civis do lado inimigo e, principalmente, do lado amigo. Parra isso, defendia a ideia de uma guerra limpa em que a utilização de bombardeios cirúrgicos além de, teoricamente, poupar vidas, seria capaz de reduzir o tempo de permanência no ambiente do conflito, evitando, ou ao menos abreviando a atuação em solo.

Shield cinco dias após o início das hostilidades entre Iraque e Kuwait. Em linhas gerais, esta operação consistiu no posicionamento de tropas americanas na Arábia Saudita para proteger este país contra o avanço iraquiano rumo ao seu território.

Com o cessar-fogo, as hostilidades entre os países se encerraram. No entanto, as violações cometidas pelo governo iraquiano não só ao invadir outro território soberano, como a utilizar contra ele armamentos químicos e biológicos¹⁰⁰ levou, por meio da resolução 687, a um regime de sanções ainda mais severo e ao estabelecimento da *United Nations Special Commission* (UNSCOM). De acordo com Brown,

[...] *If Resolution 661 had been a coercitive measure, the new post-war resolution coul also be regarded as punitive (...) This was also the first time such a draconian UN embargo had been imposed on a state which had just suffered severe infrastructure damage in the course of a war.*¹⁰¹ (1999, p. 57).

A comissão era formada por um grupo de especialistas da ONU e detinha os seguintes objetivos: (i) inspecionar instalações com suposta capacidade de produzir armas químicas e biológicas; (ii) tomar posse do material em estoque, bem como dos componentes para a sua produção, de forma a removê-los, destruí-los ou torná-los inofensivos; (iii) supervisionar a destruição de todos os mísseis balísticos com alcance maior a 150km, além dos componentes para a sua fabricação e manutenção; (iv) monitorar o cumprimento pelo governo iraquiano de não usar, desenvolver ou adquirir nenhum dos itens acima listados. Ainda, a Comissão deveria assistir a AIEA no desenvolvimento de suas atividades, as quais eram similares as funções da Comissão mas se restringiam a área nuclear.

A UNSCOM atuou de 1991 até 1998, sendo que seu último ano foi marcado por tensões entre o Iraque, os Estados Unidos e o CSNU, de tal forma que a deterioração das relações entre Bagdá e a UNSCOM levaram ao fim da cooperação iraquiana com a Comissão. No final deste ano, o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, elaborou um documento que previa uma *comprehensive review* dos esforços do Iraque rumo ao seu total desarmamento que, além de conter outros pontos, garantia o estabelecimento

¹⁰⁰ Importante ressaltar que o Iraque é signatário do Protocolo para a Proibição do Uso de Gases Asfixiantes, Venenosos e outros gases e Métodos Bacteriológicos em Conflitos (em Genebra, 1925); e da Convenção para a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estoque de Armas Bacteriológicas (biológicas) e tóxicas (em 1972, com posterior ratificação). Para mais informações, acessar: <<http://disarmament.un.org/treaties/s/iraq>>

¹⁰¹ “Se a resolução 661 foi uma medida coercitiva, a nova resolução do pós-guerra pode também ser encarada como punitiva (...) Foi também a primeira vez que um embargo da ONU tão draconiano foi imposto a um Estado que tinha acabado de sofrer graves danos a sua infraestrutura durante o período da guerra.” (BROWN, 1999, p.57, tradução nossa).

de um prazo para o fim das restrições a exportações de produtos iraquianos, como previsto no parágrafo 22 da resolução 687 para o regime de sanções econômicas. Após a rejeição pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido da proposta de suspenderem o embargo ao petróleo iraquiano caso o seu governo cumprisse com as exigências para eliminar suas ADMs (RAI, 2002). Bagdá interpretou tal posicionamento como “[...] confirmação da sua antiga – e plausível – crença de que, mesmo se eles acabassem com todas as suas armas, nenhuma administração norte-americana suspenderia o embargo ao petróleo enquanto Hussein estivesse no poder” (THE ECONOMIST, 1998)¹⁰².

Nesse sentido, o Iraque suspendeu sua cooperação com a UNSCOM e, em resposta, os Estados Unidos e o Reino Unido afirmaram que não havia outra saída, a não ser o uso da força, para lidar com o obstrucionismo de Saddam Hussein. Em 16 de dezembro de 1998 é iniciada a operação *Desert Fox* em que os dois países supracitados lançam uma campanha aérea com quatro dias de intensos bombardeamentos contra o Iraque com o objetivo de destruir instalações com suposta capacidade de produzir ADMs e de força-lo a cumprir com as demandas do CSNU.

Em substituição à UNSCOM, a resolução 1284 de dezembro de 1999 instaura a *United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission* (UNMOVIC). Devido às acusações de que as informações recolhidas pela UNSCOM no Iraque foram enviadas e utilizadas por centros de inteligências de certos países, como os Estados Unidos, o *staff* da nova missão da ONU, ao contrário da anterior, era formado apenas por funcionários da ONU (UNMOVIC). Ainda assim, o receio de Bagdá em relação a um novo regime de inspeções em solo iraquiano, fez com que desde 1998 o Iraque não recebesse nenhuma missão da ONU para inspeção e verificação.

4.3.2 Contexto internacional pré-securitização

Antes de entrarmos de fato na construção retórica do movimento de securitização norte-americano e seus desdobramentos, faz-se necessária uma breve apresentação da conjuntura em que os atores estavam envolvidos na época, de forma a situarmos os discursos em seu contexto histórico. Para fins de análise, nos

¹⁰² No original: “*confirmation of its long-held—and plausible—belief that, even if it did come clean on all its weapons, no American administration would lift the oil embargo so long as Mr Hussein remained in power*”. (THE ECONOMIST, 1998, tradução nossa).

concentraremos na contextualização referente aos membros permanentes do Conselho de Segurança, exceto os Estados Unidos¹⁰³.

No final do século XX havia uma apreensão dos Estados sobre como se desenvolveria a nova ordem internacional e, principalmente, qual seria o posicionamento dos Estados Unidos frente a uma nova conjuntura que não apresentava nenhuma grande potência que pudesse contrabalançar seu poder. Se em fins daquele século já havia esta percepção, com o início do século XXI e os ataques terroristas do 11 de setembro, a sensação de insegurança e da necessidade de alerta aumentou. Apesar de esta tensão inicial ter sido favorável para proporcionar aos Estados Unidos a condenação mundial dos atentados e o apoio à intervenção militar no Afeganistão, quando o foco norte-americano se deslocou para o Iraque tal contexto de pânico não se traduziu em anuência pela comunidade internacional, como um todo, e pela maioria dos países permanentes no CSNU da intervenção militar.

A França já havia perdido seu *status* de “império do universal” (BOURDIEU, 2003) para os Estados Unidos, principalmente no que tange a difusão e universalização de questões culturais. Entretanto, mesmo já tendo se posicionado anteriormente de maneira imperialista, a posição da França pode ser justificada por uma tentativa de impedir que os Estados Unidos também adotassem uma postura imperial neste contexto. Dessa forma, visavam evitar que a política externa norte-americana conseguisse se valer do discurso do combate ao terrorismo para realizar uma intervenção de mudança de regime no Iraque.

Em relação à Rússia, o contexto de século XXI nos apresenta alguns indícios do porquê do veto russo para a ação no Iraque. Ainda que a princípio a Rússia tenha utilizado o discurso de combate ao terrorismo para enquadrar como terroristas alguns grupos de minorias étnicas em seu território, o seu posicionamento perante o pedido norte-americano se deve não apenas a uma questão geopolítica, mas também a uma percepção de receio sobre a política unilateral adotada pelo governo Bush. Um exemplo de atitude que possa ter contribuído para desgastar a relação entre esses países foi, em dezembro de 2001, a retirada unilateral dos Estados Unidos do Tratado Antímísseis¹⁰⁴ assinado por eles e pela União Soviética em 1972.

¹⁰³ Para uma abordagem sobre o contexto interno norte-americano na época e o movimento intelectual que defendeu a necessidade de uma intervenção militar no Iraque, ver capítulo dois desta dissertação.

¹⁰⁴ O tratado basicamente limitava a construção de sistemas nacionais antimísseis para a defesa contra mísseis nucleares. A menção a ele é importante pois além de nos sinalizar para o início da construção

O entendimento das relações entre China e Estados Unidos na virada do século XX para o XXI também revela um contexto interessante. Neste período, a China inicia um processo de transição em que almeja surgir no cenário internacional como uma nova potência com interesses e capaz de influenciar todos os pontos do globo. Dessa forma, a o presidente Hu Jintao e seu primeiro-ministro Wen Jiabao empregaram uma estratégia de política externa que visava alçar a China para o desenvolvimento de um papel de liderança internacional. Mesmo com a aproximação entre os Estados Unidos e a China, suas divergências sobre como lidar com o terrorismo e, principalmente, a necessidade da China de abandonar a imagem de país vulnerável e de se afirmar no cenário internacional (KISSINGER, 2012) são fatores consideráveis para entender sua negativa aos Estados Unidos no caso iraquiano.

Sobre a relação entre o Reino Unido e os Estados Unidos o contexto da época mantém o padrão das relações especiais que os países construíram ao longo do declínio do Reino Unido enquanto potência e a sua consequente substituição pela potência norte-americana (HARDT; NEGRI, 2006). Sendo assim, apesar de enfrentar um considerável questionamento interno sobre a intervenção no Iraque, a política externa inglesa adotou o alinhamento automático com os Estados Unidos.

Com exceção ao Reino Unido que apoiou a intervenção, a negativa dos demais países, independente dos seus motivos específicos, pode ser no geral justificada pela percepção de que era necessária uma postura mais reticente perante o *hegemon*. Isto ocorreu não apenas para impedir a concretização de uma postura percebida por estes países e pela maioria da comunidade internacional como imperial, quanto para frear seu impulso de passar por cima dos mecanismos normativos internacionais de contenção da ação dos Estados, evitando a deterioração e perda de credibilidade da ONU e do CSNU.

*the large European states have every reason to be concerned about American hegemony and sufficient resources to seek to constrain it. This is not traditional power balancing, which is driven by security fears; (...) But they do fear that a world dominated by the United States would be one in which their values and interests would be served only at American sufferance. It is hardly surprising that an April 2002 poll showed that overwhelming majorities within many European countries felt that American policy toward Iraq and the Middle East in general was based “mainly on its own interests.”*¹⁰⁵ (JERVIS, 2003, p. 21).

de uma política externa militarista unilateral, neste momento é a primeira vez no pós-Guerra Fria que os Estados Unidos irão abandonar um tratado de controle de armas.

¹⁰⁵ “A maioria dos Estados europeus tem toda razão para se preocupar com a hegemonia norte-americana e possuem capacidades suficientes para buscar constrangê-lo. Esse não é um contrabalanço tradicional de poder, o qual é orientado por medos sobre questões de segurança. (...) Mas eles [maioria dos

4.4 Movimento de securitização da segunda guerra do Iraque

4.4.1 Escenificação do inimigo

A construção do Iraque enquanto inimigo dos Estados Unidos não se iniciou com os ataques terroristas do 11/9, podendo ser identificado como um processo que data desde a ocorrência da guerra do Golfo e perpassa por três administrações norte-americanas. Com os atentados e o sucesso¹⁰⁶ do processo de securitização do caso afegão, entretanto, o *establishment* norte-americano conseguiu estabelecer uma lógica de raciocínio mais palatável e aceitável para o grande público nacional, como apresentado no capítulo anterior, e internacional que justificasse uma mudança na política para o Iraque.

A ideia de que era necessária uma mudança de atitude em relação a Bagdá também é anterior ao 11/09, na medida em que antes mesmo de 2001 já era possível verificar o surgimento deste discurso no setor neoconservador dos Estados Unidos. Este setor, que ganhou grande espaço na administração Bush (2001-2009), propunha uma política externa que abandonasse a contenção do regime iraquiano e que partisse para a ação preventiva. Justificava-se que, com a permanência de Saddam Hussein no poder, o Iraque nunca iria cumprir com as exigências do CSNU e, portanto, era vital, tanto para a segurança dos EUA quanto para a segurança internacional, que se estabelecesse uma mudança de regime.

Por entendermos que a construção do inimigo iraquiano é originária de um período anterior ao 11 de setembro, consideramos que após os ataques terroristas a administração Bush e seu entorno intelectual neoconservador arquitetam a construção de um novo patamar para esta ameaça baseada na sua “escenificação” (BECK, 2007);

européus] de fato temem que um mundo dominado pelos Estados Unidos seja um mundo em que seus valores e interesses fiquem a serviço da tolerância norte-americana. Não é surpreendente que em abril de 2002 uma pesquisa mostrasse que a impressionante maioria dos países europeus percebiam a política dos Estados Unidos perante o Iraque e o Oriente Médio como baseada “principalmente nos seus [dos Estados Unidos] próprios interesses.” (JERVIS, 2003, p.21, tradução nossa).

¹⁰⁶ Empregamos a palavra *sucesso* aqui nos referindo à perspectiva norte-americana. Até o momento inicial da construção da securitização do caso iraquiano, os Estados Unidos estavam ainda no primeiro ano de intervenção no Afeganistão, caminhando para o segundo, de forma que à época não havia a percepção desta intervenção enquanto fracasso. A aceitação dessas ações militares e, conseqüentemente, a popularidade do governo Bush irão entrar em processo de desgaste por volta dos anos 2004 e 2005.

ou seja, na sua apresentação antecipada enquanto catástrofe para que, em razão do seu caráter de excepcionalidade, os atores sejam direcionados, se não impelidos, à ação. Tal escenificação inicia-se a partir do segundo semestre de 2002, quando é possível verificar nos discursos diplomáticos no CSNU e presidenciais norte-americanos uma recorrente menção ao caso iraquiano. A urgência desta questão é justificada pelos Estados Unidos em três principais eixos.

O primeiro está relacionado à *psique* de Saddam Hussein apresentado não só como um líder tirânico e constante violador dos direitos humanos de seus nacionais, mas também como alguém cujo ódio pela civilização ocidental seria capaz de orientá-lo a organizar, ou auxiliar terroristas, em um ataque contra os Estados Unidos e seus aliados.

Many Americans have raised legitimate questions about the nature of the threat, about the urgency of action—why be concerned now—about the link between Iraq developing weapons of terror and the wider war on terror. These are all issues we've discussed broadly and fully within my administration. And tonight I want to share those discussions with you¹⁰⁷. First, some ask why Iraq is different from other countries or regimes that also have terrible weapons. While there are many dangers in the world, the threat from Iraq stands alone because it gathers the most serious dangers of our age in one place. Iraq's weapons of mass destruction are controlled by a murderous tyrant who has already used chemical weapons to kill thousands of people. This same tyrant has tried to dominate the Middle East, has invaded and brutally occupied a small neighbor, has struck other nations without warning, and holds an unrelenting hostility toward the United States.¹⁰⁸ (BUSH, 2002d).

O segundo eixo se refere à acusação de que o Iraque mantinha relações com redes terroristas, principalmente a Al Qaeda. De acordo com a administração Bush, tal

¹⁰⁷ Apesar de normalmente optarmos pela tradução das citações, pois acreditamos que esta iniciativa torna a leitura do texto mais fluida e sua compreensão mais clara, quando utilizarmos citações diretas de discursos a tradução realizada em nota de rodapé deve ser avaliada apenas como um apoio ao leitor, sendo preferível que ele considere o discurso em sua língua original para que não haja, neste caso, a perda de significado e a desconsideração de sutilezas importantes na interpretação da estratégia discursiva dos atores.

¹⁰⁸ “Muitos [norte]-americanos levantaram questões legítimas sobre a natureza da ameaça, sobre a urgência da ação – por que se preocupar agora – sobre a ligação entre o desenvolvimento de armas de terror pelo Iraque e a abrangente guerra ao terror. Essas são questões que nós discutimos largamente e inteiramente na minha administração. E hoje a noite eu quero dividir essas discussões com vocês. Primeiramente, me questionaram por que o Iraque é diferente dos outros países ou regimes que também possuem armas terríveis. Embora existam vários perigos no mundo, a ameaça vinda do Iraque se destaca porque ela agrega as ameaças mais perigosas de nossa era em um só lugar. As armas de destruição em massa do Iraque são controladas por um tirano homicida que já utilizou armas químicas para matar milhares de pessoas. Esse mesmo tirano tentou dominar o Oriente Médio, invadiu e ocupou brutalmente seu pequeno vizinho, atacou outras nações sem aviso prévio, e mantém uma implacável hostilidade em relação aos Estados Unidos” (BUSH, 2002d, tradução nossa).

relação poderia ser identificada na concessão por Bagdá de abrigo e suporte a terroristas, principalmente após a invasão do Afeganistão quando, supostamente, alguns deles teriam conseguido escapar e se esconder em solo iraquiano (BUSH, 2002b). Os Estados Unidos afirmou ainda que o próprio Hussein teria auxiliado a Al Qaeda na consecução dos ataques do 11/9. Como justificativa, foram apresentados indícios de que um oficial da inteligência iraquiana teria se encontrado com Mohammed Atta, o piloto do primeiro avião a colidir com as Torres Gêmeas, na República Tcheca em abril de 2001¹⁰⁹ (RAI, 2002; KAUFMANN, 2004). Sobre esta relação, o presidente Bush afirma que

*We know that Iraq and the Al Qaida terrorist network share a common enemy—the United States of America. We know that Iraq and Al Qaida have had high-level contacts that go back a decade. Some Al Qaida leaders who fled Afghanistan went to Iraq. (...) We've learned that Iraq has trained Al Qaida members in bombmaking and poisons and deadly gases. And we know that after September the 11th, Saddam Hussein's regime gleefully celebrated the terrorist attacks on America.*¹¹⁰ (BUSH, 2002d).

Ademais, a iniciativa de relacionar o terrorismo com o Iraque não passa somente pela intencionalidade de qualificar a questão enquanto ameaça urgente. Há também o objetivo de associar o terrorismo – ameaça volátil e difusa – a Estados específicos como forma de facilitar não só a construção de uma imagem de inimigo que seja acessível ao grande público, quanto a identificação de culpados e sua consequente criminalização. Esta associação é perfeitamente visível quando Bush declara que “[...] Estados como estes [Iraque, Irã e Coreia do Norte] e seus aliados terroristas constituem um **eixo do mal** que se armam para ameaçar a paz mundial”¹¹¹ (BUSH, 2002a).

O terceiro eixo é baseado na afirmação de que o Iraque continuava em posse de armas de destruição em massa biológicas e químicas e, ainda, estaria reativando seu programa para a fabricação de uma bomba atômica. Esse argumento se tornará, como veremos ao longo deste capítulo, a justificativa mais forte e importante para a

¹⁰⁹ Posteriormente, investigações indicaram que Mohammed Atta, no período de abril de 2001, provavelmente encontrava-se na Virgínia e não em Praga, como afirmado na acusação, colocando por terra este indício de *link* entre Hussein e a Al Qaeda.

¹¹⁰ “Nós sabemos que o Iraque e a rede terrorista da Al Qaeda partilham um inimigo em comum – os Estados Unidos da América. Nós sabemos que o Iraque e a Al Qaeda tem mantido há décadas contato entre seus membros do alto escalão. Alguns líderes da Al Qaeda que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque. (...) Nós aprendemos que o Iraque treinou membros da Al Qaeda para a confecção e o uso de bombas e gases tóxicos. E nós sabemos que depois do 11 de setembro o regime de Saddam Hussein celebrou os ataques terroristas aos Estados Unidos.” (BUSH, 2002d, tradução nossa).

¹¹¹ No original: “*States like these and their terrorist allies constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world.*” (BUSH, 2002a, tradução e grifo nosso).

intervenção. Isto se dá por dois fatores principais: (i) a ação militar norte-americana foi fundamentada na interpretação de que Saddam havia esgotado sua última chance de cooperar espontaneamente com a ONU para o desmantelamento do seu programa de ADMs; (ii) esta acusação consegue agregar, ainda que como fatores secundários, os dois outros argumentos apresentados acima – a posse de ADMs por um regime autoritário e instável cujo ódio pela civilização ocidental é apresentado como evidente e que possui, ainda, supostas ligações com grupos terroristas torna tal cenário ainda mais grave, preocupante e urgente.

*Iraq continues to flaunt its **hostility toward America** and to **support terror**. The Iraqi regime has plotted to develop **anthrax and nerve gas** and **nuclear weapons** for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens, leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections, then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.¹¹² (BUSH, 2002a).*

A partir destes três pilares, os Estados Unidos começam a se movimentar no CSNU e a mobilizar os demais países do Conselho em torno do convencimento sobre a necessidade de novas medidas para o Iraque. Os discursos do embaixador Negroponte, como previsto, se alinham aos discursos presidenciais acerca do caráter desafiador demonstrado nas atitudes de Saddam perante a ONU e, portanto, da emergência desta questão para a segurança internacional. Em suas palavras para o Conselho, Negroponte afirma que

The threat today is serious and unique, and it arises directly from the Iraqi regime's own actions: its history of aggression and brutality, its defiance of the international community and its drive towards an arsenal of terror and destruction. (...) a regime that has lied about its development of weapons of mass destruction; a regime that signed the Nuclear Non-Proliferation Treaty and then proceeded to develop a major nuclear weapons programme.¹¹³ (NEGROPONTE, 2002a).

¹¹² “O Iraque continua ostentando sua hostilidade em relação aos Estados Unidos e apoia o terrorismo. O regime iraquiano desenvolveu antraz, gás neurotóxico e armas nucleares por uma década. Esse é um regime que já usou gás venenoso para matar milhares de seus próprios cidadãos, deixando os corpos de mães debruçados sobre seus filhos mortos. Esse é um regime que aceitou inspeções internacionais e depois expulsou os inspetores. Esse é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado.” (BUSH, 2002^a, tradução e grifo nosso).

¹¹³ “A ameaça hoje é séria e única, e emerge diretamente das ações do próprio regime iraquiano: sua história de agressão e brutalidade, seu desafio à comunidade internacional e seu direcionamento para um arsenal de terror e destruição. (...) um regime que mentiu sobre seu desenvolvimento de armas de destruição em massa, um regime que assinou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e depois começou a desenvolver um grande programa de armas nucleares.” (NEGROPONTE, 2002^a, tradução nosso).

Para pressionar os Estados-membros a adotarem uma postura mais rígida perante Bagdá, os discursos norte-americanos neste órgão trabalham com uma tática de constrangimento, ainda que neste momento ela seja utilizada de maneira sutil. Através de declarações tais como “[...] o desafio agora é se as Nações Unidas conseguem cumprir com as funções que seus fundadores idealizavam; nós esperamos que a resposta seja ‘sim’” e “agora o foco está de volta no Conselho de Segurança; nós esperamos e desejamos que o Conselho aja e desempenhe seu papel enquanto salvaguarda de nossa segurança”¹¹⁴ (NEGROPONTE, 2002a), os Estados Unidos põem em xeque a funcionalidade e a credibilidade não só do Conselho de Segurança, como de toda a ONU. É possível perceber, neste momento, que o objetivo dos Estados Unidos perante a sua audiência é a confecção de uma resolução que retome especificamente as resoluções 661 (1991), 678 (1991) 687 (1991), que permita o retorno da UNMOVIC e da AIEA para o Iraque e que estabeleça, claramente, que esta será a última chance de Bagdá de cumprir “[...] com suas obrigações e [permitir] que uma ação militar seja prevenida”¹¹⁵ (NEGROPONTE, 2002b).

Importante ressaltarmos também que, apesar de não identificarmos pelos discursos presidenciais e diplomáticos no CSNU que o objetivo inicial dos Estados Unidos seja a autorização de uma intervenção militar, na reunião 4625 do Conselho o embaixador norte-americano Negroponte afirma não descartar essa possibilidade e, mais ainda, declara possuir uma autorização do senado e do *House of Representatives* para o uso da força, caso necessário. Para desfazer o receio dos demais países sobre esta questão, o embaixador afirma que o “discurso do presidente Bush [é] uma declaração de objetivos, e não uma declaração de guerra”¹¹⁶ (NEGROPONTE, 2002a).

Para fins de compreensão sobre o movimento de securitização, podemos entender esse período como conformador de um primeiro estágio¹¹⁷. Nele, os Estados

¹¹⁴No original: “The challenge now is whether the United Nations can perform the function its founders envisaged. We very much hope the answer will be, “Yes”.” e “Now, the spotlight is back on the Security Council. We hope and expect that the Council will act and play its proper role as a safeguard of our common security”. (NEGROPONTE, 2002a, tradução nossa).

¹¹⁵No original: “comply with its obligations and that military action can be averted” (NEGROPONTE, 2002b, tradução nossa).

¹¹⁶No original: “President Bush’s speech was a declaration of purpose, not a declaration of war.” (NEGROPONTE, 2002a, tradução nossa).

¹¹⁷Apesar de entendermos que a atuação de um agente dentro de um movimento de securitização e a reação da audiência a quem ele se refere fazem parte de um mesmo processo de interlocução contínua e, portanto, que não deveriam ser percebidos como dois momentos estanques, optamos por apresentá-los desta forma com o objetivo de tornar mais didática a nossa explicação. Ainda sob esta mesma justificativa, escolhemos dividir o movimento de securitização em dois estágios. O primeiro até a criação da resolução 1441 do CSNU, em 8 de novembro de 2002 e, não à toa, neste primeiro momento

Unidos exacerbam a imagem de um inimigo, no caso o Iraque, cuja ameaça é de proporções incalculáveis, apresentam-na para o Conselho e incitam seus Estados-membros à ação¹¹⁸. Sua audiência, no caso os demais membros do Conselho, após avaliar essa demanda irá apresentar uma reação. Na próxima seção veremos como se deu esta reação e em que medida este primeiro estágio foi concluído de maneira satisfatória aos objetivos norte-americanos, ou não.

4.4.2 Comportamento da Audiência – Estágio I

O CSNU é formado por 15 membros, 9 rotativos com direito a voto e 5 permanentes com direito a voto e veto. Entretanto, dependendo do assunto que venha a ser discutido neste órgão, outros países podem solicitar presença nas reuniões, possuindo apenas direito a voz, ou seja, sem direito a voto. Dessa forma, considerando que diversas das reuniões sobre a questão “Kuwait-Iraque”, como denominado no CSNU, ocorreram com quórum muito superior aos 15 membros originais decidimos, para fins de análise do comportamento da audiência, considerar basicamente os discursos dos membros permanentes e, por vezes, os discursos dos representantes da UNMOVIC e da AIEA.

Neste primeiro estágio, a França já se mostrava um dos países mais ativos e questionadores acerca dos verdadeiros interesses norte-americanos no caso iraquiano. Apesar disso, seu posicionamento foi de concordância com a volta das inspeções e consequente aumento da sua rigidez, bem como de reforço no seu caráter independente e multinacional¹¹⁹. A França então se colocou favorável à resolução 1441, afirmando que sua aprovação seria um grande avanço nos esforços rumo ao desarmamento pacífico do Iraque e na garantia de estabilidade a região (LEVITTE, 2002b).

Mesmo votando em favor da resolução e indo ao encontro dos objetivos norte-americanos, a França propõe que a abordagem desta questão seja feita em dois

todos os discursos apresentados foram proferidos até ou nesta data. O segundo momento, como veremos adiante, seguirá até a intervenção.

¹¹⁸ A título de exemplo, de acordo com o embaixador Negroponte (2002a), “*Our intent is that the Council should meet the challenge and stand firm, resolute and united in adopting a draft resolution that holds Iraq to its commitments, lays out clearly what Iraq must do to comply and states that there will be consequences if Iraq refuses to do so*”.

¹¹⁹ Sobre a declaração da necessidade de um regime de inspeções independente e multinacional, acreditamos ser uma alusão às acusações feitas por Bagdá à UNSCOM de que alguns de seus membros estariam cooperando com a CIA e repassando a ela informações sobre os equipamentos militares do Iraque que iam além das questões sobre ADMs.

momentos: durante a primeira fase o CSNU adotaria a resolução de forma apresentar a Bagdá as “regras do jogo” e, na segunda, caso a UNMOVIC e a AIEA percebam que o país está se recusando a cooperar, o Conselho deveria então se reunir imediatamente para definir novas medidas apropriadas. Com esta proposta, acreditamos que a representação francesa esteja tentando criar mecanismos para evitar uma intervenção automática em caso de não-cooperação. Ainda alinhado com esta proposta, a França, em seu discurso, aborda que o CSNU deve levar em consideração apenas as opiniões dos órgãos responsáveis pelas inspeções e que, na década de 90, as inspeções foram muito mais eficazes no desarmamento iraquiano do que a guerra do Golfo. Ao nosso ver, a exposição desses dois pontos não é desinteressada. Podemos interpretá-los como: (i) uma resposta direta aos Estados Unidos acerca da autorização nacional para o uso da força; (ii) uma tentativa de desmotivar interferências intencionais, presentes e futuras, sobre a verificabilidade da cooperação pelo Iraque; (iii) e, ainda, uma tentativa de cooptar a audiência a posicionar-se em favor, preferencialmente, da resolução deste caso pela via dos meios diplomáticos e políticos. Sobre esses pontos, seguem seus posicionamentos:

Furthermore, the outcome of United Nations inspections has been very positive. It is a fact that United Nations Special Commission (UNSCOM) inspectors destroyed more weapons of mass destruction between 1991 and 1998 than did the military operations during the Gulf War. In 1998, the IAEA believed it had succeeded in dismantling the Iraqi nuclear programme.¹²⁰ (LEVITTE, 2002a).

Finally, it is the opinion of Mr. Blix and Mr ElBaradei — that is, those who will have to lead the inspections on the ground — that should guide the Security Council in its choices. It is up to them to determine what would help them achieve their mission. Our duty is to assist them, not to complicate their task.¹²¹ (LEVITTE, 2002a).

A posição da Rússia também se coaduna com a da França tanto na votação favorável a resolução quanto nas críticas a ela. Na visão russa não há nenhuma evidência de que o Iraque possa ser relacionado ao contexto de combate ao terrorismo e que ainda possua ADMs ou que esteja reestruturando o seu programa de ADMs.

¹²⁰ “Ademais, o resultado das inspeções das Nações Unidas tem sido muito positivo. É fato que os inspetores da *United Nations Special Commission* (UNSCOM) destruíram mais armas de destruição em massa entre 1991 e 1998 do que as operações militares durante a Guerra do Golfo. Em 1998, a AIEA acreditou ter tido sucesso no desmantelamento do programa nuclear iraquiano.” (LEVITTE, 2002a, tradução nossa).

¹²¹ “Finalmente, é a opinião de Blix e ElBaradei – ou seja, daqueles que realmente terão que liderar as inspeções em solo – que deverá guiar o Conselho de Segurança em suas escolhas. Eles que devem determinar o que lhes ajudará a atingir os objetivos da missão. Nosso dever é assisti-los, e não atrapalhá-los em sua missão.” (LEVITTE, 2002a, tradução nossa).

Entretanto, acredita que se existem dúvidas acerca desta questão, a melhor maneira de saná-las é através do programa de inspeções.

*If we are all sincerely interested in the nonrenewal of weapons of mass destruction programmes in Iraq, then what is the remaining issue? What are we waiting for? The inspectors can travel as early as tomorrow and Iraq knows that it must fully and scrupulously cooperate with the inspectors. If we are talking not about the deployment of the inspections but about an attempt to use the Security Council to create a legal basis for the use of force, or even for a regime change of a United Nations Member State — and this goal has been constantly and publicly alluded to by several officials — then we see no way how the Security Council could give its consent to that.*¹²² (LAVROV, 2002a).

Afirmam, criticamente, que a escrita da resolução 1441 não é ideal mas que, apesar disso, votaram a favor pela sua importância enquanto mecanismo para evitar a ameaça da guerra e para abrir espaço ao arranjo diplomático. Assim como a França, é visível nos discursos russos a preocupação com a possibilidade de esta resolução ser utilizada enquanto instrumento que autorize automaticamente uma intervenção, de tal maneira que declaram, literalmente, a necessidade de “não ceder à tentação da interpretação **unilateral** da resolução e de preservar o consenso e a unidade de todos os membros do CSNU”¹²³ (LAVROV, 2002b).

A postura da China, ainda que alinhada com a França e com a Rússia, tem um tom mais moderado em relação a eles. Ela se posiciona favorável à resolução 1441 e à preferência pela via diplomática mas, diferentemente destes Estados, não adota um perfil tão crítico e questionativos sobre as possíveis intencionalidades veladas dos Estados Unidos.

They have pointed out that war can only further exacerbate the already tense situation in the Middle East. The independence, sovereignty and territorial integrity of Iraq, Kuwait and other countries of the region should be respected. These views and positions are very important, and we agree with them. We hope that the Security Council will give them serious consideration. (YISHAN, 2002a).

¹²² “Se nós todos estivermos sinceramente interessados na não renovação de programas de armas de destruição em massa no Iraque, então qual é a questão pendente? O que nós estamos esperando? Os inspetores podem viajar o mais cedo possível e o Iraque sabe que ele deve cooperar inteiramente com os inspetores. Se nós não estamos falando sobre o emprego de inspeções mas sobre uma tentativa de usar o Conselho de Segurança para criar uma base legal para o uso da força, ou mesmo para uma mudança de regime de um Estado-membro das Nações Unidas – e esse objetivo tem sido constante e publicamente aludido por inúmeros oficiais – então nós não vemos como o Conselho de Segurança pode dar o seu consentimento para esse tipo de atitude.” (LAVROV, 2002a, tradução nossa).

¹²³ No original: “not yielding to the temptation of unilateral interpretation of the resolution’s provisions and preserving the consensus and unity of all members of the Security Council.” (LAVROV, 2002b, tradução e grifo nosso).

We believe that the United Nations weapons inspectors should return to Iraq as soon as possible to conduct independent, fair and professional inspections and report truthfully and in a timely manner to the Council the results of such inspections, so that the Council can draw objective, fair and realistic conclusions on that basis. (YISHAN, 2002a).

O Reino Unido opta por uma postura de alinhamento com os Estados Unidos. Sendo assim, apesar de declarar que a via preferencial de seu país é a diplomática, adota um tom mais severo em relação ao Iraque, se comparado com os demais países acima, pois afirma que a garantia da exequibilidade desta via é responsabilidade exclusiva do governo iraquiano. Afirma, portanto, que o CSNU deve adotar uma conduta firme em relação à Bagdá, pois “[...] quanto mais fraco nós aparentarmos, mais provável será termos a ação militar como resultado”¹²⁴ (GREENSTOCK, 2002a). Ademais, sobre o regime de Saddam Hussein,

*it is not that for 10 years Saddam Hussein has not been a problem, he has been a problem throughout the last 10 years. What has changed is first, that the policy of containment isn't any longer working, certainly without a massive change in the way that the regime is monitored and inspected; and secondly, we know from 11 September that it is sensible to deal with these problems before, not after.*¹²⁵ (BLAIR apud GREENSTOCK, 2002a).

Em relação às críticas feitas a possíveis “*hidden triggers*” e a um automatismo intervencionista na resolução 1441, o embaixador britânico declara que caso os relatórios da UNMOVIC e da AIEA afirmem que o Iraque não está cooperando totalmente com as inspeções, o Reino Unido espera e deseja que haja uma discussão no CSNU sobre como proceder nesta situação. Aponta, ainda, que o parágrafo 12 desta mesma resolução visa solucionar esta desconfiança na medida em que nele define-se a convocação de uma reunião do Conselho caso algum relatório indique o não-cumprimento desta resolução e de resoluções anteriores pelo Iraque.

O comportamento da audiência quanto ao agente securitizador neste primeiro estágio é favorável. Mesmo com as críticas e com os receios sobre a deturpação unilateral da resolução 1441 para fins de justificar uma intervenção militar, a sua

¹²⁴ No original: “*The weaker we collectively appear, the more probable it is that military action will be the outcome.*” (GREENSTOCK, 2002a, tradução nossa).

¹²⁵ “Não é como se Saddam Hussein não tivesse sido um problema por dez anos, mas, ao contrário, ele foi um problema ao longo dos últimos dez anos. O que mudou foi que, primeiramente, a política de contenção não está mais funcionando, principalmente sem uma considerável mudança na forma em que o regime é monitorado e inspecionado; e, em segundo lugar, nós sabemos pelo 11 de setembro que é prudente lidar com essas questões antes, e não depois.” (BLAIR apud GREENSTOCK, 2002a, tradução nossa).

aprovação pelo CSNU nos indica uma conclusão satisfatória deste primeiro momento securitizante, que é parte de um processo mais amplo da securitização. Como veremos mais à frente, a menção às resoluções 661 (1991), 678 (1991) e 687 (1991) e a adoção de um discurso que aponta esta como a última chance para o governo iraquiano de cooperar pacífica e espontaneamente com o CSNU será de extrema importância para a conformação do próximo estágio da securitização. Entendemos que, apesar de os Estados Unidos já sinalizarem de forma discreta o seu apoio à ação militar, o momento intermediário de construção da resolução 1441 é importante por dois motivos: (i) a partir do processo de barganha para a sua aprovação, os Estados Unidos e seus aliados conseguem sentir quais as preferências e objetivos de sua audiência, de maneira a facilitar-lhes a elaboração de uma estratégia para conseguir, futuramente, o seu convencimento no próximo estágio desta securitização; (ii) e a resolução 1441, por seu caráter vago e com abertura para margem de dúvidas, acaba servindo exatamente aos propósitos do agente securitizador em seus próximos passos.

4.4.3 Aprofundamento da escenificação

Passados sessenta dias do restabelecimento das missões da UNMOVIC e da AIEA, ambos os órgãos, de acordo com o parágrafo quinto da resolução 1441, deveriam repassar para o CSNU informações parciais sobre os avanços e problemas das inspeções¹²⁶.

De acordo com o chefe da UNMOVIC, o sueco Hans Blix, a cooperação do Iraque com a missão deveria ser analisada em relação a dois aspectos: ao processo e a questões mais substantivas sobre a busca por evidências. Quanto ao primeiro ponto, o relatório apontou que a cooperação iraquiana tinha sido satisfatória, uma vez que a missão conseguiu acesso a todos os locais que desejou inspecionar. A avaliação do segundo ponto não foi tão positiva quanto à do anterior, pois além da falta de

¹²⁶ Apesar dos relatórios não serem fruto da atuação direta do agente securitizador, acreditamos que uma noção geral sobre as informações neles veiculadas é de grande importância para o entendimento do processo de securitização. A partir dessas informações será possível entender o comportamento do agente securitizador, avaliando suas possíveis intencionalidades, e da audiência neste segundo estágio. Resgatando a discussão realizada no capítulo 1 sobre expansão das fronteiras originais da teoria de securitização, acreditamos que aqui os representantes das missões da UNMOVIC e da AIEA podem ser considerados como *semiagentes* (de)securitizadores - se como securitizadores ou desecuritizadores, fica a critério do analista, ainda que em nossa visão, apesar da pretensão de um discurso neutro, ambos Blix e ElBaradei, mas mais perceptível em relação ao segundo, adotam uma postura não-favorável à intervenção militar.

esclarecimentos sobre algumas questões, havia também inconsistências nas informações dadas por Bagdá (CSNU, 2003a).

A resolução 1441, em seu parágrafo terceiro, exigia ainda que o governo iraquiano fornecesse uma nova declaração sobre seus programas de ADMs e o documento foi entregue à missão da ONU dentro do prazo estipulado. Segundo afirmado por Blix na reunião 4692 do CSNU (2003a), apesar desta declaração ser na verdade uma reimpressão de documentos anteriores, ainda assim continha novo material sobre o período de 1998 em diante, momento este mais significativo para a UNMOVIC e para a AIEA, vez que corresponde ao hiato do regime de inspeções no Iraque.

No geral, algumas inconsistências e violações foram detectadas. No que tange às armas químicas e biológicas, o governo iraquiano afirmou ter destruído seus estoques de gás VX e de *antrax* espontaneamente após 1991; entretanto, até o momento do relatório parcial da UNMOVIC, a veracidade destas afirmações não pôde ser confirmada, principalmente pela falta de documentos oficiais mais esclarecedores. Outra preocupação identificada foi em relação à posse de mísseis com capacidade superior a 150 km por Bagdá, em que dois projetos foram inspecionados: os mísseis Al Samoud 2 e Al Fatah. Após testes, verificou-se que o primeiro alcançava 183 km de distância, enquanto o segundo 161 km, de forma que ambos, a princípio, violariam a resolução 687 do CSNU. Ainda, foi reportado ao Conselho um pequeno entrave na realização de entrevistas, pois os indivíduos que haviam sido convocados pela UNMOVIC exigiram a presença de um oficial iraquiano durante as mesmas¹²⁷. Depois de conversas com Bagdá, o lado iraquiano se comprometeu a encorajar todos os entrevistados a aceitarem entrevistas privadas (CSNU, 2003a).

O relatório parcial de ElBaradei, chefe da missão da AIEA no Iraque, foi mais favorável a posição iraquiana se comparado ao de Blix. Segundo ele, no final de 1992 a AIEA já havia destruído ou desarmado uma larga quantidade de armamentos e instalações nucleares no Iraque, ao ponto de, em dezembro de 1998, acreditar não ter negligenciado nenhum componente significativo que pudesse ser utilizado em uma possível reconstrução do programa nuclear iraquiano. Ainda assim, nesta nova inspeção, a AIEA recolheu amostras de solo, rios, canais e lagos para verificar a existência de

¹²⁷ O receio da presença de oficiais iraquianos nas entrevistas ocorria pois, devido à experiências passadas, notadamente no pós-Guerra do Golfo, acreditava-se que eles poderiam coagir ou, ao menos, influenciar negativamente os entrevistados em suas respostas, fato que prejudicaria o andamento das inspeções.

algum traço de material radioativo. No entanto, até o momento do relatório, nenhuma atividade nuclear proibida havia sido detectada.

A parte ao relatório, ElBaradei afirmou em sua declaração ao CSNU que as inspeções também tinham um caráter dissuasivo. Desta forma, expos que ao longo do processo de inspeções, a presença de agentes internacionais no Iraque investigando possíveis violações poderia ser encarado pela comunidade internacional como uma garantia de que Bagdá não iria, pelo menos naquele momento, retomar seu programa de ADMs. Como veremos mais a frente, esse argumento será incorporado pela audiência em sua reação ao segundo estágio da securitização.

Esta breve explanação sobre o conteúdo dos relatórios parciais da UNMOVIC e da AIEA serão importantes para a compreensão tanto do encaminhamento da securitização pelo agente securitizador, neste segundo estágio, quanto da reação da audiência a essa tentativa de convencimento.

Ao longo das reuniões 4701 (2003b), 4707 (2003c) e 4714 (2003d) do Conselho, podemos verificar que os Estados Unidos orientam seu discurso em dois eixos principais: o primeiro, direcionado a desacreditar qualquer iniciativa de cooperação do Iraque e a minar a construção, ainda que incipiente, de uma pequena confiança pela comunidade internacional na vontade do Iraque em se desarmar; e o segundo, intimamente ligado com o anterior, é pautado no convencimento da audiência de que a resolução 1441 não versaria sobre a elaboração de um regime de inspeções *per se*, mas sim que seu foco principal seria o desarmamento do Iraque e que, então, uma medida inicial para alcançar tal objetivo teria sido o uso das inspeções – a partir do momento em que o Conselho constataste a falha deste método, outro deveria ser implantado em seu lugar.

Sendo assim, Colin Powell apresenta ao CSNU uma série de novas informações cujas fontes ele afirma não poder especificar, mas que afirma serem fundamentadas em bases sólidas. Nas palavras de Powell:

*The material I will present to you comes from a variety of sources. Some are United States sources and some are those of other countries. Some of the sources are technical, such as intercepted telephone conversations and photos taken by satellites. Other sources are people who have risked their lives to let the world know what Saddam Hussain is really up to.*¹²⁸ (CSNU, 2003b).

¹²⁸ “O material que eu irei apresentar para vocês advém de uma variedade de fontes. Algumas são fontes norte-americanas e algumas são oriundas de outros países. Algumas fontes são técnicas, como a interceptação de conversas telefônicas e fotos tiradas por satélites. Outras fontes vêm de pessoas que

Nesse momento, há uma tentativa de utilizar uma espécie de *argumento de autoridade*, na medida em que através da construção discursiva os Estados Unidos visam deixar subentendida a lógica de que nós sabemos mais do que vocês, mas não podemos revelar; confiem então em nosso julgamento. Powell expõe perante o Conselho algumas imagens de satélites anteriores à entrada das agências de inspeção que, segundo interpretações de especialistas, poderiam ser indicativas de retirada de materiais químicos e biológicos de algumas instalações já conhecidas pelos inspetores. Esse tipo de limpeza, segundo os Estados Unidos, ocorreu em mais de 30 instalações que, após a verificação desta atividade incomum, voltaram ao seu funcionamento normal (CSNU, 2003b).

Powell, ainda, mostra ao Conselho gravações de alguns diálogos que também indicariam uma iniciativa iraquiana de esconder seu arsenal de ADMs antes da chegada das inspeções ao país. Além destas gravações, Powell mostra também algumas imagens de satélites que, segundo o representante norte-americano, após serem verificadas por especialistas foram interpretadas como provas de que Saddam Hussein estaria movendo seu arsenal de ADMs por todo o Iraque para evitar que tais armas fossem encontradas pela missão da ONU. O representante norte-americano também acusa o Iraque de possuir unidades móveis de produção de armas químicas e bacteriológicas, as quais também teriam por objetivo dificultar o trabalho da ONU. Essas informações, de acordo com Powell, são oriundas de fontes sólidas norte-americanas ou de outros países. Nesta tentativa de convencimento, Powell pede aos membros do CSNU que confiem no material apresentado pelos Estados Unidos e na sua avaliação sobre o que é necessário ser feito.

*I cannot tell you everything that we know. But what I can share with you, when combined with what all of us have learned over the years, is deeply troubling. What you will see is an accumulation of facts and disturbing patterns of behaviour. The facts and Iraq's behaviour demonstrate that Saddam Hussain and his regime have made no effort to disarm as required by the international community. Indeed, the facts and Iraq's behaviour show that Saddam Hussain and his regime are concealing their efforts to produce more weapons of mass destruction.*¹²⁹ (CSNU, 2003b).

arriscaram suas vidas para fazer com que o mundo saiba o que Saddam Hussein realmente pretende.” (CSNU, 2003b, tradução nossa)

¹²⁹ “Eu não posso dizer tudo o que nós sabemos. Mas o que eu posso compartilhar com vocês, quando combinado com tudo o que nós aprendemos ao longo dos anos, é profundamente preocupante. O que vocês verão é uma acumulação de fatos e perturbadores padrões de comportamento. Os fatos e o comportamento iraquiano demonstram que Saddam Hussein e seu regime não têm feito nenhum

Seguindo a lógica da acusação de que o Iraque estaria adotando um sistema de esconder suas ADMs das inspeções, Powell declara que o Conselho não poderia permitir que Bagdá transferisse para os inspetores a responsabilidade de apresentar provas de seu cumprimento com as resoluções do CSNU (CSNU, 2003d).

Para intensificar ainda mais o cenário catastrófico, Powell relaciona o Iraque com o terrorismo e, principalmente, com a Al Qaeda. Além de declarar que um regime como o de Saddam Hussein seria capaz de fornecer ADMs em massa para redes terroristas pelo simples fato de partilharem o ódio em relação aos Estados Unidos, assegura também que o regime iraquiano já conferiu treinamento em armas químicas e biológicas a membros da Al Qaeda (CSNU, 2003b).

Após o reforço na escenificação do caso iraquiano neste segundo estágio do movimento de securitização, e para sustentar a necessidade de outras medidas que não o aumento das inspeções, os Estados Unidos afirmaram que as iniciativas do Iraque não poderiam ser consideradas como indicativas de uma cooperação imediata e espontânea, na medida em que ela só ocorreu por meio da ameaça do uso da força pela comunidade internacional. Desta forma, sustentam o argumento de que as exigências da resolução 1441 não foram cumpridas pelo Iraque e de que o país falhou ao teste de confiança baseado nas inspeções.

Operative paragraph 4 of resolution 1441 (2002), which we lingered over so long last fall, clearly states that “false statements or omissions” in the declaration and a “failure by Iraq at any time to comply with, and cooperate fully in the implementation of, this resolution shall constitute” — and the facts speak for themselves — “a further material breach of Iraq’s obligations”. We wrote it this way to give Iraq an early test — would they give an honest declaration, and would they early on indicate a willingness to cooperate with the inspectors? It was designed to be an early test. They failed that test.¹³⁰ (CSNU, 2003b).

esforço para se desarmar, como exigido pela comunidade internacional. Realmente, os fatos e o comportamento iraquiano mostram que Saddam Hussein e seu regime estão ocultando seus esforços para produzir mais armas de destruição em massa.” (CSNU, 2003b, tradução e grifo nosso).

¹³⁰ “O parágrafo operativo número quatro da resolução 1441 (2002), o qual nós nos demoramos longamente no outono passado, estabelece claramente que ‘falsas enunciações ou omissões’ na declaração e a ‘falha em qualquer momento pelo Iraque em aceitar e cooperar inteiramente com a implementação dessa resolução, ela constituirá’ — e os fatos falem por si só — “uma quebra pelo Iraque de suas obrigações’. Nós escrevemos isso dessa forma para oferecer um teste preliminar ao Iraque — iriam eles dar uma declaração honesta e uma indicação de voluntariedade para cooperar com os inspetores? Isso foi planejado para ser um teste preliminar. Eles falharam nesse teste.” (CSNU, 2003b, tradução nossa).

4.4.4 Comportamento da Audiência – Estágio II

Tendo apresentado o comportamento do agente securitizador neste segundo estágio da securitização e, agora, através da exposição da reação da audiência à tentativa de convencimento empregada por este agente, poderemos ver se o processo de securitização irá de fato se concluir ou não¹³¹.

Seguindo o padrão visto durante o estágio I, a França continuou a se posicionar negativamente acerca do emprego da força sobre o Iraque, pois acreditava que o método de inspeções ainda não havia sido totalmente esgotado. Villepin, representante francês no Conselho, declarou também que seu país não descartava totalmente a possibilidade do uso da força. No entanto, a partir da opinião dos inspetores de que o Iraque representava à época menos perigo do que em 1991 e do fato de que alguns progressos haviam sido alcançados através do regime de inspeções, não existia uma justificativa para abandonar o uso das vias políticas e diplomáticas no desarmamento do Iraque e recorrer à ação militar (CSNU, 2003d).

Ele afirma, ainda, que um recurso prematuro à guerra poderia levantar diversas questões: (i) colocar em risco a unidade e, conseqüentemente, a autoridade da comunidade internacional, representada pelo CSNU; (ii) no médio-longo prazo, remover ou, ao menos, minimizar a legitimidade e efetividade do CSNU e da ONU na resolução de questões internacionais; (iii) trazer conseqüências para a já frágil estabilidade da região; (iv) gerar um senso de injustiça não só em relação aos iraquianos, quanto aos nacionais de países vizinhos, agravando as tensões e delineando uma conjuntura propícia para futuros conflitos (CSNU, 2003c). Sobre a pressão imposta principalmente pelos Estados Unidos para a autorização de uma intervenção militar no Iraque,

*The military agenda must not dictate the calendar of inspections. We agree to accelerated timetables, **but we cannot accept an ultimatum as long as the inspectors are reporting progress in terms of cooperation.** That would mean war. That would lead to the Security Council's being stripped of its responsibilities. **By imposing a deadline of a few days, would we merely be seeking a pretext for war?***¹³² (CSNU, 2003d).

¹³¹ Como discutido em capítulo anterior, segundo a teoria de securitização o movimento securitizante só se conclui, estritamente, através da aceitação da audiência. Veremos mais a frente neste capítulo, entretanto, que nem sempre uma negativa da audiência se traduzirá em interrupção da securitização. Ela, ainda assim, pode conseguir se concretizar.

¹³² “A agenda militar não pode ditar o calendário das inspeções. Nós concordamos em acelerar o cronograma, mas nós não podemos aceitar um *ultimatum* enquanto os inspetores estiverem reportando

O posicionamento da Rússia também se manteve alinhado com o da França. Ela aproveitou as novas informações providenciadas pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança para inverter a lógica do argumento norte-americano. Em vez de concordar com uma intervenção, a Rússia afirmou que tais novas informações são, justamente, um indicativo da necessidade de manter as inspeções, pois só elas poderiam afirmar em que medida o Iraque estaria cooperando com as agências, de forma ajudar o CSNU a tomar decisões equilibradas (CSNU, 2003b).

Sobre a afirmativa norte-americana de que o Conselho estaria ficando sem tempo e portanto deveria abandonar o regime de inspeções, o representante russo alegou que a resolução 1441, apesar de desejar alcançar resultados práticos em pouco tempo, não estipulava um prazo limite para a aquisição de tais resultados. Ainda, apontou que, na verdade, são os inspetores que possuem capacidade de orientar o CSNU sobre o tempo que precisam, não cabendo a países específicos estipular o esgotamento do regime de inspeções. Nas palavras de Igor Ivanov, representante russo no CSNU,

*What is really in the genuine interest of the world community — continuing the albeit difficult but clearly fruitful results of the inspectors' work or resorting to the use of force, which will inevitably result in enormous loss of life and which is fraught with serious and unpredictable consequences for regional and international stability? It is our deep conviction that the possibilities for disarming Iraq through political means do exist. They really exist, and that cannot but be acknowledged. What we need now is not new Security Council resolutions; we have enough of those. We now need active support for the inspectors to carry out their tasks.*¹³³ (CSNU, 2003d).

A reação da China também seguiu os parâmetros vistos no estágio I. Apesar de se manter alinhada aos outros dois países dos *permanent five*, sua postura não chega a ser tão combativa em relação aos Estados Unidos, quando comparada com a França e a Rússia. Ainda assim, a representação chinesa declara que as agências ainda não estavam

progressos nos termos da cooperação. Isso significa guerra. Isso levaria ao despojamento das responsabilidades do Conselho de Segurança. Ao impor um prazo final de poucos dias, nós não estaríamos meramente procurando um pretexto para a guerra?” (CSNU, 2003d, tradução e grifo nosso).

¹³³ “O que é o interesse genuíno da comunidade internacional – continuar o embora difícil mas claramente proveitoso resultado do trabalho dos inspetores, ou recorrer ao uso da força, o qual irá inevitavelmente resultar em grande perda de vidas e será marcado por sérias e imprevisíveis consequências para a estabilidade regional e internacional? Nossa convicção é que existem possibilidades políticas para desarmar o Iraque. Elas realmente existem, e isso não pode deixar de ser reconhecido. O que nós precisamos agora não são novas resoluções do Conselho de Segurança; nós temos muitas delas. Nós agora precisamos agir apoiando os inspetores na condução de suas tarefas.” (CSNU, 2003d, tradução e grifo nosso).

em condições de estabelecer conclusões definitivas, pois para isso era necessário mais tempo e que, dessa forma, todo Conselho deveria respeitar a opinião dos respectivos chefes da UNMOVIC e da AIEA, Blix e ElBaradei, apoiando a continuação das inspeções. A representação chinesa destaca também que o importante naquele momento era cumprir com a resolução 1441, de maneira que qualquer outro passo deveria ser decidido de forma conjunta e por meio do diálogo entre os membros do CSNU (CSNU, 2003b).

*it is the universal desire of the international community to see a political settlement to the issue of Iraq, within the United Nations framework, and to **avoid war**. This is something to which the Security Council must attach due importance. As long as there is still the slightest hope for a political settlement, we should exert our utmost efforts to achieving it. China is ready to join others in working in this direction (...) Under the current circumstances, there is no reason to shut the door to peace. Therefore, **we are not in favour of a new resolution, particularly one authorizing the use of force.***¹³⁴ (CSNU, 2003d).

O Reino Unido manteve-se em concordância com o posicionamento norte-americano, seguindo a lógica de que o Iraque havia falhado no teste concedido pelo CSNU com a resolução 1441 uma vez que não cooperou de maneira imediata e incondicional com as agências. Dessa forma, declara que com esse padrão de comportamento apresentado por Bagdá os inspetores nunca poderiam ter certeza de que encontraram todas as ADMs e seus respectivos registros. Afirma, ainda, que o Reino Unido não quer realizar uma guerra, mas que devido às atitudes iraquianas o CSNU deve assumir as suas responsabilidades e atuar de maneira mais contundente perante Saddam (CSNU, 2003b).

*But I also say this: in our efforts to secure a peaceful conclusion to this crisis, as we must, I know, and I think everybody else here knows, that we have reached this stage only by doing what the United Nations Charter requires of us, which is to back a diplomatic process with a credible threat of force and also, **if necessary, to be ready to use that threat of force. If we back away from that** — if we decide to give unlimited time for little or no cooperation on substance — **then the disarmament of Iraq** and the peace and security of the international*

¹³⁴ “É interesse universal da comunidade internacional ver um arranjo político para a questão do Iraque, dentro do arcabouço das Nações Unidas, e de evitar a guerra. Isso é algo que o Conselho de Segurança deve dar devida importância. Enquanto existir a mínima esperança em um arranjo político, nós devemos empregar todos os nossos esforços para alcançá-lo. A China está preparada para se unir aos países que estão trabalhando nessa direção (...) Sob as atuais circunstâncias, não há nenhuma razão para fechar as portas da paz. Dessa forma, nós não somos a favor de uma nova resolução, principalmente uma autorizando o uso da força” (CSNU, 2003d, tradução e grifo nosso)

*community, for which we are responsible, will get not easier, but very much harder.*¹³⁵ (CSNU, 2003c).

4.4.5 Conclusão do movimento securitizante

Apesar da discordância entre os Estados Unidos e a maioria dos membros do CSNU, eles desprezaram a negativa do Conselho quanto à realização de uma ação militar e recomendaram que o pessoal em campo da UNMOVIC e da AIEA fossem retirados do Iraque, pois ainda assim iriam realizar a intervenção. A entrada de uma coalizão entre os Estados Unidos e o Reino Unido no Iraque foi justificada, ainda que não satisfatoriamente, por uma brecha jurídica. Ao retomarem as resoluções 661 (1991), 678 (1991) 687 (1991) nas cláusulas preambulares da resolução 1441 (2002), o CSNU haveria, supostamente, aberto um respaldo jurídico para a ação militar.

O argumento se delineou da seguinte forma: apesar de a resolução 687 ter estabelecido formalmente o cessar-fogo entre o Iraque, o Kuwait e os membros do CSNU, a resolução 678, anterior a 687, autorizava os Estados Unidos e demais Estados-membros a “[...] utilizarem todos os meios necessários para garantir e implementar a resolução 660 (1990) e **todas as subseqüentes resoluções relevantes e restaurar a paz e a segurança na área**”¹³⁶. Segundo a interpretação norte-americana de que o Iraque estava de posse de ADMs e, portanto, conferia risco à estabilidade da região, a ação militar seria, desta forma, legítima.

Pelo entendimento do caráter emergencial desta ameaça, os Estados Unidos vão agir independente da opinião dos demais países do CSNU e da sua recusa de aprovar um *draf resolution* que autorizasse o uso da força. A busca por uma anuência do Conselho para a intervenção foi apenas uma tentativa de alcançar os interesses norte-americanos revestidos de uma capa de legitimidade internacional, no delineamento de um *first best scenario*. Entretanto, caso não fosse possível alcançá-lo, como não foi na questão iraquiana, os Estados Unidos se reservariam o direito de agirem unilateralmente

¹³⁵ “Mas eu também digo isso: nos nossos esforços para garantir uma conclusão pacífica para essa crise, como nós devemos fazer, eu sei, e acredito que todos os demais aqui saibam, que nós alcançamos esse estágio fazendo apenas o que a Carta das Nações Unidas requer de nós, que é sustentar um processo diplomático com uma ameaça crível do uso da força e também, se necessário, estar preparado para usar essa força. Se nós nos afastarmos disso – se nós decidirmos dar tempo ilimitado para uma pequena ou quase inexistente cooperação substantiva – então o desarmamento do Iraque e a paz e a segurança da comunidade internacional, pela qual nós somos responsáveis, não ficará mais fácil, mas sim muito mais difícil.” (CSNU, 2003c, tradução e grifo nosso).

¹³⁶ No original: “to use all necessary means to uphold and implement resolution 660 (1990) and all subseqüente relevant resolutions and to restore international peace and security in the área”. Grifo CSNU. Resolução 678. Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678\(1990\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678(1990)) > Acesso em: 15/05/2013.

e de passarem por cima das restrições impostas pelas instituições internacionais. Nesse sentido, diferentemente do que aponta a teoria de Copenhagen, o movimento de securitização do Iraque foi concluído independente da aceitação da sua audiência externa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insinceridade é a grande inimiga da linguagem clara. Quando há um abismo entre nossos objetivos declarados e os reais, quase instintivamente apelamos para palavras longas e expressões gastas, como uma sépia que esguicha tinta. Em nossa época, não existe algo como 'ficar fora da política'. Todas as questões são políticas e a própria política é uma massa de mentiras, evasivas, loucura, ódio e esquizofrenia. Quando a atmosfera geral é ruim, a linguagem sofre.
(George Orwell- A política e a língua inglesa)

Com o fim dessa pesquisa, podemos observar, primeiramente, que os limites teórico-conceituais e explicativos da teoria de securitização se tornam mais evidentes quando considerada à luz de casos empíricos. Em relação à audiência interna norte-americana considerada no capítulo dois, nossa maior dificuldade foi de identificar e atribuir papéis específicos para cada ator envolvido ao longo do movimento securitizante que culminou na guerra do Iraque. Nesse âmbito, atores como a mídia e a opinião pública poderiam, a depender do viés do analista e dos objetivos almejados com a avaliação empírica, atuar tanto como (semi)agentes securitizadores e (semi)audiências. Ainda que esses atores não tenham capacidade de efetivamente deliberar sobre a autorização do uso da força, sua interseção com os centros domésticos tomadores de decisão também seria uma variável importante a ser contemplada pela Escola de Copenhague para uma compreensão holística do movimento securitizante. Recorrer a uma metodologia mais estática para a análise do processo decisório interno de securitização foi a saída, ainda que insatisfatória, que encontramos para estabelecer os papéis a serem desempenhados pelos atores e possibilitar uma apresentação, mesmo superficial, do movimento de securitização.

Embora não tenha sido possível perscrutar em detalhes esse movimento específico, a avaliação empírica da teoria de securitização nesse *locus* nos possibilitou reflexões sobre ela e confirmou também algumas percepções já anteriores a este teste. A securitização pretende expandir as fronteiras do campo sem cair na armadilha de que tudo é um problema de segurança. Nesse sentido, ao fixar a forma da segurança em um ato de fala securitizador, a Escola de Copenhague afirma ser capaz de considerar novos atores e setores sem se tornar abrangente em demasia. No entanto, por entender a securitização como um processo que culmina na adoção de medidas emergenciais e excepcionais, ela acaba voltando-se para uma perspectiva conservadora da relação entre

política e segurança. Ao contrário do que se propõe originalmente a fazer, pensar além do setor militar e do ator estatal como não o fazem as teorias *mainstream*, a Escola de Copenhague em razão do seu *framework* e da sua avaliação da política analisa melhor questões que permeiam o debate tradicional da segurança; ou seja, a sua aplicabilidade teórica é mais precisa e com maior valor explicativo quando a temática considerada situa-se no âmbito das relações interestatais e da mobilização militar.

Essa característica da teoria, entendida por nós enquanto uma limitação, fica evidenciada a partir da comparação entre os testes empíricos realizados nos capítulos dois e três. A possibilidade de explorar em detalhes a securitização externa do caso iraquiano, a nosso ver, só foi possível em razão de um melhor enquadramento da teoria nesse *locus*, na medida em que o processo de barganha realizado entre os atores ao longo do movimento é estabelecido de entidades soberanas para entidades soberanas.

Como indicado no primeiro capítulo desta pesquisa, não compartilhamos a visão, por vezes associada à Escola de Copenhague, da linguagem como único e exclusivo fator desencadeante da securitização, mas sim dela em conjunto com uma série de outros fatores, tais como a capacidade performativa dos agentes, o posicionamento histórico, geopolítico e intelectual do(s) agente(s) securitizador(es) e da audiência(s), e do contexto em que eles estão imbuídos. Na nossa perspectiva, somente através da consideração destas demais variáveis pela Escola de Copenhague como corresponsáveis pelo desencadeamento de ações provenientes do ato de fala é que poderíamos atribuir a ela um real caráter intersubjetivo.

Nesse sentido, diferentemente da imagem que a consideração apenas do ato de fala confere ao movimento securitizante, a de um processo cuja natureza acaba sendo unidirecional, entendemos que ele na verdade se conforma em um processo que percorre diversos caminhos nas idas e vindas entre agente securitizador(es) e audiência(s). Nele, a imagem verificável é de um movimento em rede em que suas variáveis são mutuamente constituídas e se desenvolvem simultaneamente. Como o entendimento do *speech act* proposto pela Escola de Copenhague nos direciona para uma visão em via de mão única da securitização, em que o discurso securitizador parte de um agente em direção à audiência buscando sua aceitação, a aplicação da teoria em processos de barganha interestatais é mais intuitiva e mais clara, vez que os agentes e os foros de debate político são facilmente identificáveis. Como destacado acima, no ambiente doméstico, entretanto, o processo decisório é mais complexo: ele é permeado por atores com capacidades diferentes e que podem desempenhar, ao mesmo tempo,

papéis múltiplos no movimento securitizante. Para que a teoria de securitização seja capaz de abarcar com clareza a consideração doméstica de questões enquanto referentes ao campo da segurança, seu arcabouço teórico carece de expansão e refinamento.

Quanto à avaliação empírica no âmbito internacional, mesmo sendo possível perscrutar a securitização ainda que para isso, como proposta didática, tivéssemos que dividir o processo em duas etapas, enfrentamos outro questionamento: a securitização de fato se concretiza com a aceitação pela audiência? Se sim, nossa avaliação do movimento securitizante em relação ao Conselho de Segurança da ONU seria a de que não houve a sua concretização, embora a ação militar tenha sido deflagrada. Dessa forma, para fins desta análise, consideramos ser interessante deslocar o referencial da conclusão do movimento securitizante. Em vez de ele residir na resposta afirmativa da audiência, propomos que ele seja entendido como derivado do estabelecimento de medidas emergenciais e de exceção.

Ademais, tendo identificado na Escola de Copenhague a falta de uma contextualização, buscamos em nossa análise suprir esse limite da teoria, situando sempre o discurso e o movimento securitizante geopolítica e historicamente. Assim, na inter-relação proposta neste trabalho entre a teoria de securitização e a temática da intervenção no Iraque, é possível afirmarmos que o terrorismo e o excepcionalismo internacionalista neoconservador **adjetivaram** o Iraque. As engrenagens da securitização interna e externa só puderam iniciar seu funcionamento em razão de um contexto prévio que lhes serviu de alicerce. Ainda que partilhemos a visão de que o discurso possa servir de gatilho iniciador da securitização, além de que sua enunciação tenha força para emergir uma questão como referente ao campo da segurança e para produzir novos contextos, avaliamos também que para a emergência desse *start point* securitizante alcançar alguma reverberação é necessário que ele esteja relacionado a um conjunto de disposições que formam percepções de (in)segurança e comportamentos dos agentes.

No primeiro caso empírico considerado, os neoconservadores, exacerbando um sentimento de superioridade norte-americano, exortaram o Iraque enquanto ameaça. Eles se valeram de um momento trágico para veicular a ideia de que os ataques terroristas haviam sido consequência de uma atuação norte-americana pouco assertiva no pós-Guerra Fria. Dessa forma, um contexto propício a radicalizações à direita permitiu que a proposta neoconservadora de ação externa ganhasse força e se inserisse de maneira tão intensa no núcleo duro de tomada de decisões nos Estados Unidos que

conseguiu suplantar e marginalizar opiniões divergentes dentro do governo Bush filho. Embora as administrações anteriores também se pautassem na lógica do excepcionalismo, na medida em que o próprio conceito de americanidade está intimamente interconectado a esse valor, essa narrativa ganhou novos contornos a partir da perspectiva neoconservadora. Somado ao excepcionalismo, os neoconservadores propunham o emprego de um internacionalismo extremado, em que mesmo sem descartar completamente os recursos diplomáticos, normalmente o associavam ao uso da força e a descrença no papel das instituições. Acorrentar os Estados Unidos seria o mesmo que decretar a falência da estabilidade internacional. Submete-los às mesmas regras internacionais significava impedi-los de perseguirem os seus interesses, identificados por eles como sendo também os interesses globais. A partir desse excepcionalismo internacionalista, o império benevolente deveria combinar o poder simbólico dos valores liberais-democráticos com o poder do braço armado norte americano, de maneira a criar uma ordem que lhe fosse favorável. Para os neoconservadores, um império de proporções e pretensões globais necessitava (e ainda necessita) ser onipresente e onisciente; ser ao mesmo tempo temido e respeitado mais pela sua capacidade de aniquilamento do que pela sua habilidade diplomática. Para além de um “wilsonianismo com dentes”, o neoconservadorismo seria uma releitura da política das cenouras e do porrete, porém com um verniz de valorização das virtudes republicanas e de adoção de uma proposta moralizante externa e internamente.

Nesse sentido, o trauma gerado pelos ataques do 11 de setembro atuou como uma carta branca para a deliberação de quaisquer medidas que trouxessem uma (pretensa) sensação de segurança e um sentimento de vingança para seus nacionais. A ânsia pelo “não de novo” (*not again*) citado tantas vezes pelo presidente Bush filho em seus discursos, possibilitou uma preponderante aceitação acrítica tanto de medidas internas limitadoras das liberdades individuais, como no conjunto de medidas que conformou o Ato Patriota, quanto de guerras cuja efetividade política no combate ao terrorismo é contestável, sobretudo no caso iraquiano. A maior potência do sistema internacional, encampando as ideias e as pretensões geopolíticas de um grupo intelectual, espetacularizou a oposição ao terrorismo, preferindo o imediatismo das demonstrações de supremacia militar com proporções midiáticas, ao planejamento a médio-longo prazo de reforços nas agências de inteligência nacionais e internacionais.

No contexto externo, os países europeus, representados no Conselho de Segurança pela França e pela Rússia enquanto membros permanentes, tinham receio em

relação ao posicionamento assertivo dos Estados Unidos e ao tipo de ordem internacional que eles pretendiam construir desde o marco do fim da Guerra Fria e, principalmente, após os atentados terroristas. A preocupação desses países era (e em certa medida ainda é) justamente a confirmação de um comportamento norte-americano conforme proposto pelos neoconservadores em seus discursos de crítica à postura europeia ante ao caso iraquiano – um comportamento que relegue a Europa a segundo plano nas decisões internacionais mas, ainda mais preocupante, um comportamento que ignore o seu veto, principalmente em assuntos de segurança, sob o suposto argumento altruísta de proteção da comunidade internacional.

Quanto ao aspecto regional da intervenção, a maioria dos países europeus não só temia uma crise humanitária no Iraque e nos seus arredores, devido ao possível embate entre curdos, sunitas e xiitas, com transbordamento do conflito e de refugiados para aquele entorno, como também receava um fortalecimento do Irã na região, sem o contrabalanço exercido pelo Iraque. Apesar de no capítulo três termos delimitado a audiência aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a presença dos países da comunidade árabe é significativa nas reuniões do Conselho que deliberaram sobre a possibilidade de uma ação militar. Nas transcrições analisadas, a crítica e o temor recorrente desses países se dirigia a Israel – crítica perante a inação da comunidade internacional e a hipocrisia norte-americana com um ator que viola constantemente os tratados internacionais, em especial os de demarcação territorial, e temor quanto ao seu possível fortalecimento na região.

Se objetivamente a intervenção no Iraque não produziu vencedores, subjetivamente a divisão entre vitoriosos e derrotados ficou demarcada. No cômputo geral, venceu a arbitrariedade, a violência, e a imposição da democracia enquanto lógica pasteurizante e eliminadora das diferenças. Saíram derrotados o direito internacional, a autodeterminação dos povos, o direito humanitário e, principalmente, os iraquianos em seu direito à vida e a um país não devastado pelas sanções draconianas e pelos bombardeios a esmo. A desestabilização sofrida pelos Estados Unidos não pode ser traduzida enquanto derrota; pelo menos não ainda e não quando comparada com a situação iraquiana.

O analista que com o olhar de hoje se volta à construção da securitização do caso iraquiano tem, inegavelmente, o benefício de averiguar o movimento securitizante em uma conjuntura *ex post facto*. Tal posição lhe confere a certeza, que não havia na época, da inexistência de AMDs no Iraque. Entretanto, ao nos

posicionarmos criticamente à ação norte-americana e ao revelarmos suas intencionalidades com os discursos no CSNU e com o arcabouço intelectual neoconservador que lhe serviu de base, não pretendemos ter uma visão ingênua sobre o regime iraquiano e negarmos que havia de fato a possibilidade de posse de AMDs por Bagdá. Uma das nossas pretensões com este trabalho foi, dentro dos processos de sincronia e diacronia deste movimento securitizante, mostrar o comportamento do(s) agente(s) securitizador(es) e da audiência(s) em relação à construção da necessidade de se lidar com o Iraque pela via da excepcionalidade. Ainda, devido à negativa da audiência acerca desta necessidade, deixamos em aberto como provocação para futuros debates o questionamento acerca da efetividade das instituições frente a entes (ou ao ente, se considerarmos a existência de uma unipolaridade no sistema internacional) que detêm capacidade de impor a sua vontade, independente da vontade dos demais países.

Como segunda pretensão, nos propomos a esmiuçar em detalhes a proposta teórica da Escola de Copenhague, trabalhando tanto com as suas contribuições quanto com a identificação de seus limites. Embora ela avance no debate sobre considerações subjetivas e imateriais da segurança, algumas de suas propostas para o arcabouço da teoria de securitização nos indicam uma ainda estagnação no debate tradicionalista que permeia a área. Nesse sentido, por desconsiderar ou subteorizar diversos elementos importantes para a construção do movimento de securitização, é possível questionar se a teoria proposta por Copenhague é de fato sustentável do ponto de vista sociológico. Ainda, após a consideração de novas variáveis e a problematização das já existentes, surge um outro questionamento: seria possível considerar que o que foi proposto consiste apenas em um adensamento da teoria de securitização, ou ao contrário, que essa expansão teria extrapolado os limites da EC de forma a construir um novo arcabouço teórico? Apesar de considerarmos tais indagações de grande importância, a presente dissertação as deixa em aberto como provocações necessárias para a continuação das reflexões e do debate sobre a teoria de securitização e sua capacidade explicativa.

Após analisado esse excepcionalismo internacionalista norte-americano revelado ao longo das intervenções reativas ao 11 de setembro, mas principalmente no caso iraquiano, percebemos que a ênfase dada pela Escola de Copenhague à transformação de algo para o campo da excepcionalidade acaba servindo aos interesses daquele que enuncia a fala securitizadora, sobretudo quando esse ator possui suficientes capacidades para superar qualquer resposta dada pela audiência. Ou ainda, no caso específico desta

dissertação, parece-nos que o movimento de securitização se apresentou apenas como um verniz de legitimidade e legalidade para ações pautadas na exceção que atendiam aos interesses conjunturais do agente securitizador, no caso os Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: desecuritization and emancipation. *Journal of International Relations and Development*, United Kingdom, v. 7, p. 388-413, 2004.

_____. Limits of security, limits of politics? A response. *Journal of International Relations and Development*, United Kingdom, n. 9, p. 81-90, 2006.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. United Kingdom: Oxford University Press, 1962.

BACEVICH, Andrew J. *The Long War A New History of U.S. National Security Policy Since World War II*. New York: Columbia University Press, 2007.

BALZACQ, Thierry. A Theory of Securitization: Origins, core assumptions and variants. In: BALZACQ, Thierry (org). *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge, 2011. p. 01-30.

_____. Enquiries into methods: a new framework for securitization analysis. BALZACQ, Thierry (org). *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge, 2011. p. 31-53.

_____. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. *European Journal of International Relations*, United Kingdom, v.11, p. 171-203, 2005.

BALZACQ, Thierry et al. Security Practices. *International Studies Encyclopedia*. Denmark: Robert A. Blackwell, 2010.

BECK, Ulrich. *La sociedade de riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida*. Espanha: Paidós, 2007.

BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practice and Practice of Power. *International Political Sociology*, United Kingdom, v. 5, n.3, p. 225-258, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Dois Imperialismos do Universal. In: LINS, Daniel e WACQUANT, Loïc (orgs.). *Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder*. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 13-20.

BOYER, Peter J. The Believer: Paul Wolfowitz defends his war. *The New Yorker*, 1 nov. 2004. Disponível em: <
http://www.newyorker.com/archive/2004/11/01/041101fa_fact> Acesso em: 15 sep. 2013.

BRIGHT, Jonathan. Securitisation, terror, and control: towards a theory of the breaking point. *Review of International Studies*, United Kingdom, v. 38, n.4, p. 861-879, 2012.

BROWN, Sarah. *Sanctioning Saddam: The politics of intervention in Iraq*. New York: I.B. Tauris, 1999.

BUSH, George. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 31 jan.1990. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=18095&st=state&st1=union>>
Acesso em: 15 maio 2013.

BUSH, George W. *Address to the Nation on the Terrorist Attacks*. Washington, 11 sept. 2001a. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=58057&st=terrorist&st1=attacks>>.
Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address Before a Joint Session of the Congress on the United States Response to the Terrorist Attacks of September 11*. Washington, 20 sept. 2001b. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64731&st=terrorist&st1=attacks>>.
Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address to the Nation Announcing Strikes Against Al Qaida Training Camps and Taliban Military Installations in Afghanistan*. Washington, 7 oct. 2001c. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=65088&st=terrorism&st1=>>.
Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 29 jan. 2002a. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644&st=iraq&st1=>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address to the United Nations General Assembly in New York City*. New York, 12 sept. de 2002b. Disponível em
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64069&st=general&st1=assembly>>
Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Remarks Following a Meeting With Congressional Leaders*. Washington, 26 sept. 2002c. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=62814&st=iraq&st1=congress>>.
Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address to the Nation on Iraq From Cincinnati*. Cincinnati, 7 oct. 2002d. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=73139&st=iraq&st1=cincinnati>>.
Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Statement on Signing the Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution of 2002*. Washington, 16 oct. 2002e. The White House. Disponível em:
<<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64386&st=iraq&st1=>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Address to the Nation on the War on Terror*. Washington, 7 sept. 2003a. The White House. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=64561&st=war&st1=terror>> Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. *Commencement Address at the United States Air Force Academy in Colorado Springs*. Colorado, 2 june 2004a. The White House. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=72640&st=secure&st1=>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BUZAN, Barry. *The War on Terrorism as the New Macro-Securitization*. 2006

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos Estudos de Segurança*. São Paulo: UNESP, 2012

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. *Review of International Studies*, United Kingdom, v.35, p. 253-276, 2009.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CHEKEL, J. The Constructivist Turn in International Relations. *World Politics*, United Kingdom, v. 50, n. 3. p. 324-348, 1998.

CIMBALA, Stephen J.; SARKESIAN, Sam Charles; WILLIAMS, John Allen. *US National Security: Policymakers, Process & Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2008.

DEBRIX, François. *Language, Agency, and Politics in a Constructed World*. New York: M. E. Sharp, 2003.

DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Édition de minuit, 1967.

_____. *Margins of Philosophy*. Estados Unidos: The Harvester Press, 1982.

DOYLE, Michael W. Liberalism and World Politics. *American Political Science Review*, Washington, DC: APSA, v. 80, n. 4, dez. 1986.

ESTADOS UNIDOS. Patterns of Global Terrorism. *Departamento de Estado*, 2003

FALK, Richard A. *The costs of war: international law, the UN, and the world order after Iraq*. New York: Routledge, 2008.

FLOYD, Rita. Towards a consequentialist evaluation of security: bringing together the Copenhagen and the Welsh Schools of security studies. *Review of International Studies*, United Kingdom, v. 33, n. 2, p. 327-50, 2007.

_____. *Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. The end of History?. *The National Interest*, 1989. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/tag/the-end-of-history-and-the-last-man>> Acesso em: 21 de set. de 2013.

FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação. *Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas*. São Paulo, 2005.

FREUND, Julien. *L'essence du politique*. Paris: Sirey, 1965.

GAD, Ulrik; PETERSEN, Karen. Concepts of politics in securitization studies. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 315-330, 2011.

GREENSTOCK, Sir Jeremy. *Reunião 4625 do CSNU*. 17 de outubro de 2002(a). Disponível em <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625\(Resumption3\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625(Resumption3))> Acesso em: 11 março 2013.

GOULD, Harry. Constructivist International Relations Theory and the Semantics of Performative Language. In: DEBRIX, François (org), *Language, Agency, and Politics in a Constructed World*. New York: M. E. Sharp, p. 50-65, 2003.

GUZZINI, Stefano. Security as a casual mechanism. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 329-343, 2011.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. *Millennium*, United Kingdom, v. 29, p. 285-307, 2000.

_____. The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 357-371, 2011.

_____. Reconstructing desecuritisation: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it. *Review of International Studies*, United Kingdom, v. 38, n. 3, p. 525-46, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HIGH, Brandon. The recente historiography of american neoconservatism. *The Historical Journal*. United Kingdom, v. 52, n. 2, p. 475-491, maio 2009.

HOPF, Ted. The promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, United States, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUYSMANS, Jef. Language and the mobilization of security expectations: the normative dilemma of speaking and writing security. *Redefining Security*, Colchester, 1999.

_____. What's in an act? On security speech acts and little security nothings. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 371-385, 2011.

IVANOV, Igor. *Reunião 4714 do CSNU*. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4714> Acesso em: 15 março 2013.

JERVIS, Robert. The Compulsive Empire. *Foreign Policy*, 2003. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2003/07/01/the_compulsive_empire> Acesso em: 15 out. 2013

JIAXUAN, Tang. *Reunião 4701 do CSNU*. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4701> Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. *Reunião 4714 do CSNU*. Disponível em < http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4714 > Acesso em: 15 mar. 2013.

KAGAN, Robert. Power and Weakness. *Policy Review*, Hoover Institution, Stanford University, n. 113, junho 2002.

_____. The Benevolent Empire. *Foreign Policy*, Washington, DC: *Carnegie Endowment for International Peace*, n. 111, p. 24-35, verão 1998.

KAGAN, Robert; KRISTOL, William. Toward a Neo-Reganite Foreign Policy. *Foreign Affairs*, Nova York: *Council of Foreign Relations*, v.5, n.4, p. 18-32, jul./ago., 1996.

_____. *Present Dangers: crisis and opportunity in American foreign and defense policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000.

KAPLAN, Lawrence. Springtime for realism. *The New Republic*, Washington, DC: [s.n.], 21 junho 2004.

KAUFMANN, Chaim. Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas: the selling of the Iraq war. *International Security*, United States, v. 29, n. 1, p. 5-48, Summer 2004.

KISSINGER, Henry. *On China*. New York: Penguin, 2012.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment Revisited. *The National Interest*, New York: The Nixon Center, 22 dez. 2002.

_____. *Democratic Realism: an American foreign policy for a unipolar world*. Washington, DC: The AEI Press, 2004.

KRISTOL, Irving. The Emerging American Imperium. *Wall Street Journal*, New York, p. A29, 18 august 1997.

KURECIC, Petar. The Key Aspects of Neoconservative Influence on the US Foreign and Defense Policy During the First G. W. Bush Administration. *Romanian Journal of Society & Politics*, Bucharest, v. 11, n.1, p. 93 -120, junho 2011.

LAVROV, Sergey. *Reunião 4625 do CSNU*. 17 de oct. de 2002a. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625%28Resumption3%29> Acesso em: 11 mar. 2013.

_____. *Reunião 4644 do CSNU*. 8 de nov. de 2002b. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4644> Acesso em: 11 mar. 2013.

LAYNE, Christopher. Kant or Cant: the myth of the democratic Peace. In: BROWN, Michael E. et al. *Theories of War and Peace*. Cambridge, MA: The MIT Press, v. 17, n. 4, p. 5-51, primavera 1993.

LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. Reconceptualizing the audience in securitization theory. BALZACQ, Thierry (org). *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge, p. 58-76, 2011.

LEVITTE, Jean-David. *Meeting Record 4625 do CSNU*. 17 de oct. de 2002a. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625%28Resumption3%29> Acesso em: 11/03/2013.

_____. *Meeting Record 4644 do CSNU*. 8 de novembro de 2002b. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4644> Acesso em: 11 março 2013.

MEARSHEIMER, John J. Hans Morgenthau and the Iraq war: realism versus neo-conservatism. *Open Democracy*, 18 maio 2005. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/democracy-americanpower/morgenthau_2522.jsp> Acesso em: 15 set. 2013.

NEGROPONTE, John. *Meeting Record 4625 do CSNU*. 17 de outubro de 2002a. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625%28Resumption3%29> Acesso em: 11 maio 2013.

_____. *Meeting Record 4644 do CSNU*. 8 de novembro de 2002b. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4644> Acesso em: 11 maio 2013.

UNITED NATIONS. Security Council. *Meeting Record 4692*. 27 de jan. de 2003a. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4692> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Meeting Record 4701*. 5 de feb. de 2003b. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4701> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Meeting Record 4707*. 14 de feb. de 2003c. <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4707> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Meeting Record 4714*. 7 de mar. de 2003d. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4714> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Resolution 678*. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678%281990%29> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Resolution 1368*. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1368%282001%29> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Resolution 1373 (2001)*. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1373%282001%29> Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Resolution 1386 (2001)*. Disponível em <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/708/55/PDF/N0170855.pdf?OpenElement>> Acesso em: 15 maio 2013.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. *Carta do Tratado do Atlântico Norte*, 1949. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm> Acesso em: 13 jun. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PODHORETZ, Norman. Neoconservatism: A Eulogy. Commentary, New York: AJC, v. 101, n. 3, p. 19-27, março 1997.

RAI, Milan. *War Plan Iraq: tem reasons against war on Iraq*. Londres: Reino Unido, 2002.

RUMSFELD, Donald. *Entrevista com Larry King na CNN*. 5 dec. 2001. Disponível em: <http://www.defenselink.mil/transcripts/2001/t12062001_t1205sd.html> Acesso em: 23 set. 2013

SALTER, Mark. When securitization fails: The hard case of conter-terrorism programs. BALZACQ, Thierry (org). *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge, p. 116-131, 2011.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

STRAW, Jack. *Reunião 4707 do CSNU*. Disponível em <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4707> Acesso em: 15 maio 2013.

STRITZEL, Holger. Security, the translation. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 343-357, 2011.

TAURECK, Rita. Securitisation theory – The Story so far: Theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist. *Paper for presentation at the 4th annual CEEISA convention University of Tartu, Ülikooli*, p. 25 -27, June 2006.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Unesp; Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2010. (Coleção Estudos Internacionais)

TEIXEIRA, Tatiana. Os Think Tanks norte-americanos e a sua fábrica de visões de mundo. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1, 2009, Curitiba. Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. Anais Eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT2/EixoV/think-tanks-americanos-TatianaTeixeira.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2013.

THE ECONOMIST. *Saddam does it, again*. 5 de nov. de 1998. Disponível em <<http://www.economist.com/node/174978>> Acesso em: 21 jun. 2013.

THOPMSON, Bradley C.; BROOK, Yaron. *Neoconservatism: an obituary for an idea*. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

UNMOVIC. <<http://www.unmovic.org/>> Acesso em: 22 jun. 2013.

THOPMSON, Bradley C.; BROOK, Yaron. *Neoconservatism: an obituary for an idea*. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

VÄISSE, Justin. *Neoconservatism: the biography of a movement*. Cambridge: Belknap Press, 2010.

VILLA, Rafael Antonio Duarte; SANTOS, Norma Breda dos. Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional. In: *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec, 2013.

VUORI, Juha. Illocutionary Logic and Strands of Securitization: Applying the Theory of Securitization to the Study of Non-Democratic Political Orders. *European Journal of International Relations*, United Kingdom, v. 14, n. 65, 2008.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 10, n.16, julho-dezembro, 2007.

_____. Seguindo Bourdieu no Campo. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, p. 13-29, junho 2006.

WAEVER, Ole. The Ten Works. *Tidsskriftet Politik*, Copenhagen, v. 7, n. 4, 2004.

_____. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. *On security*. New York: Columbia University Press, 1995.

_____. Politics, security, theory. *Security Dialogue*, United Kingdom, v. 42, p. 465-482, 2011.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WILLIAMS, Michael. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, Malden, v. 47, p. 511-31, 2003.

_____. What is the National Interest? The Neoconservative Challenge in IR Theory. *European Journal of International Relations*, United Kingdom, v. 11, n. 3, p.307-337, 2005.

WILKINSON, Cai. The limits of spoken words. In: BALZACQ, Thierry (org). *Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve*. New York: Routledge, p. 94-115, 2011.

YISHAN, Zhang. *Reunião 4625 do CSNU*. 17 de out. de 2002a. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4625%28Resumption3%29> Acesso em: 11 mar. 2013.